

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**FACULDADE DE DIREITO**

**MARCELO HENRIQUE RODRIGUES DE CAMPOS**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM CASOS DE DOENÇAS  
OCUPACIONAIS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DO AMIANTO SOB A  
ÓTICA DA TEORIA DO RISCO DA ATIVIDADE**

**CURITIBA**

**2016**

MARCELO HENRIQUE RODRIGUES DE CAMPOS

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM CASOS DE DOENÇAS  
OCUPACIONAIS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DO AMIANTO SOB A  
ÓTICA DA TEORIA DO RISCO DA ATIVIDADE**

Monografia de conclusão de curso  
apresentada como requisito parcial de  
obtenção do grau de Bacharel em Direito  
pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Thereza Cristina Gosdal

Curitiba  
Novembro 2016



## **AGRADECIMENTOS**

Aproveito o ensejo para expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação.

Aos meus pais, Natanael Batista de Campos e Marta Rodrigues de Campos, cujo carinho, paciência, dedicação, apoio, ensinamentos e atenção influenciaram diretamente a formação do meu caráter.

Aos meus irmãos, Murilo Rodrigues de Campos e Lucas Rodrigues de Campos, nos quais encontro inesgotável fonte de amizade, lealdade e apoio rumo à realização de meus sonhos.

Aos meus amigos de infância e aos que felizmente as Universidades Federais de Santa Catarina e do Paraná me proporcionaram.

Aos meus colegas da 12ª Vara do Trabalho de Curitiba que vêm contribuindo diariamente na ampliação do meu conhecimento jurídico.

Expresso também meu especial agradecimento ao Mestre Luciano Augusto de Toledo Coelho pela amizade e apoio, sanando diversas dúvidas relacionadas ao direito, bem como pelo fato de emprestar-me vários livros que serviram como base jurídica para a construção do presente trabalho.

À Professora Thereza Cristina Gosdal pela paciência, sugestões e correções durante a produção do presente trabalho de conclusão de curso, bem como pelas aulas de Direito do Trabalho, ministradas no transcurso do meu 4º (quarto) ano, as quais aumentaram minha sede pelo aprendizado na esfera trabalhista.

## RESUMO

A Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde, diante do potencial cancerígeno cientificamente comprovado que o amianto apresenta, recomendam o seu total banimento do mercado. Todavia, com respaldo na teoria do uso controlado, tese essa demasiadamente questionada no meio acadêmico, as empresas insistem na permanência da utilização desse minério para produção de diversos produtos. Tendo em vista o adoecimento tardio de muitos empregados, muitos trabalhadores sequer buscam o judiciário a fim de responsabilizar aquele que lhe causou dano, ou seja, o empregador. Quanto àqueles que acessam o Poder Judiciário, observa-se que, como se não bastasse o patamar de desigualdade na relação empregado/empregador, a jurisprudência majoritária tem exigido que o trabalhador prove a culpa patronal para, só então, haver responsabilização civil deste. No entanto, diante dos malefícios causados aos trabalhadores que ao asbesto são expostos, é notório que se trata de atividade de risco, devendo o empregador responder objetivamente pelas doenças adquiridas por seus empregados em decorrência do labor prestado. Ademais, tratando-se de questão de saúde pública, o banimento do amianto, da mesma forma como aconteceu em diversos países, é necessário.

Palavras chaves: Responsabilidade civil do empregador - Direito do Trabalho - Teoria do risco da atividade econômica; Amianto.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	2
2.1. CONCEITO.....	2
2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL .....	4
2.3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	5
2.4. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	16
2.4.1. CONDUTA HUMANA .....	16
2.4.2. CULPA GENÉRICA OU LATO SENSU .....	18
2.4.3. O DANO .....	20
2.4.4. NEXO DE CAUSALIDADE E SUAS EXCLUDENTES.....	23
2.5. TEORIAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....	30
2.5.1 RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA .....	30
2.5.2. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA .....	31
3. O AMIANTO .....	34
3.1. CONCEITO.....	34
3.2 A UTILIZAÇÃO DO AMIANTO NO BRASIL.....	36
3.2. OS MALEFÍCIOS DECORRENTES DO MANUSEIO DO AMIANTO .....	38
3.3. A TEORIA DA UTILIZAÇÃO CONTROLADA DO AMIANTO .....	44
4. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO ADEQUADO, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA ..	52
4.1. O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO ADEQUADO .....	52
4.2. O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O AMIANTO.....	56
4.3. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR, O AMIANTO E A JURISPRUDÊNCIA NACIONAL .....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70
REFERÊNCIAS .....	73
ANEXO .....	82



## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho pretende estudar a responsabilidade civil do empregador e sua aplicação ao Direito do Trabalho, sobretudo no que se refere a casos de doenças ocupacionais decorrentes da utilização do amianto como matéria prima, sob a perspectiva da teoria da atividade de risco. Neste sentido, serão estudadas as vertentes doutrinárias, a legislação e a jurisprudência referente ao assunto e, precipuamente, qual é o critério de responsabilidade civil (objetiva ou subjetiva) mais coerente a ser aplicado ao empregador diante da atividade de risco exercida pela empresa.

A princípio, far-se-á uma breve análise da teoria geral da responsabilidade civil, expondo sua evolução histórica, seus elementos, suas excludentes, assim como demais pontos importantes para o deslinde do presente labor.

Após, será delimitado o conceito de amianto e suas consequências, tais como as doenças decorrentes da exposição do trabalhador a essa substância. Ainda, será apresentado o entendimento de organismos nacionais e internacionais sobre os malefícios causados pelo amianto, bem como a tese do uso controlado, o principal respaldo da manutenção do asbesto no mercado nacional.

Posteriormente, será necessário discorrer acerca da importância do meio ambiente de trabalho adequado, bem como sobre o tratamento legal do amianto e, finalmente, verificar como incide a responsabilização do empregador na jurisprudência nacional em casos de doenças cuja gênese possui nexos com a exposição do trabalhador ao asbesto, que é frequentemente manuseado como matéria prima no setor industrial. Nesse sentido, pretende-se identificar, em proteção à dignidade humana do trabalhador, qual deve ser a responsabilização do empregador mais adequada, tendo em vista os malefícios causados pelo elemento químico referido e pelo fato de tratar-se de elemento que expõe o trabalhador a um risco acentuado.



## 2. RESPONSABILIDADE CIVIL

### 2.1. CONCEITO

Dentre as finalidades da existência do Direito, encontra-se a necessidade de criação de condições mínimas para o trato diário entre os homens em uma dada sociedade.<sup>1</sup> Em diapasão com os ensinamentos de Pontes de Miranda, “a responsabilidade tem fundamento moral, porque se supõe, para a imputação, que o homem tenha de agir como ser que tem de adaptar-se à vida social e há de concorrer para crescente adaptação”.<sup>2</sup>

Genericamente, a expressão responsabilidade nos conduz à ideia de restauração de equilíbrio, contraprestação e até de reparação de dano.<sup>3</sup> Sendo assim, a responsabilidade civil tem o condão de restabelecer a paz pré-existente em uma sociedade quando, em virtude de um dano, a harmonia social é rompida.

É relevante mencionar a lição de Sérgio Cavalieri Filho o qual explana que “em seu sentido etimológico responsabilidade exprime a ideia de obrigação, encargo, contraprestação. Em sentido jurídico, o vocábulo não foge dessa ideia. Designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de um outro dever jurídico”.<sup>4</sup> Pode-se concluir, portanto, que sem violação de dever jurídico preexistente, ou seja, não havendo efetivo dano, inexistente responsabilidade, uma vez que esta pressupõe o descumprimento de uma obrigação.

Interessante ressaltar que a responsabilidade civil possui as funções reparadora e sancionadora. Nesse sentido, Inocêncio Galvão Telles leciona que:

---

<sup>1</sup> TUPONI JUNIOR, Benedito Aparecido (2010). *Responsabilidade Civil Objetiva no Ato do Trabalho e Atividade Empresarial de Risco*. Curitiba: Jaruá Editora. p 25.

<sup>2</sup> MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de (1996). *Tratado de direito privado. Parte Especial*. Rio de Janeiro: Borsoi.t.LIII, p.211.

<sup>3</sup> PAULA, Carolina Bellini Arantes de. (2007). *As Excludentes de Responsabilidade Civil Objetiva*. São Paulo: Atlas. p. 8.

<sup>4</sup> CAVALIERI FILHO, José dos Santos (2008). *Manual de Direito Administrativo*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008. p 24 .

[...] a responsabilidade civil exerce uma função reparadora, destinando-se, como se destina, a reparar ou indenizar prejuízos por outrem sofridos. Mas desempenha também uma função sancionadora, sempre que na sua base se encontra um acto ilícito e culposos, hipótese a que nos vimos reportando, pois representa uma forma de reação do ordenamento jurídico contra esse comportamento censurável.<sup>5</sup>

Malgrado não haja definição legal para o conceito de responsabilidade civil, doutrinariamente, esta pode ser concebida, nas palavras de José Afonso Dallegrave Neto como:

[...] a sistematização de regras e princípios que objetivam a reparação do dano patrimonial e a compensação do dano extrapatrimonial causados diretamente por agente – ou por fato de coisas ou pessoas que dele dependam – que agiu de forma ilícita ou assumiu o risco da atividade causadora de lesão.<sup>6</sup>

A responsabilidade civil repercute diretamente na relação de trabalho quando o empregado sofre algum dano decorrente do labor prestado. Isso porque o trabalhador, em razão das próprias condições de um contrato de trabalho, encontra-se em patamar desigual em relação ao empregador, motivo pelo qual deve aquele, em respeito à dignidade da pessoa humana, receber a proteção por parte do Estado, tendo em vista a necessidade de manutenção da integridade física, patrimonial e da saúde mental do trabalhador. Nesse sentido, se houver nexo causal entre o dano sofrido pelo empregado e o trabalho realizado, seja pelas condições do meio ambiente de trabalho, seja por acidente sofrido ou até mesmo em razão de doença ocupacional, o empregador deverá ser responsabilizado e, por consequência, indenizar o empregado.

---

<sup>5</sup> TELLES, Inocêncio Galvão. Direito das Obrigações. 7. Coimbra: Coimbra, 1997. p. 418.

<sup>6</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 100

## 2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL

A doutrina majoritária reconhece a existência das responsabilidades contratual e extracontratual, sendo que, embora existam elementos comuns a ambas (dano, ato ilícito e nexo causal), há distinções.

Nos termos dos ensinamentos de Raimundo Simão de Melo, a responsabilidade contratual deriva de um contrato firmado entre as partes, quer seja escrito ou tácito e o dever de indenizar surge quando um dos contratantes não cumpre determinada obrigação decorrente do pactuado.<sup>7</sup>

Noutro plano, a responsabilidade civil extracontratual decorre de violação de dever geral previsto em lei ou na ordem jurídica, sendo que é o ato ilícito que, por si só, conduz à gênese de uma relação jurídica obrigacional, originando, para o causador do dano, o dever de indenizar a vítima.<sup>8</sup>

Como bem observado por Dallegrave Neto, “o traço delimitador entre as duas espécies não é simplesmente a preexistência ou inexistência de um contrato entre as partes, mas, sim, o fato de o dano a ser reparado advir da inexecução de obrigação contratual mantida por elas”.<sup>9</sup>

Tem-se, pois, que enquanto na responsabilidade contratual existe um contrato unindo as partes, na responsabilidade extracontratual inexistente vínculo jurídico entre a vítima e o causador do dano. Neste caso, a obrigação de indenizar decorre de um ato delitual ou de uma ilicitude.<sup>10</sup>

Acerca das diferenças entre responsabilidade civil contratual e extracontratual, Dallegrave Neto expõe que:

---

<sup>7</sup>MELO, Raimundo Simão *Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador*. 4ª. São Paulo: LTr, 2010. p. 242.

<sup>8</sup>CAVALIERI FILHO, Sérgio (1998). *Programa de responsabilidade civil*. 2ª. São Paulo: Malheiros. p. 197.

<sup>9</sup>DALLEGRAVE NETO, José Affonso. *Op. Cit.*, p. 102.

<sup>10</sup>MELO, Raimundo Simão de. *Op. Cit.*, p. 242.

[...] na responsabilidade civil extracontratual, o ônus de prova acerca da existência do ato ilícito é da vítima. Em sendo contratual, o ônus *probandi* varia conforme o tipo de inexecução: quando incidente sobre obrigação de resultado, haverá presunção de culpa do agente, dispensando a prova por parte da vítima, enquanto que, quando o dano decorrer da inexecução de uma obrigação de meio, a vítima terá de comprovar o ato culposo do agente, salvo os casos de inversão do ônus da prova motivados pela aplicação do princípio da aptidão da produção da prova.<sup>11</sup>

Adota-se, no Brasil, quando da análise da responsabilidade civil o princípio da consunção, o qual permite que um dos regimes (contratual ou extracontratual) se sobreponha a outro como forma de garantir proteção mais eficaz à vítima. Acrescenta Sérgio Severo, que, em regra, o regime da responsabilidade civil contratual prefere o da responsabilidade extracontratual, uma vez que mais favorável à vítima no que tange ao ônus probatório.<sup>12</sup>

### 2.3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Nos primórdios da civilização não havia regras ou limitações para o revide ao causador do dano. O ideal de justiça não passava de mera vingança pessoal.<sup>13</sup> Nesse sentido, Giselda Hinoraka pontua que tal compreensão de justiça como vingança é uma noção presente na quase totalidade dos povos antigos, que perdurou até o advento da civilização grega, na sua forma mais evoluída.<sup>14</sup>

No Direito antigo, o documento de maior relevância é a Lei das XII Tábuas, que foi fruto de reivindicações da plebe e que refletia os traços do

---

<sup>11</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 102.

<sup>12</sup> SEVERO, Sérgio (1996). Os danos extrapatrimoniais. São Paulo: Saraiva. p. 52.

<sup>13</sup> FERRO, Thania Maria Bastos Lima (2016). A função punitiva da responsabilidade civil em acidentes de trabalho. São Paulo: LTR. p. 72.

<sup>14</sup> HINORAKA, Giselda Maria F. Novaes (2005). Responsabilidade Pressuposta. Belo Horizonte: Del Rey. p.45.

povo romano.<sup>15</sup> Nesse documento, havia tipificação de condutas ilícitas. Isso contribuiu intensamente para a formação teórica do instituto.<sup>16</sup>

Dallegrave Neto, citando Jean Schmidt, ensina que “a evolução histórica do conceito de responsabilidade civil foi sensível a partir do direito romano quando introduziu o elemento subjetivo culpa, contra o objetivismo do direito primitivo, expurgando-se do direito a ideia de pena, para substituí-la pela de reparação civil do dano sofrido”.<sup>17</sup>

Brandão assinala que a *Lex Poetelia Papiria*, século IV a.C, destacou-se por abolir a execução pessoal do agente nas reparações de danos, o que deu origem ao princípio da *restitutio integrum*, vinculado à reparação integral do patrimônio dos prejudicados pelos atos ilícitos praticados, elidindo-se, pois, o caráter vingativo na solução de controvérsias que envolvessem danos, sendo que, ao mesmo tempo, passou-se a levar em conta o grau de culpa do causador de danos para fins de responsabilização.<sup>18</sup>

Cretella Júnior ensina que “a sistematização da responsabilidade civil só passou a existir com a *Lex Aquilia*, que introduziu uma nova modalidade de direito civil – o *damnum juria datum* como figura autônoma, que viabilizou o pagamento de multa correspondente ao prejuízo sofrido, nos moldes ali estabelecidos”.<sup>19</sup>

Para a caracterização do *damnum injuria datum*, fazia-se necessário a presença de três elementos determinantes: a) *damnum*, ou lesão na coisa; b) ato contrário a direito; c) culpa, quando o dano resultava de ato positivo do agente, praticado com dolo ou culpa.<sup>20</sup>

---

<sup>15</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Romano. 29. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 32-33.

<sup>16</sup> SANTOS, Mauro Sérgio dos. A responsabilidade civil extracontratual no Direito Romano: análise comparativa entre os requisitos exigidos pelos romanos e os elementos de responsabilidade civil atualmente existentes. *Direito em Ação*. Brasília, DF, v. 10, n. 1, p.21, jan./jun.2013. Disponível em: [www.portal.revistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/5082/3229](http://www.portal.revistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/5082/3229).

<sup>17</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 108.

<sup>18</sup> BRANDÃO, Cláudio. ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. 3. ed. São Paulo: LTr, 2009, p. 209.

<sup>19</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Op. Cit., p. 209.

<sup>20</sup> ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, v.2, p. 280.

Importante mencionar os ensinamentos de Alvino Lima:

[...] a evolução operou-se, conseqüentemente, no sentido de se introduzir o elemento subjetivo da culpa a diferenciar a responsabilidade civil da pena. E muito embora o direito romano não tivesse conseguido se libertar inteiramente da ideia da pena, a verdade é que a ideia de delito privado, engendrando uma ação penal, viu o domínio de a sua aplicação diminuir, à vista da admissão, cada vez mais crescente, de obrigações delituais, criando uma ação mista ou simplesmente reipersecutória.<sup>21</sup>

O instituto da responsabilidade civil consolidou-se, deveras, como teoria no Direito Francês. Fruto da Revolução Francesa, o Código Francês de 1804 é de longe o mais importante diploma legal do século XIX, influenciando inúmeros outros códigos dos mais diversos países.<sup>22</sup> Neste período, a responsabilidade jurídica se revestiu de princípio geral por força do art. 1382 do Código Francês cuja premissa é: quem der causa a dano alheio deve repará-lo. Com a vigência do *Code* “a responsabilidade civil passou a ser sistematizada, transformando-se em instituto jurídico calcado na culpa, a qual é manifestada pelo descumprimento de um dever geral de não prejudicar outrem (*neminem laedere*)”.<sup>23</sup>

No mesmo lapso temporal, com a Revolução Industrial, precursora do modelo capitalista, surgiu, em paralelo ao crescimento econômico e tecnológico, a multiplicação de danos pela exposição dos trabalhadores aos mais variados riscos inerentes ao ambiente de trabalho.<sup>24</sup> A partir disso, a doutrina francesa, responsável pela maior parte das ideias socializantes, passou a admitir outra modalidade de responsabilidade civil, aquela sem culpa, oriunda dos estudos de Saleilles e Josserand sobre a teoria do risco.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> LIMA, Alvino (2000). A responsabilidade civil pelo fato de outrem. 2. Ed. Atualizada por Nelson Nery Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 27.

<sup>22</sup> FERRO, Thania Maria Bastos Lima (2016). Op. Cit., p. 74-75.

<sup>23</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 111.

<sup>24</sup> BRANDÃO, Claudio. Op. Cit., p. 211.

<sup>25</sup> TARTUCE, Flavio (2012). Direito Civil, v.2: direito das obrigações e responsabilidade civil. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Método. p. 295.

A responsabilidade civil subjetiva<sup>26</sup> demonstrava-se incapaz de solver conflitos decorrentes da era moderna, que reduziu à miséria várias vítimas dos danos, principalmente ocasionados por atividades lícitas, motivo pelo qual impulsionou a consolidação da responsabilidade civil objetiva, com vistas à equidade, atentando-se para a necessidade do equilíbrio social.<sup>27</sup>

Nesse sentido, ao invés de manifestar preocupação de vincular a indenização à ilicitude do ato, passou-se a privilegiar o ressarcimento do dano: a vítima, antes inserida num plano secundário, sendo ela, inclusive, o ônus da prova da culpa, passa a ser vista pelo Direito como sujeito prioritariamente tutelado. A obrigação de indenizar, diante da nova teoria do risco, prescinde da prova ou da existência de culpa do agente causador do dano, evoluindo a responsabilidade civil em seus fundamentos para abarcar a reparação das lesões existentes em maior número.<sup>28</sup>

Observa-se que, com a ascensão da responsabilidade civil objetiva, o direito passa a preocupar-se com a dignidade do ser humano atingido, sobrepondo-se às preocupações meramente patrimoniais. Na mesma direção estão as lições de Maranhão:

[...] no âmbito do paradigma contemporâneo da responsabilidade civil, o cenário da reparação de danos se transmuda sobremaneira. A começar por sua base normativa que passa a ser a Constituição. Excelente transição, já que o ponto de vista, agora, parte dos nobres ares constitucionais. O valor preponderante, nessa atual formatação, é a solidariedade. Naturalmente, a ótica passa a ser eminentemente existencial, porquanto seu alvo é a tutela jurídica da dignidade da pessoa humana, despontando como critério legitimador o risco. Prescinde-se do dano ilícito. Nestes novos tempos, o que importa é refrear a existência do dano injusto, evitando que pessoas inocentes suportem os efeitos drásticos de lesões para cuja existência em nada

---

<sup>26</sup> Consoante os ensinamentos de Tartuce, constitui regra geral no ordenamento jurídico brasileiro a responsabilidade subjetiva, a qual se baseia na teoria da culpa. Assim, para que o agente indenize, ou seja, para que responda civilmente, é necessária a comprovação da sua culpa genérica, que inclui o dolo (intenção de prejudicar) e a culpa em sentido restrito (imprudência, negligência e imperícia). Tendo em vista sua relevância, a responsabilidade civil subjetiva será melhor analisada posteriormente.

<sup>27</sup> PAULA, Carolina Bellini Arantes de. Op. Cit., p. 13.

<sup>28</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 113.

contribuíram, mas cuja ocorrência é propiciada pelos riscos naturalmente suscitados pelo exercício de uma atividade lícita.<sup>29</sup>

No Direito moderno, a tendência tem sido cada vez mais a substituição da ideia de culpa tradicional, que fundamenta a responsabilidade civil subjetiva, pela simples responsabilidade objetiva, sem comprovação de culpa, porque aquela, mostra-se cada vez mais insuficiente para atender às imposições do progresso da humanidade em todos os seus setores.<sup>30</sup>

A teoria da culpa está consagrada em todas as legislações mundiais vigentes. Todavia, diante da diversidade, os fatos da vida, as necessidades prementes e o surgir dos casos concretos não encontravam solução prevista em lei, motivo pelo qual levaram “a jurisprudência e a doutrina a ampliarem o conceito de culpa e a acolherem, embora excepcionalmente, conclusões de novas tendências doutrinárias na direção de outra solução paralela, qual seja, a responsabilidade objetiva”.<sup>31</sup>

Conforme bem observado por Tuponi Júnior, em sentido amplo, a teoria do risco dá o suporte precípuo para embasar a responsabilidade objetiva, segundo a qual, “aquele que ao empreender determinada atividade produzir risco, deverá indenizar os eventuais danos relacionados a este risco, prescindindo-se de qualquer consideração a respeito de sua culpa”.<sup>32</sup>

Com o aprofundamento acerca da teoria do risco, a doutrina em matéria de responsabilidade civil elaborou algumas espécies de riscos, quais sejam: risco integral, risco administrativo, risco proveito, risco criado, risco profissional e risco da atividade econômica.

A teoria do risco integral parte da premissa de que o agente deve suportar integralmente os riscos, obrigando-se a indenizar o prejuízo ocorrido, independentemente da investigação da culpa, bastando a vinculação objetiva

---

<sup>29</sup> MARANHÃO, Ney Stany Moraes. Enxergando o futuro pela lente do passado: é possível aplicar a responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade no âmbito do direito do trabalho? REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, Belém, vol. 44, n. 86, p. 96, jan./jun. 2011.

<sup>30</sup> MELO, Raimundo Simão. Op. Cit., p. 239.

<sup>31</sup> MELO, Raimundo Simão. Op. Cit., p. 248.

<sup>32</sup> TUPONI JUNIOR, Benedito Aparecido. Op. Cit., p. 48.



do dano a determinado fato. Salienta, também, que a referida teoria não teve recepção pelo direito privado, além de receber muitas críticas pelos defensores da teoria subjetivista, que a considera manifestamente iníqua.<sup>33</sup>

No mesmo sentido salienta Raimundo Simão de Melo ao defender que “a teoria do risco integral, abolindo a ideia de culpa, proclama que qualquer fato, culposos ou não, deve assegurar à vítima a reparação do dano causado”.<sup>34</sup> Acresce, ainda, que não se indaga como ou por que ocorreu o dano, assim como não permite qualquer excludente, sendo que, em razão de seu radicalismo, essa teoria não prosperou nem mesmo entre os partidários do risco, como fundamento da responsabilidade objetiva.<sup>35</sup>

Interessante mencionar a lição de Dallegrave Neto a qual ressalta que:

[...] há controvérsia sobre sua adoção no campo do direito público: alguns entendem subsistir o risco integral quando se está diante da responsabilidade objetiva do Estado, conforme preceitua o art. 37, §6º da Constituição Federal e art. 43 do Código Civil; outros a admitem, mas não de maneira absoluta, em face das excludentes da força maior e da culpa exclusiva da vítima.<sup>36</sup>

A teoria do risco administrativo, malgrado com notável evolução no que tange à responsabilidade civil do Estado, mostrou-se insatisfatória para a solução de casos envolvendo a atuação comissiva da Administração Pública causadora de dano ao particular. Destarte, passou-se a considerar que, por ser mais poderoso, o ente estatal teria que arcar com um risco natural decorrente de suas diversas atividades, uma vez que deveria guardar proporção entre a quantidade de poder e a responsabilidade pelo risco assumido, surgindo,

---

<sup>33</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 116.

<sup>34</sup> MELO, Raimundo Simão. Op. Cit., p. 249.

<sup>35</sup> *Idem*.

<sup>36</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 116.

portanto, a teoria do risco administrativo, como fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.<sup>37</sup>

Acerca do embasamento da teoria do risco administrativo, relevante o magistério de Sérgio Cavalieri Filho:

Resultou, daí, a *teoria do risco administrativo*, imaginada originalmente por León Duguit e desenvolvida por renomados administrativistas, teoria, essa, que pode ser assim formulada: a Administração Pública gera risco para os administrados, entendendo-se como tal a possibilidade de dano que os membros da comunidade podem sofrer em decorrência da normal ou anormal atividade do Estado. Tendo em vista que essa atividade é exercida em favor de todos, seus ônus devem ser também suportados por todos, e não apenas por alguns. Consequentemente, deve o Estado, que a todos representa, suportar os ônus da sua atividade, independentemente de culpa dos seus agentes.<sup>38</sup>

Cumpre salientar que Hely Lopes Meirelles enquadra a teoria do risco integral como “modalidade extremada da doutrina do risco administrativo, abandonada na prática, por conduzir ao abuso e à iniquidade social”.<sup>39</sup> Ademais, independentemente do termo jurídico utilizado, em ambas as teorias (risco integral ou risco administrativo) são impostos pela doutrina e jurisprudência limites às hipóteses da teoria objetiva tanto no campo público como no privado.<sup>40</sup>

Cláudio Luiz Bueno de Godoy ensina que o risco proveito há de ser suportado por quem desempenhe uma atividade no seu proveito, tratando-se da regra clássica do *ubi emolumentum, ibi ônus*, ou seja, quem tira proveito de uma atividade que a tanto se volte, que se volte ao auferimento de lucro, deve, também, arcar com a responsabilidade pelos danos que assim sejam causados a terceiros.<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup>CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 6 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.p. 251

<sup>38</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. Op. Cit., p. 252.

<sup>39</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 602.

<sup>40</sup>DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 117.

<sup>41</sup> GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Responsabilidade Civil pelo Risco da Atividade. 2. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. p. 83.

Todavia, há dificuldade em conceituar-se o proveito. Isso porque se o proveito significa auferir lucro, vantagem econômica, a responsabilidade embasada no risco-proveito ficará limitada aos comerciantes e industriais, não sendo aplicável, portanto, aos casos em que a coisa causadora do dano não é fonte de ganho. Acrescenta-se, ainda, que “a vítima teria o ônus de provar a obtenção desse proveito, o que importaria no retorno ao complexo problema da prova”.<sup>42</sup>

Nesse sentido, devido a críticas à referida teoria, houve ampliação da área do risco, para enxergá-lo de forma mais ampla, ou seja, a partir de um risco criado.

Na teoria do risco criado, a obrigação de indenizar está vinculada ao risco criado por atividades lícitas, porém perigosas. De acordo com Dallegrave Neto:

[...] quem tem por objeto negocial uma atividade que enseja perigo, deve assumir os riscos à sociedade. [...] A teoria do risco criado diferencia-se da clássica teoria subjetiva da culpa, posto que enquanto esta se funda no desenvolvimento de uma ação, ilícita, aquela se perfaz com base no desenvolvimento de uma ação lícita, porém perigosa ou de risco físico. [...] A teoria do risco criado, além de ser mais equitativa, ampliou o conceito de risco proveito, na medida em que a vítima sequer terá que provar que o dano resultou de uma vantagem ou de um proveito obtido pelo agente.<sup>43</sup>

Raimundo Simão de Melo, caminhando para o mesmo sentido, ensina que:

[...] pela teoria do risco criado, quem empreende alguma atividade, seja ela lucrativa (no sentido econômico) ou não, assume os riscos decorrentes, respondendo pelos danos causados a outrem, salvo as excludentes que a lei admite, como o caso fortuito, a força maior e a culpa exclusiva da vítima. Não há falar, no caso, em culpa do agente nem na ilicitude do ato, resumindo-se a atividade do juiz em tarefa objetiva de pesquisa de uma relação de causalidade entre o dano e o ato.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> PAULA, Carolina Bellini Arantes de. Op. Cit., p. 31.

<sup>43</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 118.

<sup>44</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 249.

Como bem explana Caio Mário, o conceito de risco que melhor se adapta às condições de vida social é o que se fixa no fato de que, se alguém põe em funcionamento alguma atividade, responde pelos eventos danosos que esta atividade cria para os indivíduos, independentemente de determinar se em cada caso, isoladamente, o dano é devido à imprudência, à negligência, a um erro de conduta, configurando-se, assim, a teoria do risco criado.<sup>45</sup>

Sílvio de Salvo Venosa defende que o risco criado é o denominador a ser utilizado para a tipificação da atividade de risco prescrita no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, a seguir transcrito: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Dessa forma, quando o empregador se utiliza de substância prejudicial à saúde de seus empregados ou não fiscaliza a utilização pelos seus empregados dos equipamentos de proteção individual, deverá, em caso de ocorrência de acidente de trabalho ou doença ocupacional, ser responsabilizado de forma objetiva pelo dano gerado, com base na teoria do risco criado.

“A teoria do risco profissional é mais ampla que a do risco criado, uma vez que enquanto esta se limita às atividades empresariais perigosas, a do risco profissional se estende a todo o empregador”.<sup>46</sup> Malgrado tenha se consagrado pela denominação “teoria do risco profissional”, Dallegrave Neto esclarece que o risco é suportado pela empresa, haja vista ser ela a responsável pelo desenvolvimento das atividades profissionais de seus empregados.<sup>47</sup> Interessante a lição de Carolina Bellini Arantes de Paula a qual defende que:

[...] a teoria do risco profissional diz respeito à atividade exercida com habitualidade e continuidade que origina um risco para a coletividade. Essa teoria tem o objetivo de influenciar basicamente as relações de trabalho em que o industrial tem a obrigação de indenizar o operário pelo dano que este sofra no exercício de seus encargos, em

---

<sup>45</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 270.

<sup>46</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 118.

<sup>47</sup> *Idem*. p. 118.

decorrência da sua disponibilidade para o trabalho ou por ocasião dele. [...] dessa forma, tal teoria afastou os inconvenientes advindos da teoria da culpa na ação acidentária, pois, na maioria das vezes, a desigualdade econômica e a dificuldade de o empregado produzir provas levavam à não-reparação dos danos advindos da atividade laboral.<sup>48</sup>

A teoria do risco profissional serviu para embasar a teoria da responsabilidade objetiva, sobretudo no tocante às ações reparatorias de acidentes do trabalho, criando novos rumos às pesquisas e seguindo, a partir de então, com regras próprias, distanciando-se do direito comum.<sup>49</sup>

A partir disso, independentemente de culpa, o empregador se responsabiliza pelos danos decorrentes de acidentes do trabalho de seus empregados, mediante o custeio de seguro específico, qual seja, o SAT (Seguro de Acidente do Trabalho), cuja previsão encontra-se na primeira parte do art. 7º, XXVII, da CF.<sup>50</sup>

Por fim, passa-se à análise da teoria do risco da atividade econômica, mencionada expressamente no *caput* do artigo 2º da CLT,<sup>51</sup> que conceitua a figura do empregador como: “[...] a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços”. Dallegrave Neto ensina que “ao preconizar a assunção do risco pelo empregador, a CLT está adotando a teoria objetiva, não para a responsabilidade proveniente de qualquer inexecução do contrato de trabalho, mas para a responsabilidade concernente aos danos sofridos pelo empregado em razão de mera execução regular do contrato de trabalho”.<sup>52</sup>

Nesse sentido, Sebastião Geraldo de Oliveira doutrina que:

[...] acima desse risco genérico que afeta indistintamente toda coletividade, de certa forma inerente à vida atual, outros riscos específicos ocorrem pelo exercício de determinadas atividades, dentro da concepção da teoria do ‘risco criado’. Se o risco a que se expõe o trabalhador estiver acima do risco médio da coletividade em geral, caberá o deferimento da indenização, tão somente pelo

<sup>48</sup> PAULA, Carolina Bellini Arantes de. Op. Cit., p. 31-32.

<sup>49</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 118.

<sup>50</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 119.

<sup>51</sup> “Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço”.

<sup>52</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 121.

exercício dessa atividade. Nessa hipótese, foi o exercício do trabalho que criou esse risco adicional.<sup>53</sup>

Salienta-se, por sua vez, que o trabalhador não pode sofrer qualquer dano pela mera execução do contrato de trabalho, sendo que o risco para viabilizar a atividade econômica é do empregador, conforme preceitua o artigo 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas.<sup>54</sup> Frequentemente, ocorre de o trabalhador sofrer danos quando do cumprimento de seu labor, ainda que não tenha o empregador contribuído e agido com culpa, como mera decorrência de suas atividades, perfazendo, assim, jus à consequente reparação.<sup>55</sup>

Infere-se, portanto, que pela teoria do risco da atividade o empregador se responsabiliza por todos os ônus decorrentes da manutenção da empresa, não podendo transferir ao empregado os riscos ou prejuízo do negócio.

Relevante o magistério de José Afonso Dallegrave Neto, o qual informa que:

[...] é possível asseverar que o funcionamento e a viabilização da empresa constituem obrigação de resultado, sendo ilícito delegar ao empregado qualquer encargo nesse sentido. Por essa razão é que o art. 458, § 2º, inciso I, da CLT assevera não serem salário os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados para a prestação do serviço. Ora, tais utilidades não têm natureza salarial porque constituem ônus patronal para viabilizar a própria atividade da empresa. [...] Independentemente de culpa patronal, a responsabilidade contra terceiros é da empresa, e eventual ação de regresso contra o empregado somente poderá ocorrer em sintonia com as diretivas traçadas no §1º do art. 462 da CLT, quais sejam: dolo ou culpa prevista expressamente no contrato. É que tais danos, ainda que de natureza culposa, quando situados numa área de previsibilidade própria da execução contratual, integram o risco da normal atividade (álea contratual), não podendo repassar ao empregado tal ônus.<sup>56</sup>

Por fim, é válido ressaltar a lição de Claudio Luiz Bueno de Godoy acerca da previsão genérica no âmbito da legislação de uma responsabilidade pelo

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: LTr, 2007. P. 113.

<sup>54</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 121.

<sup>55</sup> *Idem*.

<sup>56</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 123.

risco causado por uma atividade realizada. Expõe também que o Código Civil de 2002, "além de ser influenciado por um sistema de critério binário de responsabilidade civil, em que culpa e risco coexistem, incidindo sobre situações diferenciadas em que se evidencia a obrigação de indenizar, deu-se a estatuir uma cláusula geral",<sup>57</sup> do mesmo modo como sempre houve para a culpa em relação à responsabilidade subjetiva desde o código de 1916, para a responsabilidade sem culpa, cujo respaldo encontra-se no risco criado pelo desempenho de uma atividade.<sup>58</sup>

## 2.4. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Malgrado existam civilistas <sup>59</sup> que defendem que a culpa genérica é um elemento accidental da responsabilidade civil, prevalece o entendimento na doutrina nacional de que há quatro requisitos estruturais para a configuração do dever de indenizar, quais sejam: conduta humana, culpa genérica ou *lató sensu*, nexo de causalidade e dano ou prejuízo.<sup>60</sup> Passa-se, portanto, à análise desses pressupostos.

### 2.4.1. CONDUTA HUMANA

Para falar-se em responsabilidade civil, há a necessidade da prática de uma determinada conduta. Essa conduta pode ser fruto de uma ação (conduta positiva ou comissiva) ou omissão (conduta negativa ou omissiva).

Conforme bem ensina Raimundo Simão de Melo, enquanto a ação caracteriza-se como um ato positivo do agente, a omissão, por sua vez, é constituída por um ato cuja prática incumbia a alguém (por exemplo, o

---

<sup>57</sup> GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Op. Cit., p. 181.

<sup>58</sup> *Idem*.

<sup>59</sup> Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filhos são exemplos de doutrinadores que defendem essa tese.

<sup>60</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 342.

empregador que não adequa o meio ambiente do trabalho, em afronta às normas ambientais legais ou contratuais). Entretanto, ambas podem decorrer de ato próprio do agente, de terceiro ou de coisa que está sob a guarda daquele.<sup>61</sup>

Sobre o tema, oportuno explicar sobre os ensinamentos de Tartuce:

[...] percebe-se que a regra é a ação ou conduta positiva; já para a configuração da omissão é necessário que exista o dever jurídico de praticar determinado ato, bem como a prova de que a conduta não foi praticada. Em reforço, para a omissão é necessária ainda a demonstração de que, caso a conduta fosse praticada, o dano poderia ter sido evitado. Ilustrando, a jurisprudência nacional tem entendido que o condomínio, em regra, não responde pelo roubo ou furto do veículo no seu interior, uma vez que não há por parte do mesmo, ou de seus prepostos, o dever legal de impedir o ilícito.<sup>62</sup>

O civilista Sílvio Rodrigues informa que o ato do agente causador do dano impõe-lhe o dever de repará-lo não apenas quando exista, de sua parte, infringência a um dever legal, portanto ato praticado contra direito, mas também quando do seu ato, embora não infrinja norma legal, foge do fim social a que ela se destina. De fato, há atos que não colidem diretamente com a norma jurídica, mas afrontam a finalidade social por ela almejada. Tais atos consistem naqueles praticados com abuso de direito, e se o comportamento abusivo do agente causa dano a outrem, o dever de reparar, imposta àquele, apresenta-se indisfarçável.<sup>63</sup>

Infere-se, pois, que não é qualquer ação ou omissão que enseja o dever de indenizar, mas apenas aquela conduta que constitui em ato ilícito. Nesse sentido, Melo expõe que a ação e a omissão, contudo, pela regra geral da responsabilidade subjetiva ou aquiliana, só têm lugar quando configuram ilícito civil por ofensa a dever legal, contratual ou social.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 244.

<sup>62</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 343.

<sup>63</sup> RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. IV. p. 15.

<sup>64</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op (Rodrigues, 2002). Cit., p. 244.



#### 2.4.2. CULPA GENÉRICA OU *LATO SENSU*

A culpabilidade, consoante teoria clássica subjetiva ou aquiliana, é pressuposto essencial para configurar a responsabilidade para a reparação do dano causado pelo agente que gerou o prejuízo. Dessa forma, “como regra geral, só há falar em reparação do dano causado quando o ato do agente tenha sido praticado mediante dolo ou culpa, devidamente comprovado pela vítima”.<sup>65</sup>

Dessa forma, quando se fala em responsabilidade com ou sem culpa, tem-se que se levar em conta a culpa em sentido amplo ou *lato sensu*, que abrange o dolo e a culpa estrita, também denominada *stricto sensu*.

O dolo se caracteriza como uma violação intencional do dever jurídico com o intuito de prejudicar outrem, tratando-se da ação ou omissão voluntária descrita no art. 186 do Código Civil.<sup>66</sup>

Para Rui Stoco, o dolo é a vontade direcionada a um fim ilícito, ou seja, um comportamento consciente e voltado à realização de um desiderato.<sup>67</sup> Raimundo Simão de Melo acrescenta que “há dolo quando o ato é praticado mediante intenção deliberada do agente de cometer determinada infração. É, portanto, a violação consciente e intencional do dever legal ou contratual”.<sup>68</sup>

A culpa, por sua vez, é o desrespeito a um dever preexistente, não existindo necessariamente uma intenção de violar o dever jurídico, que acaba sendo violado por outro tipo de conduta.<sup>69</sup> Para Aguiar Dias, a culpa incide na falta de diligência na observância da norma de conduta, isto é, “o desprezo por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado, não

---

<sup>65</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 245.

<sup>66</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 345.

<sup>67</sup> STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 130.

<sup>68</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 245.

<sup>69</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 347.

objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração das consequências eventuais da sua atitude”.<sup>70</sup>

Nessa vertente, ainda vale citar o pensamento de Rui Stoco, o qual defende que:

[...] a culpa pode empenhar ação ou omissão e revela-se através: da imprudência (comportamento açodado, precipitado, apressado, exagerado ou excessivo); da negligência (quando o agente se omite, deixa de agir quando deveria fazê-lo e deixa de observar regras subministradas pelo bom senso, que recomendam cuidado, atenção e zelo); e da imperícia (atuação profissional sem o necessário conhecimento técnico ou científico que desqualifica o resultado e conduz ao dano).<sup>71</sup>

Em complementação, faz-se relevante esclarecer o posicionamento de Carlos Roberto Gonçalves:

[...] a conduta imprudente consiste em agir o sujeito sem as cautelas necessárias, com açodamento e arrojo, e implica sempre pequena consideração pelos interesses alheios. A negligência é a falta de atenção, a ausência de reflexão necessária, uma espécie de preguiça psíquica, em virtude da qual deixa o agente de prever o resultado que podia e devia ser previsto. A imperícia consiste sobretudo na inaptidão técnica, na ausência de conhecimentos para a prática de um ato, ou omissão de providência que se fazia necessária; é, em suma, a culpa profissional.<sup>72</sup>

Consoante lição de Melo, nem sempre é fácil para o prejudicado desincumbir-se do ônus probatório que a ele se impõe, sendo que há casos que se torna impossível para a vítima demonstrar a culpa daquele que lhe causou um dano, ficando por isso, sem reparação, o que incide em uma injustiça. Em razão disso, a doutrina vem procurando formas de abrandamento da teoria clássica da culpa, motivo pelo qual se admite a culpa presumida, mediante inversão do ônus probatório para o agente do dano, no intuito de

---

<sup>70</sup> DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. v. 1, p. 120.

<sup>71</sup> STOCO, Rui. Op. Cit., p. 130.

<sup>72</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 11.

facilitar a vida da vítima e a ele propiciar a devida reparação do dano que lhe for causado.<sup>73</sup> A culpa presumida é prevista para situações que possuem alta complexidade, mas não afasta o sistema de responsabilidade subjetiva, eis que somente admite um novo modo de distribuição de prova, que é extraída das próprias circunstâncias em que se dá o evento.<sup>74</sup>

### 2.4.3. O DANO

Em *lato sensu*, dano significa o prejuízo experimentado por uma pessoa no seu patrimônio material ou moral, em razão de um ato praticado por outrem. De acordo com o magistério de Sebastião Geraldo de Oliveira, “no âmbito da responsabilidade civil, a constatação de que a vítima tenha sofrido algum tipo de dano é pressuposto indispensável para o cabimento da indenização”.<sup>75</sup>

Inferre-se, portanto, que caso não haja efetivo prejuízo ou lesão, logicamente não existe o que reparar. Oportuno mencionar, por sua vez, as ponderações de Rui Stoco o qual assevera que se não houver prova do dano, falta fundamento para a indenização, não se admitindo o dano incerto, improvável ou eventual, o dano condicional e nem mesmo o dano hipotético”.<sup>76</sup> Para Raimundo Simão de Melo, como regra geral, tem-se que o dano é indenizável, mas para que isso ocorra é necessário que se demonstre a diminuição patrimonial ou a ofensa a um bem jurídico tutelado, desde que exista um nexo de causalidade entre o prejuízo decorrente e o respectivo ato ou omissão do agente.<sup>77</sup>

O artigo 186 do Código Civil expõe que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Observa-se que o Código

---

<sup>73</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 245.

<sup>74</sup> FERRO, Thania Maria Bastos Lima. Op. Cit., p. 96.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 216.

<sup>76</sup> STOCO, Rui. Op. Cit., p. 1.234.

<sup>77</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 247.

Civil expressamente exige a concomitância de dois requisitos: violar direito e causar dano a outrem. Nesse sentido, como bem ensina Oliveira, “o comportamento ilícito isoladamente não produz efeitos no âmbito da reponsabilidade civil, haja vista que para se obter a indenização será imprescindível comprovar que houve também a lesão de algum direito da vítima”.<sup>78</sup>

O dano pode ser patrimonial ou extrapatrimonial. O dano patrimonial é a lesão concreta, que afeta algum interesse relativo ao patrimônio da vítima, consistente na perda ou deterioração, total ou parcial, dos bens que lhe pertencem, sendo suscetível de avaliação pecuniária e de indenização pelo responsável.<sup>79</sup> Ainda, pode-se subdividir o dano material em danos emergentes e lucros cessantes. Os danos emergentes são constituídos pela efetiva redução do patrimônio da vítima, ou seja, um dano pretérito suportado pelo prejudicado, o que de fato se perdeu. Noutro plano, os lucros cessantes se caracterizam pelos valores que o prejudicado deixa de receber, de auferir, ou seja, uma frustração de lucro, em outros termos, o que razoavelmente se deixou de lucrar.<sup>80</sup>

O dano extrapatrimonial ou moral constitui uma lesão aos direitos da personalidade. Dessa forma, para a sua reparação, não se requer a determinação de um preço para a dor ou o sofrimento, mas sim um meio para atenuar, parcialmente, as consequências do prejuízo imaterial.<sup>81</sup> Nesse sentido, Noronha enfatiza que a reparação de todos os danos que não são suscetíveis de avaliação pecuniária obedece, em regra, ao princípio da satisfação compensatória. Assim, o quantitativo pecuniário a ser atribuído ao lesado nunca poderá ser equivalente a um ‘preço’, sendo que será o valor

---

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 217.

<sup>79</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 7. p. 84.

<sup>80</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 376.

<sup>81</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 390.

necessário para proporcionar ao lesado um lenitivo para o sofrimento infligido, ou uma compensação pela ofensa à vida ou à integridade física.<sup>82</sup>

Merece atenção a definição de dano moral anotada por Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona:

[...] o dano moral consiste na lesão de direitos cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente.<sup>83</sup>

Além das indenizações por dano material e moral, há a hipótese de indenização por dano estético. Em diapasão com a lição de Teresa Ancona Lopez:

[...] na concepção clássica, que vem de Aristóteles, é a estética uma ciência prática ou normativa que dá regras de fazer humano sob o aspecto do belo. Portanto, é a ciência que tem como objeto material a atividade humana (fazer) e como objeto formal (aspecto sob o qual é encarado esse fazer) o belo. É claro que quando falamos em dano estético estamos querendo significar a lesão à beleza física, ou seja, à harmonia das formas externas de alguém. Por outro lado, o conceito de belo é relativo. Ao apreciar-se um prejuízo estético, deve-se ter em mira a modificação sofrida pela pessoa em relação ao que ela era.<sup>84</sup>

Em regra, tais danos se encontram presentes quando o lesado sofre feridas, cicatrizes, cortes superficiais ou profundos em sua pele, lesão ou perda de órgãos internos ou externos do corpo.

Importante ressaltar que, embora anteriormente a doutrina tratasse o dano estético como espécie de dano imaterial ou moral, atualmente aquele se enquadra como uma terceira modalidade de dano.

---

<sup>82</sup> NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2003. v. I. p. 569.

<sup>83</sup> GAGLIANO Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil, 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2007. v. III: Responsabilidade civil. p. 55.

<sup>84</sup> LOPEZ, Teresa Ancona. O dano estético. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. p.17.

Nesse sentido, oportuno mencionar trecho do acórdão proferido pela Quarta Turma do STJ no REsp. nº 65.393-RJ:

RESPONSABILIDADE CIVIL. Dano à pessoa. Dano estético. Dano moral. Cumulação. No âmbito dos danos à pessoa, comumente incluídos no conceito de dano moral, estão a dor sofrida em consequência do acidente, a perda de um projeto de vida, a diminuição do âmbito das relações sociais, a limitação das potencialidades do indivíduo a *'perdre de jouissance de vie'*, tudo elevado a um grau superativo quando o desastre se abate sobre a pessoa com a gravidade que a fotografia de fls. 13 revela. Essas perdas, todas indenizáveis, podem existir sem o dano estético, sem a deformidade ou o aleijão, o que evidencia a necessidade de ser considerado esse dano como algo distinto daquele dano moral, que foi considerado pela sentença. E tanto não se confundem que o defeito estético pode determinar, em certas circunstâncias, indenização pelo dano patrimonial, como acontece no caso de um modelo. (REsp. nº 65.393-RJ. Min. Ruy Rosado de Aguiar)

A fim de pacificar o impasse em questão, o Superior Tribunal de Justiça criou a Súmula 387 que entende lícita a cumulação do pedido de danos morais e dano estético.

Diante da complexidade que as relações sociais, trabalhistas e comerciais passaram a ter, criaram-se outros tipos de danos que poderiam aqui ser mencionados, como por exemplo dano por perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais ou difusos. Todavia, tendo em vista os limites do presente trabalho, que não permitem maiores considerações sobre o tema, passa-se à análise de outro elemento da responsabilidade, qual seja, o nexo de causalidade.

#### 2.4.4. NEXO DE CAUSALIDADE E SUAS EXCLUDENTES

Trata-se de um requisito para a gênese da responsabilidade civil. Isso porque é incabível o ressarcimento quando não ficar comprovado o nexo que vincula o dano ao seu causador, fundando-se na lógica de que ninguém deve

ser responsabilizado por dano a que não tenha dado causa.<sup>85</sup> Para Cavalieri Filho, “o conceito de nexo causal não é jurídico; decorre das leis naturais. É o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado”.<sup>86</sup>

Flávio Tartuce informa que “o nexo causal constitui o elemento imaterial ou virtual da responsabilidade civil, constituindo a relação de causa e efeito entre a conduta culposa ou o risco criado e o dano suportado por alguém”.<sup>87</sup> Sobre o tema, explica Diniz que:

[...] o vínculo entre o prejuízo e a ação designa-se “nexo causal”, de modo que o fato lesivo deverá ser oriundo da ação, diretamente ou como sua consequência previsível. Tal nexo, representa, portanto, uma relação necessária entre o evento danoso e a ação que o produziu, de tal sorte que esta é considerada como sua causa. Todavia, não será necessário que o dano resulte apenas imediatamente do fato que o produziu. Bastará que se verifique que o dano não ocorreria se o fato não tivesse acontecido. Este poderá não ser a causa imediata, mas se for condição para a produção do dano, o agente responderá pela consequência.<sup>88</sup>

Interessante mencionar a reflexão feita por Thania Maria Bastos Lima Ferro:

[...] a cada dia surgem novos danos que reclamam reparação adequada. Em consequência, o ajuizamento de ações de indenização tem aumentado de volume de forma considerável e as questões suscitadas são as mais diversas e de crescente complexidade, o que obriga os julgadores a adotar uma atividade mais criativa, na tentativa de adequar a legislação às necessidades cotidianas para uma correta distribuição da justiça e pacificação das relações sociais. É por meio do nexo de causalidade que se delimita a extensão do dano indenizável. É nessa nova realidade que a correta aferição do nexo da causalidade tem fundamental importância, considerando-se que não basta, para que seja viável estabelecer o liame entre a conduta praticada pelo agente e o prejuízo sofrido pela vítima, ou seja, o nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano. Não há que se olvidar que

---

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 145.

<sup>86</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. Op. Cit., p. 70.

<sup>87</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 357.

<sup>88</sup> DINIZ, Maria Helena. Op. Cit., p. 107.

a investigação do nexo causal deverá ser feita, até mesmo, naqueles casos de responsabilização por conduta omissiva do agente.<sup>89</sup>

Faz-se necessário ressaltar que na responsabilidade subjetiva o nexo de causalidade é formado pela culpa genérica ou *lato sensu*, incluindo-se nela o dolo e a culpa estrita, conforme o art. 186 do Código Civil. No que tange à responsabilidade objetiva, o nexo de causalidade é formado pela conduta, cumulada com a previsão legal de responsabilização sem culpa ou pela atividade de risco (art. 927, parágrafo único, do Código Civil).<sup>90</sup>

Trazendo o conceito de nexo de causalidade para a esfera trabalhista, Sebastião Geraldo de Oliveira explica que:

[...] o nexo causal é o vínculo que se estabelece entre a execução do serviço (causa) e o acidente do trabalho ou doença ocupacional (efeito). Pode-se afirmar que esse pressuposto é o primeiro que deve ser investigado, visto que se o acidente ou a doença não estiverem relacionados ao trabalho é desnecessário, por óbvio, analisar a extensão dos danos ou a culpa patronal. Assim uma vez constatado que o empregado foi vítima de algum acidente ou doença cabe verificar em seguida o pressuposto do nexo causal, isto é, se há uma relação de causa e efeito ou liame de causalidade entre tal evento e a execução do contrato de trabalho. Se o vínculo causal for identificado, então estaremos diante de um acidente do trabalho conforme previsto na legislação; no entanto, se não for constatado, torna-se inviável discutir qualquer indenização. Nesse sentido, o art. 19 da Lei nº 8.213/1991 menciona que “acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa”.<sup>91</sup>

Diante da complexidade de verificação do nexo causal, existem várias teorias que o justificam. Flávio Tartuce elenca as três principais, quais sejam: teoria da equivalência das condições ou do histórico dos antecedentes (*sine qua non*), teoria da causalidade adequada e teoria do dano direto e imediato ou teoria da interrupção do nexo causal.

---

<sup>89</sup> FERRO, Thania Maria Bastos Lima. Op. Cit., p. 96.

<sup>90</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 357.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 146.



A teoria da equivalência das condições é aquela em que todos os fatos relativos ao evento danoso geram a responsabilidade civil, considerando-se como elemento de causalidade todos os antecedentes que de alguma forma participaram dos fatos que incidiram no dano. Trata-se de teoria não aplicável no Brasil, eis que amplia demasiadamente o nexo de causalidade, chegando a tornar-se inconveniente.<sup>92</sup>

A teoria da causalidade adequada busca identificar, na presença de uma possível causa, aquela que, de fato, gerou o evento danoso. Assim, não se poderia considerar toda e qualquer causa que contribuiu para o efeito danoso, mas sim, a partir de um juízo de probabilidade, apenas o fato relevante ou causa necessária passível de gerar responsabilidade civil, devendo a indenização ser adequada aos fatos que a envolvem.<sup>93</sup>

Já pela teoria da causalidade direta ou imediata, havendo violação do direito por parte do credor ou do terceiro, haverá interrupção do nexo causal com a consequente irresponsabilidade do suposto agente. Dessa forma, devem ser reparados somente os danos que decorrem como efeitos necessários da conduta do agente.<sup>94</sup>

Atualmente, a doutrina não é pacífica sobre qual das diversas teorias da causalidade é a teoria aplicada pelo Código Civil, não alcançando, assim, consenso significativo em torno da matéria. Com respaldo no artigo 403 do supracitado código, alguns doutrinadores<sup>95</sup> defendem que o entendimento mais acertado é no sentido da aplicação da teoria da causalidade direta ou imediata, eis que o dispositivo legal explana que “ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual”. Todavia, a referida teoria sofre críticas em razão de que a causalidade necessária restringe demasiadamente a obrigação de

---

<sup>92</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 358.

<sup>93</sup> *Idem.*

<sup>94</sup> *Idem.*

<sup>95</sup> Nessa vertente doutrinária se encontram, por exemplo, Gustavo Tepedino, Gisela Sampaio da Cruz, Pablo Stolze Gagliano e Rofolfo Pamplona Filho.

indenizar, exigindo uma condição, que além de suficiente e necessária para o surgimento do dano, também seja a causa, sendo que a dificuldade se encontra justamente em se buscar a condição necessária causadora do dano.

Em sentido contrário, Tartuce defende que a teoria da causalidade adequada é, em melhor sentido, a adotada pelo Código Civil, por força dos artigos 944 e 945 do CC. Isso porque a indenização deve ser adequada aos fatos que a cercam. Nesse diapasão, prevê o Enunciado nº 47 da I Jornada de Direito Civil que o art. 945 do CC não exclui a teoria da causalidade adequada.

Como se observa, a doutrina e jurisprudência pátria não alcançou um consenso significativo em torno da matéria, motivo pelo qual se encontra defensores de ambas as vertentes doutrinárias, bem como julgados que utilizam a teoria da causalidade adequada ou a teoria do dano direto e imediato e, por vezes, usam-nas indistintamente, ante a proximidade de seus conceitos.

No que tange às teorias aplicáveis para a caracterização do nexo de causalidade, merece atenção, por sua vez, a teoria da concausalidade. Consoante o magistério de Roberto Senise Lisboa, “concausalidade é a concorrência de causas de determinado resultado”.<sup>96</sup>

O referido doutrinador traz as seguintes classificações da concausalidade: concausalidade ordinária, conjunta ou comum, concausalidade acumulativa, concausalidade alternativa ou disjuntiva.

A concausalidade ordinária, conjunta ou comum é “aquela que existe entre as condutas coordenadas ou dependentes de duas ou mais pessoas, que de forma relevante participam para a produção do evento danoso”.<sup>97</sup> No que se refere à concausalidade acumulativa, classifica Lisboa como sendo aquela existente entre as condutas de duas ou mais pessoas que são independentes entre si, mas que causam o prejuízo. E, por fim, a concausalidade alternativa ou disjuntiva é aquela existente entre as condutas de duas ou mais pessoas,

---

<sup>96</sup> LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil. Obrigações e responsabilidade civil. 3. ed. São Paulo: RT, 2004. v. 2. p. 518.

<sup>97</sup> *Idem*.

sendo que apenas uma das condutas é importante para a ocorrência do evento danoso.<sup>98</sup>

O nexo de causalidade pode ser afastado a partir da caracterização de alguma das excludentes da responsabilidade civil. A partir da legislação civil, a doutrina sistematizou as excludentes em cláusula de não indenizar, caso fortuito ou força maior, fato de terceiro e culpa exclusiva da vítima.

Quanto à cláusula de indenizar, Venosa a conceitua como aquela em que “uma das partes contratantes declara que não será responsável por danos emergentes do contrato, seu inadimplemento total ou parcial”. Acrescenta também que essa cláusula tem o condão de modificar o sistema de risco no contrato, transferindo-o por intermédio do contrato para a vítima.<sup>99</sup> No âmbito da esfera trabalhista, importante ressaltar que não há aplicação desta excludente, isso porque o empregador não pode tentar eximir-se da sua obrigação de indenizar o dano infligido ao empregado. Eventual cláusula que permita tal hipótese será declarada nula de pleno direito, eis que ofende a previsão explícita no artigo 7º, XXVIII, da CF, bem como pelo fato de que os direitos trabalhistas são irrenunciáveis. Dallegrave Neto aponta corretamente que em tais situações, aplica-se a regra contida no artigo 444 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que confere liberdade às partes para fixar o conteúdo contratual “em tudo que não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, os contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes”.<sup>100</sup>

Passa à análise do caso fortuito e da força maior. Primeiramente, cabe tecer que não há unanimidade doutrinária acerca do tema. Para alguns doutrinadores, os conceitos de caso fortuito e força maior seriam, no direito pátrio, sinônimos, sendo ambos excludentes de responsabilidade. Todavia,

---

<sup>98</sup> *Idem.*

<sup>99</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 58-59.

<sup>100</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 400.

outros juristas<sup>101</sup> defendem que há distinção entre ambos os conceitos. O artigo 393, parágrafo único, do Código Civil, expõe que “o caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir”. A partir do supramencionado artigo, Tartuce define o caso fortuito como “o evento totalmente imprevisível decorrente de ato humano ou de evento natural. Já a força maior constitui um evento previsível, mas inevitável ou irresistível decorrente de uma ou outra causa”.<sup>102</sup>

No âmbito do direito comum, tanto o caso fortuito como o de força maior extinguem o direito à indenização, configurando-se tais institutos pela inevitabilidade do evento. Entretanto, importante salientar que na esfera do trabalhista, diante do seu conteúdo tutelar e mais social do que os contratos da área cível, o dano do empregado ocorrido no ambiente de trabalho, ainda que decorra de caso fortuito ou força maior não desobriga, por completo, o empregador, tendo em vista que, quando o empresário decide explorar determinada atividade econômica, assume, por consequência, os riscos dela decorrentes, em consonância com o art. 2º da CLT.<sup>103</sup>

Caracteriza-se a excludente decorrente de fato de terceiro quando o agente causador exclusivo do dano for um terceiro distinto das pessoas que figuram na relação contratual. Importante explicar que no contrato de trabalho, não é considerado terceiro, para fins de excludente da responsabilidade, os prepostos do empregador ou mesmo os prestadores terceirizados, de tal modo que o empregador responde pelos atos praticados por seus empregados e prepostos no exercício de trabalho que lhes incumbir.<sup>104</sup> Acerca do tema, interessante acrescentar que, quando impossível identificar o terceiro responsável, não existe fato de terceiro, mas caso fortuito ou força maior,

---

<sup>101</sup> Flávio Tartuce, Orlando Gomes e Sérgio Cavalieri Filho são exemplos de doutrinadores que seguem essa vertente doutrinária na qual existe distinção entre os conceitos de caso fortuito e força maior.

<sup>102</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 363.

<sup>103</sup> Dispõe o artigo 2º da CLT: Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

<sup>104</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 400-401.

lembrando-se que, é muito difícil e delicado precisar a diferença entre o fato de terceiro e o produzido pelas forças naturais.<sup>105</sup>

Por último, oportuno mencionar a excludente de responsabilidade civil em virtude de culpa exclusiva da vítima. Para Oliveira, configura-se culpa exclusiva da vítima quando “a causa única do acidente de trabalho tiver sido a sua conduta, sem qualquer ligação com o descumprimento das normas legais, contratuais, convencionais, regulamentares, técnicas ou do dever geral de cautela por parte do empregador”.<sup>106</sup>

## 2.5. TEORIAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

### 2.5.1 RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA

Trata-se da regra geral no ordenamento jurídico brasileiro. A responsabilidade civil subjetiva se baseia na teoria da culpa. Nesse sentido, para que o agente responda civilmente, isto é, para que este seja obrigado a indenizar, faz-se necessária a comprovação da sua culpa genérica, a qual se inclui o dolo (intenção de prejudicar) e a culpa em sentido estrito (imprudência, negligência e imperícia).<sup>107</sup> Além da existência da culpa em *lato senso*, pressupõe-se também para a configuração da responsabilidade civil subjetiva o dano e o nexo de causalidade, nos termos do artigo 186 e 927 do Código Civil e inciso XXVIII, artigo 7º, da Constituição Federal.

Relevante salientar que para Thania Maria Bastos Lima Ferro:

[...] a responsabilidade subjetiva tem como fundamento central a culpa do agente, que passa a ser pressuposto inarredável do dano indenizável, sendo esse, o elemento que o diferencia da responsabilidade civil objetiva onde se prescinde da prova da culpabilidade do agente para gerar o dever de indenizar. Pelo sistema

---

<sup>105</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Op. Cit., p. 402.

<sup>106</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 162.

<sup>107</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 459.

subjetivo não havendo prova da culpa do agente, inexistente a responsabilidade e, conseqüentemente, não se perfaz o dever de reparar. Ao lado da culpa, figuram também, como pressupostos para o dever de indenizar, o dano e o nexo de causalidade.<sup>108</sup>

Cumpra-se mencionar que, em diapasão com o artigo 373, I, do Novo Código de Processo Civil, o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito cabe ao autor. Assim, como regra geral, para que o agente causador do dano indenize o prejudicado, é necessária a prova do elemento da culpa.

No âmbito da Justiça Trabalhista, comumente a vítima comprova que a doença possui gênese ocupacional, mas não demonstra nenhuma falha ou descumprimento por parte do empregador das normas de segurança, higiene e saúde do trabalhador ou do dever geral de cautela. Em tais situações, constata-se os pressupostos de dano e nexo causal (origem ocupacional), mas falta o elemento da culpa para acolher o pedido de indenização. Considerando que as atividades empresariais se tornaram cada vez mais complexas, motivo pelo qual se dificulta demasiadamente a prova a ser realizada pelo autor, houve a necessidade da eclosão da teoria da responsabilidade civil objetiva, baseada no risco, a fim de que a vítima fosse desonerada de demonstrar a culpabilidade patronal.<sup>109</sup>

## 2.5.2. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

No final do século XIX, surgiu a teoria da responsabilidade civil objetiva. A teoria subjetiva da responsabilidade civil se evidenciou incompatível com o avanço do desenvolvimento no mundo contemporâneo, tendo em vista a complexidade e a multiplicação das causas de danos que demonstraram a inadequação dessa modalidade de responsabilidade para cobrir todos os casos de reparação. Diante da desigualdade econômica e maior capacidade organizacional do ofensor, cumulada com as cautelas do juiz na aferição formal

---

<sup>108</sup> FERRO, Thania Maria Bastos Lima. Op. Cit., p. 93.

<sup>109</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 94.

dos meios probatórios juntados ao processo, tornava-se praticamente impossível de o lesado comprovar a culpa do réu, constituindo-se empecilho para a realização da justiça, eis que a vítima muitas vezes não era indenizada.<sup>110</sup>

Conforme preceitua o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”. Nesse sentido, infere-se que a responsabilidade civil objetiva se baseia na teoria do risco, sendo que sua configuração prescinde da comprovação de existência de culpa, tendo por elementos essenciais o dano, nexo de causalidade e exercício de certa atividade considerada de risco. Ademais, naqueles casos não previstos em normas específicas, mas em se configurando uma situação onde a responsabilidade subjetiva é insuficiente para responsabilizar o agente causador do dano, ou seja, hipóteses tais que se torna impossível para o prejudicado comprovar a culpa do réu, poderá adotar-se a cláusula geral de responsabilidade objetiva, com o intuito de propiciar, ao aplicador do direito, uma melhor adequação ao caso concreto.<sup>111</sup>

A fim de elucidar o que constitui a atividade de risco, foi aprovado enunciado na I Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal com o seguinte teor:

38 – Art. 927: a responsabilidade fundada no risco da atividade, como prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade

Importante também mencionar o enunciado nº 446 da V Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, o qual expõe que a

---

<sup>110</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Op. Cit., p. 241.

<sup>111</sup> FERRO, Thania Maria Bastos Lima. Op. Cit., p. 109.

“responsabilidade civil prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do Código Civil deve levar em consideração não apenas a proteção da vítima, mas também a prevenção e o interesse da sociedade”.

Acerca da aplicação da responsabilidade civil objetiva nas relações de trabalho, oportuno relatar os ensinamentos de Tartuce:

[...] partindo para outra concretização da norma, o art. 927, parágrafo único do CC deve ser aplicado à relação de trabalho, particularmente à responsabilidade direta do empregador, podendo haver, dependendo da atividade desempenhada pelo empregador, responsabilidade objetiva deste. [...] A matéria de responsabilidade civil direta do empregador está prevista na Constituição Federal, em seu art. 7º, XXVIII, com regra pela qual é assegurado ao trabalhador “seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. [...] deve-se entender que, com a emergência do Código Civil de 2002, poderá o magistrado, dependendo do caso concreto, apontar para a responsabilidade direta objetiva do empregador quando a sua atividade produzir claros riscos ao empregado, conforme a aplicação da regra contida no parágrafo único do art. 927, que consagra a aclamada cláusula geral de responsabilidade objetiva.<sup>112</sup>

Nesse sentido, quando da ocasião da 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, foi aprovado o Enunciado nº 38, o qual informa que, em casos de doenças ocupacionais decorrentes dos danos ao meio ambiente, a responsabilidade do empregador é objetiva. Interpretação sistemática dos arts. 7º, XXVIII, 200, VIII, 225, §3º, da Constituição Federal e do art. 14, §1º, da Lei nº 6.938/1981”.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> TARTUCE, Flávio. Op. Cit., p. 464.



### 3. O AMIANTO

#### 3.1. CONCEITO

O amianto ou asbesto é um termo aplicado a um grupo especial de minerais de silicatos fibrosos que formam fibras longas, muito finas, que normalmente ocorrem em feixes. Quando manuseado ou esmagado, os feixes de amianto prontamente se separam em fibras minerais individuais.<sup>114</sup>

Amianto e asbesto são nomes comerciais desse grupo heterogêneo de minerais facilmente separáveis em fibras, sendo que, no Brasil, a denominação de maior conhecimento popular é a primeira. Interessante salientar que se utiliza indiscriminadamente os termos asbesto e amianto no Brasil.<sup>115</sup>

Existem dois importantes grupos de rochas amiantíferas: as serpentinas (a crisotila ou amianto branco) e os anfibólios. Estes se agrupam em cinco espécies principais, quais sejam: actinolita, amosita (amianto marrom), antofilita, crocidolita (amianto azul) e tremolita.<sup>116</sup>

O gênero das serpentinas, ou crisotila, corresponde a mais de 95% da produção mundial de asbesto, sendo, portanto, a variação da supracitada substância a que mais possui relevância ao presente estudo. A crisotila tende a ter fibras muito finas, sendo usualmente longas e flexíveis, antes do beneficiamento.<sup>117</sup> O amianto branco é utilizado em materiais de construções de amianto-cimento (A-C), folhas planas e corrugadas de A-C, tubos de A-C e caixas d'água de A-C. Além desses, ainda há produtos manufaturados com

---

<sup>114</sup> MEEKER, G. 2008. Statement of Gregory P. Meeker, Geologist U.S. Geological Survey U.S. Department of the Interior Before the Committee on Energy and Commerce Subcommittee on Environment and Hazardous Materials U.S. House of representatives february 28, 2008. Disponível em: [www.usgs.gov/congressional/hearings/.../meeker\\_28march08.doc](http://www.usgs.gov/congressional/hearings/.../meeker_28march08.doc). Acesso em 14 de set. de 2016.

<sup>115</sup> Scliar, Claudio. Amianto: mineral mágico ou maldito? Ecologia humana e disputa político-econômica. Belo Horizonte: CDI, 1998. p. 15.

<sup>116</sup> SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da; Etulain, Carlos Raul. Op. Cit., p. 7. Disponível em: <https://inverde.files.wordpress.com/2010/10/estudo-unicamp-impacto-economico-da-proibicao-do-amianto.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2016.

<sup>117</sup> SAYAMA, C. Minerais de Amianto na Rede Viária de Piên-PR Provenientes de Rochas Ultramáficas. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Departamento de Geologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.

conteúdo de amianto como, por exemplo, revestimentos para freios e embreagens de veículos, tetos e gaxetas. Interessante ressaltar que atualmente esse tipo de amianto raramente é utilizado em materiais para construção, todavia pode ser localizado em construções antigas na forma de friáveis de revestimentos, isolantes de sistema térmico, dentre outras aplicações.<sup>118</sup> As principais minas do gênero crisotila se encontram no Canadá, Rússia, Brasil (Canabrava/Goiás), Casaquistão e Zimbábue.

Noutro plano, os amiantos do gênero anfibólio são duros, ásperos e não tão flexíveis e dúcteis como a crisotila.<sup>119</sup> Giannasi, em análise aos amiantos classificados como anfibólios, expõe que:

[...] inicialmente se atribuiu ao amianto do tipo anfibólio a capacidade de produzir o câncer (hipótese anfibólio) e que o mesotelioma só seria provocado pela exposição aos tipos mais agressivos como a crocidolita (amianto azul) e a amosita (amianto marrom), já proibidos em quase todo planeta, tese esta que foi largamente adotada com embasamento na teoria da biopersistência da fibra no tecido pulmonar, onde se sustentava o entendimento de que os efeitos da crisotila (amianto branco) seriam rapidamente eliminados pelo organismo e que portanto não haveria indução às doenças de maior período de latência, como o câncer e mesotelioma. Não obstante, tal hipótese adotada pelos defensores da continuidade da utilização do amianto, caiu por terra assim que o INSERM - Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica da França publicou em 1996 o relatório que inquestionável e cientificamente concluiu: "todas as fibras de amianto são cancerígenas, qualquer que seja seu tipo ou origem geológica".<sup>120</sup>

Dessa forma, devido ao notório fator prejudicial à saúde, os amiantos anfibólios foram proibidos no mundo há duas décadas, estando praticamente banidos do mercado.<sup>121</sup>

---

<sup>118</sup> Banco Mundial, Política Operacional e Serviços Nacionais. Nota de Boas Práticas – Amianto: Questões de Segurança no Trabalho e na Comunidade. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc\\_Mundial\\_Amianto.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc_Mundial_Amianto.pdf). Acesso em 13 de set. de 2016.

<sup>119</sup> SAYAMA, C. Op. Cit., p. 19.

<sup>120</sup> GIANNASI, Fernanda. A exposição ao amianto ou asbesto como causa do câncer ocupacional no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 618, março/2005. Disponível Em: <https://jus.com.br/artigos/6461/morte-lenta>. Acesso em: 13 set. 2016.

<sup>121</sup> SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da; Etulain, Carlos Raul. Op. Cit., p. 7. Disponível em: <https://inverde.files.wordpress.com/2010/10/estudo-unicamp-impacto-economico-da-proibicao-do-amianto.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2016.

### 3.2 A UTILIZAÇÃO DO AMIANTO NO BRASIL

A extração do amianto iniciou por volta do ano de 1923 no Município de Itaberaba, localizado no interior do Estado da Bahia. Todavia, a lavra era intermitente e teve poucos anos de duração.<sup>122</sup>

No início do século XX, os produtos de amianto cimento eram importados. Entretanto, o emprego e produção desses materiais, em escala industrial, datam do final dos anos 30 com a chegada ao Brasil das empresas Brasilit, pertencente ao grupo francês Compagnie Pont-à-Mousson) e Eternit (Grupo belga Compagnie Financière Eternit).<sup>123</sup>

Essas empresas, como resposta à ampliação do consumo e às políticas de protecionismo ao minério brasileiro àquela época instalada, investiram em extensos programas de pesquisa geológica visando a procura de depósitos de amianto, motivo pelo qual foram descobertas várias jazidas de mineração amiantíferas no Brasil.<sup>124</sup>

A maior jazida de minério de amianto é a de Canabrava (Minaçu, Goiás), descoberta em 1962. Houve litígio de interesses entre o Governo do Estado de Goiás, a METAGO (empresa do governo de Goiás) e a SAMA (S.A Mineração de Amianto – constituída pela empresa Brasilit) acerca da exploração e propriedade desse local.<sup>125</sup> O referido impasse apenas foi resolvido com a aprovação do Código de Mineração, o qual garantia o direito de prioridade para quem primeiro registrasse a descoberta mineral no protocolo do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). A partir disso, “a produção na Mina Canabrava começou em julho de 1967, quando o controle acionário passou a ser repartido entre a Eternit e a Brasilit”.<sup>126</sup>

Ao mencionar a produção do amianto, René Mendes expõe que:

---

<sup>122</sup> Scliar, Claudio. Op. Cit., p. 60.

<sup>123</sup> *Idem*.

<sup>124</sup> Scliar, Claudio. Op. Cit., p. 61.

<sup>125</sup> Scliar, Claudio. Op. Cit., p. 60-62.

<sup>126</sup> Scliar, Claudio. Op. Cit., p. 62

[...] a produção mundial de asbesto é atualmente representada, em mais de 98%, pela variedade crisotila, a qual, no Brasil, representa 100% do amianto atualmente minerado. Entre 1964 e 1973, a produção mundial de asbesto aumentou cerca de 50%, tendo alcançado o pico de cinco milhões de toneladas/ano em meados da década de 70. Desde então passou a cair, até atingir um nível estimado hoje na ordem de 2,6 milhões de toneladas/ano. O declínio que permanece e propende a acentuar-se está diretamente associado à cronologia das crescentes restrições de extração e importação do amianto, que tendem a ampliar-se, no mundo em função de sua nocividade. No Brasil – quinto produtor mundial de crisotila – há jazidas de amianto (crisotila e anfibólios) nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Piauí. A primeira mineração de asbesto-crisotila no país, utilizando técnicas modernas, foi desenvolvida pela SAMA – S.A. Mineração de Amianto, na Mina de São Félix, no Município de Poções, na Bahia, a partir de 1940, permanecendo ativa até 1967, quando suas reservas se esgotaram. Atualmente, a totalidade do amianto crisotila é minerada e processada na Mina de Cana Brava, em Minaçu, Goiás [...].<sup>127</sup>

O amianto foi utilizado em larga escala na produção de diversos produtos industriais e domésticos em razão de suas propriedades práticas, as quais se incluem o retardamento de chamas, isolamento elétrico e térmico, estabilidade termoquímica e alta resistência à tração.<sup>128</sup>

O Brasil se encontra entre os maiores produtores, consumidores e exportadores do amianto do mundo. O amianto extraído é utilizado como matéria-prima em quase 3.000 (três mil) produtos industriais, sendo que, dentre os principais, encontram-se as telhas, caixas d'água, pastilhas e lonas para freios. O emprego de modo intensivo no Brasil dessa substância possui respaldo no baixo custo de sua produção.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> MENDES, René. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. Cadernos de Saúde Pública [online] v. 17, n. 1, p. 7-29, 2001. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n1/4057.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2016.

<sup>128</sup> Banco Mundial, Política Operacional e Serviços Nacionais. Nota de Boas Práticas – Amianto: Questões de Segurança no Trabalho e na Comunidade. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc\\_Mundial\\_Amianto.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc_Mundial_Amianto.pdf). Acesso em 13 de set. de 2016.

<sup>129</sup> Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – ABREA. Amianto no Brasil. Disponível em: <http://www.abrea.com.br/amiantobrasil.htm>. Acesso em: 15 de set. de 2016.

### 3.2. OS MALEFÍCIOS DECORRENTES DO MANUSEIO DO AMIANTO

A literatura mundial é bastante vasta no que tange aos efeitos negativos do amianto, sendo que evidências clínicas e epidemiológicas instauraram-se, sobretudo, no início do século XX.

No ano de 1899, foi constatado pelo Dr. Montague Murray o primeiro relato de asbestose. O caso era de um operário que trabalhou com o amianto por 14 anos e faleceu com 36 anos de idade. Ocorre que, na fábrica onde este operário laborava, dos dez empregados, apenas ele ainda estava vivo, já que os demais morreram com idade próxima a 30 anos. Esse estudo foi apresentado em 1906 ao Comitê de Compensação para Doenças Industriais da Inglaterra e publicado naquele mesmo ano.<sup>130</sup>

Em 1924, Cooke, através de quadro clínico de pacientes e achados de necropsia, estabeleceu claramente a correlação entre a exposição ocupacional ao amianto e a origem de doenças graves como, por exemplo, a asbestose.<sup>131</sup> A partir disso, os estudos acerca dos enfermos ocasionados pela exposição ao amianto foram intensificados, chegando-se à conclusão de que o amianto possui elevado potencial cancerígeno em quaisquer de suas formas ou estágios de produção. Por esse motivo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), através da Convenção Internacional nº 162,<sup>132</sup> recomenda a substituição de todos os tipos de fibras de amianto por materiais alternativos menos prejudiciais à saúde daqueles que mantêm contato com o asbesto.

O amianto é caracterizado como substância cancerígena pela Organização Mundial da Saúde – OMS, sendo que sua patogenicidade se

---

<sup>130</sup> SCLIAR, Claudio. Op. Cit., p. 75.

<sup>131</sup> MENDES. R. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, Feb., 2001, p. 9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n1/4057.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2016.

<sup>132</sup> O art. 10 da Convenção 162 da OIT dispõe: Quando for necessário para a protecção da saúde dos trabalhadores, e seja tecnicamente realizável, a legislação nacional deve prever uma ou mais das seguintes medidas: a) Sempre que for possível, a substituição do amianto, de certos tipos de amianto ou de certos produtos que contenham amianto, por outros materiais ou produtos, ou a utilização de tecnologias alternativas, cientificamente avaliadas pela autoridade competente como inofensivos ou menos nocivos; b) a proibição total ou parcial da utilização do asbesto ou de certos tipos de asbesto ou de certos produtos que contenham asbesto em determinados processos de trabalho.

atribui a todos os tipos de amianto, não existindo nível de exposição para humanos abaixo do qual se possa afirmar que não ocorra elevação na probabilidade de surgimento do câncer.<sup>133</sup> A Organização Mundial de Saúde, em 1998, publicou o Critério de Saúde Ambiental nº 203. Neste, há um estudo específico sobre os efeitos do amianto do tipo crisotila, sendo realizado por estudiosos e especialistas do International Programme on Chemical Safety/WHO (Organização Mundial da Saúde). Ao final da coleta de dados e diagnósticos, a OMS chega às seguintes conclusões e recomendações para a proteção da saúde humana:

[...] exposição à crisotila implica em aumento do risco de asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma de forma dose-dependente. Não há limite de tolerância seguro para o risco de câncer; onde houver disponibilidade de substitutos mais seguros para a crisotila, eles devem ser usados; produtos friáveis representam particular preocupação e não devem ser utilizados; materiais de construção demandam preocupação especial, pois a indústria da construção civil é ampla e apresenta características que dificultam a implementação de medidas de controle; materiais com amianto já instalados em prédios e outras construções podem gerar exposição ao se decomporem ou durante reformas e demolição; medidas de controle devem ser utilizadas em situações em que possa ocorrer exposição ocupacional ao amianto; exposições ao amianto e tabagismo interagem, aumentando significativamente o risco de câncer de pulmão [...].<sup>134</sup>

Interessante mencionar a posição defendida pelo *Collegium Ramazzini*,<sup>135</sup> o qual expressamente concorda Fernanda Giannasi, no sentido de que “os riscos por exposição ao amianto não são aceitáveis nem em nações

<sup>133</sup> SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da; Etulain, Carlos Raul. Avaliação do Impacto Econômico da Proibição do Uso do Amianto na Construção Civil no Brasil. Disponível em: <https://inverde.files.wordpress.com/2010/10/estudo-unicamp-impacto-economico-da-proibicao-do-amianto.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2016.

<sup>134</sup> ENVIRONMENTAL HEALTH CRITERIA 203. International Programme on Chemical Safety)/WHO (Organização Mundial da Saúde). Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/PES033\\_MineralogiaCancerMesotelioma\\_ApresMiltonNascimento.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/PES033_MineralogiaCancerMesotelioma_ApresMiltonNascimento.pdf). Acesso em 23 de set. 2016.

<sup>135</sup> O Collegium Ramazzini é uma academia independente e internacional fundada em 1982 por Irving J. Selikoff, Cesare Maltoni e outros cientistas eminentes. Ele é composto de 180 especialistas de renome internacional nas áreas de saúde ocupacional e ambiental. A missão do Collegium Ramazzini é fazer avançar o estudo das questões de saúde ocupacional e ambiental e para ser uma ponte entre o mundo de descoberta científica e os centros sociais e políticas que devem agir segundo as descobertas da ciência para proteger a saúde pública.

desenvolvidas, nem naquelas de industrialização recente”. Ademais, há substitutos mais seguros e apropriados, sendo que uma imediata proibição mundial da produção e uso do amianto é de há muito esperada, completamente justificada e absolutamente necessária.<sup>136</sup>

As primeiras pesquisas acerca da proliferação de doenças decorrentes da exposição dos trabalhadores ao amianto no Brasil foram realizadas no ano de 1956 pelos médicos Carlos Martins Teixeira e Manoel Moreira, funcionários do Serviço Médico da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral. Estes avaliaram oitenta trabalhadores da Mina de Amianto da FAMA (Eternit), no Município de Nova Lima-MG. Constatou-se que destes, seis apresentaram fibrose na base dos pulmões que tenderiam a evoluir para asbestose, caso não tivessem sido afastados de suas atividades.<sup>137</sup> Nota-se, pois, que os riscos decorrentes da exposição dos trabalhadores ao amianto há bastante tempo são conhecidos, demonstrando-se que a sua manutenção no mercado industrial não se justifica, havendo sobreposição de interesses econômicos ao direito constitucional à vida, saúde e ao meio ambiente de trabalho adequado.

O principal motivo da origem de problemas relacionados a essa substância decorre da inalação de partículas de microfibras existentes no ar. Como bem explana Scliar, “o comportamento aerodinâmico das fibras, as defesas naturais do organismo e as feições das vias respiratórias são os fatores que permitirão, ou não, a chegada desses materiais nas partes mais internas dos pulmões”.<sup>138</sup>

Em diapasão com as informações fornecidas pelo INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva), as principais formas de exposição do amianto ao ambiente ocorrem de duas formas: exposição ocupacional e exposição ambiental.

A exposição ocupacional é a principal forma de exposição e contaminação, haja vista que “ocorre, principalmente, através da inalação das

---

<sup>136</sup> GIANNASI, Fernanda. A exposição ao amianto ou asbesto como causa do câncer ocupacional no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 618, março/2005. Disponível Em: <https://jus.com.br/artigos/6461/morte-lenta>. Acesso em: 13 set. 2016.

<sup>137</sup> SCLIAR, Claudio. Op. Cit., p. 88.

<sup>138</sup> SCLIAR, Claudio. Op. Cit., p. 76.

fibras de amianto, que podem causar lesões nos pulmões e em outros órgãos”.

<sup>139</sup> Salienta, também, que “a via digestiva também deve ser considerada como fonte de contaminação”.<sup>140</sup>

Noutro plano, a exposição ao asbesto pode se dar através da exposição ambiental, por intermédio das seguintes formas: contato dos familiares com roupas e objetos dos trabalhadores contaminados pela fibra; o fato de residir nas proximidades de fábricas, minerações ou em áreas contaminadas (solo e ar) por amianto; frequentar ambientes onde haja produtos de amianto degradados e a presença do amianto livre na natureza ou em pontos de depósito ou descarte de produtos com amianto.<sup>141</sup>

A inalação das fibras de amianto pode causar fibrose pulmonar (asbestose), câncer de pulmão, mesotelioma, doenças da pleura (espessamento difuso da pleura) e placas pleurais, sendo a ocorrência das três primeiras doenças mais comum.

A fibrose pulmonar ou asbestose é uma variedade de pneumoconiose ocasionada pela respiração de pó de amianto. Caracteriza-se por uma fibrose pulmonar que acarreta o endurecimento dos espaços intersticiais da membrana alvéolo-capilar, provocando redução progressiva na transferência de oxigênio dos alvéolos para o sangue.<sup>142</sup> Interessante frisar que, para Capelozzi, a asbestose:

[...] é definida como uma fibrose intersticial difusa dos pulmões como consequência da exposição ao asbesto. As características clínicas tanto quanto histopatológicas da fibrose são semelhantes a outras causas de fibrose intersticial, excetuando-se o achado de fibras ou corpos de asbesto (CA) no tecido pulmonar, além das quantidades comumente encontradas na população em geral. Sintomas de asbestose incluem tosse e dispneia e estertores basais inspiratórios. É descrito baqueteamento dos dedos, porém estas alterações são raramente observadas em nosso meio. Alterações funcionais respiratórias podem ocorrer numa percentagem de

---

<sup>139</sup> INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Amianto. Disponível em <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/prevencao-fatores-de-risco/amianto>. Acesso em 25 de set. de 2016.

<sup>140</sup> *Idem*.

<sup>141</sup> *Idem*.

<sup>142</sup> SCLIAR, Claudio. Op. Cit., p. 78.



casos e incluem anormalidades nas trocas gasosas, um padrão restritivo e obstrutivo devido à doença de pequenas vias aéreas [...].<sup>143</sup>

Além disso, a asbestose ocasiona perda na elasticidade pulmonar e da capacidade respiratória, chegando a incapacitar o afetado para o trabalho. Em fases mais avançadas da doença, “esta incapacidade pode se estender até para realização de tarefas mais simples e vitais para a sobrevivência humana”.<sup>144</sup>

A exposição do trabalhador ao amianto pode originar o câncer de pulmão que se associa a uma série de fatores. Conforme dados do INCA, o seu risco tende a aumentar de 90 (noventa) vezes se o trabalhador exposto a essa matéria-prima seja fumante, eis que o fumo potencializa o efeito sinérgico entre os dois agentes notoriamente reconhecidos como promotores de câncer de pulmão. Estima-se, por sua vez, que cerca de 50% dos indivíduos que adquiriram asbestose venham a desenvolver câncer de pulmão.<sup>145</sup>

Outro enfermo relacionado à exposição ao amianto que aqui cabe mencionar é o mesotelioma que, nas palavras de E.M. de Capitani, K. Metze, C. Frazato Jr., A.M.A. Altemani, L. Zambom, I.F.C. Toro, E. Bagatin:

[...] é um tumor que provém das células mesoteliais multipotenciais da pleura ou peritônio. Tem caráter rápido, difuso e extenso de crescimento, envolvendo grande parte da superfície serosa afetada. Apresenta alto grau de malignidade, expresso por invasão local de partes moles, como parede torácica, parênquima pulmonar, pericárdio adjacente e linfonodos regionais. Pode produzir metástases para os pulmões, fígado, pâncreas, rins, supra-renais e medula óssea, com sobrevida média não ultrapassando doze meses, independentemente do tipo de tratamento realizado [...].<sup>146</sup>

<sup>143</sup> CAPELOZZI, Vera Luiza. Asbesto, asbestose e câncer: critérios diagnósticos. *Pneumol* 27(4) – jul-ago de 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/jpneu/v27n4/9195.pdf>>. Acesso em 26 de set. de 2016.

<sup>144</sup> INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Amianto. Disponível em <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/prevencao-fatores-de-risco/amianto>. Acesso em 25 de set. de 2016.

<sup>145</sup> *Idem*.

<sup>146</sup> CAPITANI, E. M. de, *et al.* Mesotelioma maligno da pleura com associação etiológica a asbesto: a propósito de três casos clínicos. *Revista Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 43, n; 3, Set. 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42301997000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42301997000300015) Acesso em 26 de set. de 2016.

O mesotelioma tem se tornado cada vez mais comum no Brasil, tendo em vista que se atingiu o período de latência de mais de 30 (trinta) anos da curva de crescimento da utilização em larga escala industrial, que se deu durante o lapso temporal conhecido como “milagre econômico”, na década de 70.<sup>147</sup> O surgimento do mesotelioma independe da dose a que o indivíduo foi exposto e pode ocorrer com qualquer quantidade de exposição. Os não trabalhadores podem ser afetados pela doença, em função de exposições acidentais domiciliares, ou por exposição ambiental (residir próximo à indústria que processa amianto, etc.). Indica-se, para alguns casos, cirurgia para remoção da pleura ou o emprego de terapias à base de radioterapia e quimioterápicos de última geração para aumentar a sobrevida do paciente e reduzir os efeitos colaterais desses tratamentos. Todavia, além de grande sofrimento para o paciente, o mesotelioma maligno invariavelmente é de rápida evolução e sempre fatal.<sup>148</sup>

Há também o surgimento de doenças pleurais em razão da exposição do indivíduo ao amianto. Tais enfermidades incluem as placas, derrames, espessamentos de pleura e/ou outras patologias não malignas, sendo que provocam falta de ar, fadiga, dores nas costas, resfriados recorrentes e tosse com catarro. A evolução dessas doenças pleurais pode deixar o paciente incapacitado para o labor.<sup>149</sup>

Pelo exposto, é evidente que o rol de enfermidades relacionados à exposição ao amianto é bastante abrangente, motivo pelo qual se torna necessário, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção ao trabalhador, o banimento da utilização industrial dessa substância.

---

<sup>147</sup> INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Amianto. Disponível em <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/prevencao-fatores-de-risco/amianto>. Acesso em 26 de set. de 2016.

<sup>148</sup> DUARTE, E. **Dossiê amianto Brasil**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2010, p. 99. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/769516.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

<sup>149</sup> *Idem*.

### 3.3. A TEORIA DA UTILIZAÇÃO CONTROLADA DO AMIANTO

A teoria da utilização controlada do amianto informa que, malgrado seja esta substância prejudicial à saúde, atualmente é possível extraí-lo e manuseá-lo de modo controlado. Isso porque houve a adoção de procedimentos tecnológicos capazes de eliminar a possibilidade de o amianto danificar a saúde e o meio ambiente.

A problematização acerca da validade dos estudos pró-amianto se encontra no fato de a empresa Eternit, empresa que administra e explora a maior mina de amianto do Brasil,<sup>150</sup> localizada no Município de Iguazu, financiar as pesquisas sobre o controle e método de utilização dessa substância.

No canal da empresa Eternit Brasil, no YouTube, há um vídeo informativo sobre a diferença entre a utilização do amianto na Europa na década de 30 do século passado e o atual processo de manuseio dessa substância. A empresa ressalta que a indústria europeia do fibrocimento laborava naquela época com o amianto do tipo anfíbolio e que na atualidade apenas se utiliza o amianto crisotila, eis que menos prejudicial à saúde. Lembra, também, que o uso em larga escala do amianto anfíbolio fez milhares de doentes nos EUA e na Europa, pois, visando o conforto térmico e proteção contra fogo, o processo de uso do amianto era realizado por jateamento e, por isso, elevado número de fibras de amianto ficavam suspensas no ar, contaminando os indivíduos que laboravam na empresa.

Ainda, no supramencionado vídeo, a empresa demonstra que a atividade exercida no Brasil difere da realizada na Europa, eis que há segurança no transporte e estocagem; não há contato entre pessoas e o amianto; utiliza-se de modo seguro o amianto crisotila; a abertura de sacos e o sistema de corte são enclausurados e a vácuo; os processos são automatizados; não há liberação de poeira, uma vez que o processo é úmido e que todo processo quando não enclausurado se dá pela via úmida. Além disso, salienta que não

---

<sup>150</sup> Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – ABREA. Amianto ou Asbesto. Disponível em: <http://www.abrea.com.br/02amianto>. Acesso em 30 de set. de 2016.

existe registro de problemas respiratórios relacionados ao amianto crisotila entre os empregados admitidos na cadeia de produção a partir dos anos 80.<sup>151</sup> Em seu sítio na *internet*, a empresa Eternit expõe que com a implantação do uso controlado do amianto crisotila no Brasil - previsto em Lei Federal e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho<sup>152</sup> - eliminaram-se os riscos à saúde humana e ao meio ambiente no processo de extração e transformação do mineral, impondo formas responsáveis, seguras e controladas de trabalho.

153

Ao tratar do uso controlado do amianto, a empresa Eternit relata que, a fim de tutelar a saúde de seus empregados, trabalha com concentrações de no máximo 0,1 fibra/cm<sup>3</sup>, quantidade 20 vezes inferior ao limite de tolerância legal, motivo pelo qual não oferece riscos à saúde humana.<sup>154</sup> Nesse mesmo sentido, o Departamento Nacional de Produção Mineral afirma que o uso do amianto crisotila é seguro, sem risco para o consumidor final e que não existe um substituto simples, versátil e barato como ele. Acrescenta ainda que, embora haja corrente para o seu banimento, assim como contínua oposição ao seu uso, haverá mercado para o crisotila por um longo tempo.<sup>155</sup>

No entanto, existe uma vasta literatura de trabalhos cujo resultado contraria a tese do uso controlado, que é defendida a todo custo pelo setor industrial o qual se apropria dessa matéria-prima. Conforme o excelente trabalho Dossiê Amianto Brasil, elaborado na Câmara dos Deputados, a tese do uso controlado:

---

<sup>151</sup> Eternit Brasil. Eternit – Amianto Crisotila. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qe\\_6TR2RLM](https://www.youtube.com/watch?v=2Qe_6TR2RLM). Acesso em 30 de set. de 2016.

<sup>152</sup> Conforme a Norma Regulamentadora 15, Anexo 12, “o limite de tolerância para fibras respiráveis de asbesto crisotila é de 2,0 f/cm<sup>3</sup>”.

<sup>153</sup> Eternit Brasil. Posicionamento Eternit sobre o Amianto Crisotila. Disponível em: <http://www.eternit.com.br/destaques/institucionais/posicionamento-eternit-sobre-o-amianto-crisotila>. Acesso em 30 de set. de 2016.

<sup>154</sup> Eternit Brasil. Crisotila. Disponível em: <http://www.eternit.com.br/sobre-a-eternit/crisotila>. Acesso em 30 de set. de 2016.

<sup>155</sup> Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário Mineral 2009. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2009>. Acesso em 30 de set. de 2016.

[...] é parte de uma estratégia internacional da indústria do amianto. Uma estratégia que, na França, fez nascer o Comitê Permanente do Amianto (CPA), entidade de caráter governamental e privada, com o objetivo declarado de defender o amianto. Dominado pelo setor empresarial, técnicos do Governo e cientistas deste Comitê produziram vários “estudos científicos”, que “revelam” a inocuidade da fibra. Depois que a França banuiu o amianto o CPA foi desmascarado e seus antigos dirigentes e representantes foram publicamente execrados e chamados a prestarem contas à Justiça. Médicos, cientistas, servidores públicos foram julgados e condenados por manipularem a opinião pública, usarem de influência dentro do Governo, elaborarem pseudoestudos, tudo com o objetivo de sustentar o negócio do amianto no país. A tese faz uso de argumentos falsos, construindo inverdades a partir da citação de pretensas posições de instituições internacionais de renome. Na falta de quem investigue a posição da instituição, fica a inverdade sedimentada, como se verdade fosse.<sup>156</sup>

Em audiência pública sobre o amianto, o médico e professor René Mendes<sup>157</sup> informa que a única medida realmente eficaz para a saúde pública é a proibição da utilização do amianto. Isso porque a sua manutenção acarreta riscos para saúde pública, riscos esses que são gerados, desnecessários e evitáveis. Acrescenta, também, que “a socialização desses riscos é considerada pela sociedade médica como cumplicidade empresarial em violação a direitos humanos”.<sup>158</sup> Nesse mesmo sentido, defende que o banimento definitivo da extração, do comércio da industrialização, do consumo e da exportação dessas fibras cancerígenas é a única alternativa idônea, na ótica constitucional do direito ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, do direito à saúde e da defesa do consumidor, artigos 235 e 196 da Constituição Federal e Lei nº 8076/90.<sup>159</sup>

O mesmo autor informa que não existe risco zero, registrando que:

<sup>156</sup> DUARTE, E. **Dossiê amianto Brasil**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2010, p. 328. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/769516.pdf>. Acesso em 01 de out. de 2016.

<sup>157</sup> René Mendes é médico especialista e professor de Saúde Pública e Medicina do Trabalho, com quase 45 anos de experiência profissional, atuação no Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Fundacentro e em organismos internacionais como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

<sup>158</sup> Depoimento do professor René Mendes em audiência pública realizada em 24 e 31 de agosto de 2012 sobre a Lei Estadual 12.648/2007, que proíbe o uso do amianto em São Paulo. Disponível em <http://www.fundacentro.gov.br/multimedia/detalhe-do-video/2012/12/audiencia-publica-amianto-rene-mendes>. Acesso em 01 de out. de 2016.

<sup>159</sup> MENDES, René. Amianto e política de saúde pública no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n7/01.pdf>. Acesso em 02 de out. de 2016.

[...] a avaliação de risco (risk assessment) realizada pela OSHA, nos Estados Unidos, como parte do processo de revisão dos Limites Permitidos de Exposição (PEL) ocorridos em 1986 e em 1994, mostraram que a exposição a 2 fibras/cm<sup>3</sup> de ar estava associada a um excesso de 64 mortes por mil trabalhadores expostos ao asbesto, ao longo de sua vida profissional. Reduzindo de 2 fibras/cm<sup>3</sup> para 0,2 fibra/cm<sup>3</sup> de ar, este risco cairia para um excesso de 6,7 mortes por mil trabalhadores. Mesmo com o limite de 0,1 fibra/cm<sup>3</sup>, permaneceria um excesso de 3,4 mortes por mil trabalhadores.<sup>160</sup>

Advogando em sentido contrário à tese do uso controlado do amianto, a ABREA ressalta que as doenças provocadas pela exposição ao amianto podem demorar até 45-50 anos para se manifestarem, período que, em geral, os empregados já não trabalham mais, motivo que dificulta o estabelecimento do nexo com as atividades desempenhadas e com o ambiente a que foram expostos, eis que frequentemente aquele meio ambiente de trabalho vem sendo modificado pelas inovações tecnológicas. A Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto ainda expõe que:

[...] estas doenças são progressivas, irreversíveis, de difícil tratamento e, na maioria das vezes, levam ao óbito, após muito sofrimento. Como consequência do nexo causal nem sempre ser estabelecido, estas doenças relacionadas ao amianto ficam invisíveis nas estatísticas oficiais nacionais de infortunistica do trabalho. [...] O passivo de doentes do amianto no Brasil, por estas e outras razões, ainda é pouco conhecido, e principalmente graças à enorme pressão dos produtores que, ao estabelecerem acordos extrajudiciais de caráter privado com as vítimas, não informam aos órgãos públicos estes casos, contribuindo ainda mais para a subnotificação ou invisibilidade social das doenças provocadas pelo amianto em nosso país. Portanto, as estatísticas oficiais de doenças provocadas pelo amianto praticamente inexistem: é o chamado silêncio epidemiológico. Isto é muito conveniente para os produtores, que insistem na tese de que o amianto brasileiro, diferentemente do que foi empregado em todo o mundo, é “puro” – o chamado amianto

---

<sup>160</sup> MENDES. R. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, Feb., 2001, p. 9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n1/4057.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2016.

branco ou crisotila de Goiás – e que não faz mal à saúde porque não contém o “diabólico” anfibólio em sua constituição.<sup>161</sup>

Malgrado as empresas interessadas na manutenção da extração do amianto se utilizem do argumento do uso controlado e que cumprem rigorosamente as determinações legais a fim de assegurar um meio ambiente seguro de trabalho e impedir a contaminação de seus empregados, não há meios eficazes para o efetivo controle, eis que os produtos à base de amianto estão dispersos nas casas, nas empresas - sobretudo aquelas que trabalham sob a informalidade - e na sociedade, de modo que em geral as pessoas desconhecem o procedimento seguro de manuseio dessa substância e seus derivados. Nessa vertente, exclama o pesquisador da FUNDACENTRO, o Dr. Eduardo Algranti:

[...] fora da chamada indústria típica, explica, não há controle sobre as consequências da exposição nem estudos no país que comprovem a contaminação. "Banir o uso do amianto é importante porque, além dos trabalhadores e ex-funcionários, há um número ainda maior de pessoas indiretamente expostas", afirma. A exposição, diz, pode ocorrer numa oficina mecânica quando se faz a troca de uma pastilha de freio, na construção civil ao se instalar uma caixa-d'água ou trabalhar em uma demolição ou até mesmo na comunidade, quando a mulher lava o uniforme do marido, empregado de uma fábrica que usa o minério.<sup>162</sup>

Importante mencionar que a Organização Mundial de Saúde, ao publicar o seu Critério de Saúde Ambiental nº 203, manifesta-se em sentido contrário à tese do uso controlado do amianto. Isso porque conclui que não existe limite de tolerância seguro para o risco de câncer e que os materiais de construção demandam preocupação especial, pois a indústria da construção civil é abrangente e possui características que dificultam a implementação de

---

<sup>161</sup> Delegacia Regional do Trabalho. Cartilha - Amianto ou Asbesto. Disponível em <http://www.abrea.com.br/carilhadrt.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2016.

<sup>162</sup> ALGRANTI, E. No país, 300 mil estão expostos à substância. [28 de março, 2004]. São Paulo: *Revista da Folha de São Paulo*. Entrevista concedida à reportagem local.

medidas de controle.<sup>163</sup> Acrescenta, ainda, que tendo em mente que não há nenhuma evidência para a delimitação de um limite tolerável à exposição do amianto sem que este apresente o seu efeito cancerígeno e que o aumento dos riscos de câncer tem sido observado em população expostas a níveis muito baixos, indubitavelmente a forma mais eficiente de eliminar doenças relacionadas ao amianto é parar de usar todos os tipos de asbesto.<sup>164</sup>

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), por sua vez, vem reiteradamente se posicionando de forma contrária à manutenção do amianto nas indústrias. Conforme a Recomendação nº 20 de Setembro de 2012, em virtude do conhecimento médico-científico das magnitudes dos efeitos e danos causados pela exposição humana ao asbesto, considerando-o como problema de saúde pública pelo seu efeito difuso e que não se restringe apenas aos trabalhadores, além do elevado número de expostos direta, indireta ou ambiental, assim como a gravidade dos agravos relacionados à exposição ao amianto, o supracitado Conselho advoga pelo banimento imediato do asbesto.<sup>165</sup>

Desse posicionamento também compartilha a Organização Internacional do Trabalho. No ano de 2006, foi realizada a 95ª Reunião da OIT em Genebra, sendo que relevantes constatações em prol do banimento do amianto foram publicadas, cujo inteiro teor cabe ser a seguir descrito:

[...] considerando que todas as formas de asbesto, incluindo a crisotila, são classificadas como cancerígenos humanos conhecidos pela *International Agency for Research on Cancer*, classificação

<sup>163</sup> ENVIRONMENTAL HEALTH CRITERIA 203. International Programme on Chemical Safety)/WHO (Organização Mundial da Saúde). Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/PES033\\_MineralogiaCancerMesotelioma\\_ApresMiltonNascimento.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/PES033_MineralogiaCancerMesotelioma_ApresMiltonNascimento.pdf). Acesso em 03 de out. de 2016.

<sup>164</sup> World Health Organization. Elimination of asbestos-related diseases. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/69479/1/WHO\\_SDE\\_OEH\\_06.03\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/69479/1/WHO_SDE_OEH_06.03_eng.pdf). Acesso em 04 de out. de 2016.

<sup>165</sup> RECOMENDAÇÃO Nº 020, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Disponível em: [www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2012/Reco020.doc](http://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2012/Reco020.doc). Acesso em 03 de out. de 2016.



reafirmada pelo *International Programme on Chemical Safety* (programa conjunto da OIT, da OMS e do *United Nations Environment Programme*),

Alarmada pela estimativa de que 100.000 (cem mil) trabalhadores morrem todos os anos em razão de doenças causadas pela exposição ao asbesto,

Profundamente preocupada pelo fato de trabalhadores continuarem a enfrentar riscos decorrentes da exposição ao asbesto, particularmente em atividades de retirada do mineral, demolições, manutenção de edifícios, desmanche de navios e eliminação de resíduos,

Observando que foram necessárias três décadas de esforços e o surgimento de alternativas possíveis para que alguns países impusessem proibição geral de produção e utilização de produtos que contêm asbesto,

Observando ainda que o objetivo da *Promotional Framework for Occupational Safety and Health Convention* 2006 é prevenir lesões, doenças e mortes ocupacionais,

1. Resolve que:
  - a) a eliminação do futuro uso do asbesto e a identificação e o correto manuseio do asbesto atualmente em uso são os meios mais efetivos para proteger trabalhadores da exposição ao mineral e prevenir futuras doenças e mortes relacionadas ao asbesto; e
  - b) a Convenção sobre Asbesto, 1986 (nº 162), não deve ser usada como justificativa ou endosso para a continuidade do uso do asbesto.
2. Solicita ao Conselho de Administração que oriente o Escritório Internacional do Trabalho para:
  - a) Continuar a encorajar os Estados Membros a ratificar e dar efeito às disposições da Convenção sobre Asbesto, 1986 (nº 162), e da Convenção sobre Câncer Ocupacional, 1974 (nº 139);
  - b) Promover a eliminação do uso futuro de todas as formas de amianto e materiais que contenham asbesto em todos os Estados Membros;
  - c) Promover a identificação e o correto manuseio de todas as formas de asbestos atualmente em uso;
  - d) Encorajar os Estados Membros e dar-lhes suporte para a inclusão em seus programas nacionais de segurança e saúde ocupacional, de medidas para proteger os trabalhadores da exposição ao asbesto; e
  - e) Transmitir esta resolução a todos os Estados Membros. <sup>166</sup>

Ante o exposto, observa-se que é insustentável a teoria do uso controlado para a manutenção dessa substância no mercado. Malgrado haja estudos afirmando que existe maneira de controlar a utilização do asbesto por meio de

---

<sup>166</sup> International Labour Organization. Resolution Concerning Asbestos, 2006. Disponível em [http://www.ilo.org/safework/info/standards-and-instruments/WCMS\\_108556/lang-en/index.htm](http://www.ilo.org/safework/info/standards-and-instruments/WCMS_108556/lang-en/index.htm). Acesso em 04 de out. de 2016.

implementação de tecnologia e afins, também existe uma grande variedade de estudos contrários a essa tese, motivo pelo qual se põe em dúvida as pesquisas realizadas cuja conclusão é a favor da utilização amianto. Ademais, cumpre salientar que, por haver financiamento por parte de empresas interessadas, o estudo pró-amianto tende a ser dotado de parcialidade, razão pelo qual se torna impreciso seu resultado. Todavia, sem adentrar neste mérito, considerando que não se sabe ao certo qual será a dimensão das futuras consequências para a sociedade, partindo-se do pressuposto que há risco na circulação do amianto, deve-se banir imediatamente a utilização deste, em respeito ao princípio da precaução, eis que ainda persistem incertezas científicas acerca do tema, qual seja, o uso controlado do asbesto.

#### 4. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO ADEQUADO, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

##### 4.1. O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO ADEQUADO

A Lei 6.938/1981, que dispõe acerca da Política Nacional do Meio Ambiente, classifica este, em seu artigo 3º, “como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Raimundo Simão de Melo ressalta que:

Essa definição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente é ampla, devendo-se observar que o legislador optou por trazer um conceito jurídico aberto, a fim de criar um espaço positivo de incidência da norma legal, o qual está em plena harmonia com a Constituição Federal de 1988 que, no *caput* do art. 225, buscou tutelar todos os aspectos do meio ambiente (natural, artificial, cultural e do trabalho), afirmando que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Assim, dois são os objetos de tutela ambiental constantes da definição legal, acolhidos pela Carta Maior: um, imediato – a qualidade do meio ambiente em todos os seus aspectos – e outro, mediato – a saúde, segurança e bem-estar do cidadão, expresso nos conceitos vida em todas as suas formas (Lei n. 6938/81, art. 3º, inciso I) e qualidade de vida (CF, art. 225, *caput*).<sup>167</sup>

Tal conceito se mostra aquém da definição de seus elementos por englobar interações entre esses componentes. Configura-se, portanto, como uma teia, onde se processam interferências recíprocas que denotam uma relação de interdependência entre seus componentes. “Trata-se de uma entidade dinâmica, na qual o complexo de interações proporciona e mantém a vida, em todas as suas formas, e que os danos causados a um dos elementos

---

<sup>167</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 29.

que a integra podem repercutir nos demais, prejudicando a cadeia de interação entre eles e ameaçando a sua sobrevivência”.<sup>168</sup>

A doutrina tem defendido que o meio ambiente não se limita ao natural, ou seja, aquele que se refere ao solo, água, ao ar, à flora e à fauna. Para tanto, classificou-se o meio ambiente em natural ou físico, artificial, cultural e do trabalho.

Como acima mencionado, o meio ambiente natural ou físico é aquele constituído pelo solo, água, flora e fauna, trazendo o equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que vivem.<sup>169</sup> Conforme art. 225, § 1º, incisos I e VII, impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Ademais, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Noutro plano, o meio ambiente artificial é delimitado “pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado de espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto)”.<sup>170</sup> Na linha dos ensinamentos de Raimundo Simão de Melo, o meio ambiente artificial consiste no espaço urbano habitável, onde se encontra o conjunto de edificações feitas pelo homem, ligando-se diretamente ao conceito de cidade, malgrado não ficam excluídos os espaços rurais artificiais criados pelo homem.<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> LEITE, J. R. M.; MOREIRA, D. A.; ACHKAR, A. Sociedade de risco, danos ambientais extrapatrimoniais e jurisprudência brasileira. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito\\_ambiental\\_jose\\_r\\_morato\\_leite\\_e\\_outros.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_ambiental_jose_r_morato_leite_e_outros.pdf). Acesso em: 8 de set. de 2016.

<sup>169</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 30.

<sup>170</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 9ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 300.

<sup>171</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 30.

Cabe ressaltar, ainda, a definição do meio ambiente cultural, o qual se refere à história, formação e cultura de um povo.<sup>172</sup> José Afonso da Silva, em sua obra *Direito Constitucional Ambiental*, informa que o meio ambiente cultural é integrado pelo patrimônio, histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e turístico. Além disso, salienta que este embora seja artificial e, em regra, criado pelo homem, difere do meio ambiente artificial por também ser cultural, tendo em vista seu valor especial.<sup>173</sup> Nos termos do art. 216 da Constituição Federal, inserem-se nesse contexto, também, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, neles se incluindo: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Importante ressaltar o conceito de meio ambiente de trabalho que, nas palavras de Fiorillo, é:

[...] o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometem a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independentemente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos, etc.).<sup>174</sup>

O conceito supramencionado é eficaz no sentido de abranger não apenas aqueles que mantêm uma relação de emprego, mas também por englobar a todos que exercem alguma atividade num determinado ambiente de trabalho, eis que é ônus do empregador manter o local de trabalho salubre e em ideais condições para que não comprometa a saúde do trabalhador, tendo o dever de

---

<sup>172</sup> *Idem.*

<sup>173</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito ambiental constitucional*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 3.

<sup>174</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Op. cit.*, p.21.

garantir o meio ambiente equilibrado para todos, conforme preceitua o art. 225, *caput*, da Constituição Federal.

Acerca do tema, relevante mencionar o magistério de Raimundo Simão de Melo o qual informa que:

[...] o meio ambiente do trabalho não se restringe ao local de trabalho estrito do trabalhador. Ele abrange o local de trabalho, os instrumentos de trabalho, o modo da execução das tarefas e a maneira como o trabalhador é tratado pelo empregador ou tomador de serviço e pelos próprios colegas de trabalho. Por exemplo, quando falamos em assédio moral no trabalho, estamos nos referindo ao meio ambiente do trabalho, pois um ambiente onde os trabalhadores são maltratados, humilhados, perseguidos, ridicularizados, submetidos a exigências de tarefas abaixo ou acima da sua qualificação profissional, de tarefas inúteis ou ao cumprimento de metas impossíveis de atingimento, naturalmente haverá uma deterioração das condições de trabalho, com adoecimento do ambiente e dos trabalhadores, com extensão até para o ambiente familiar. Portanto, o conceito de meio ambiente do trabalho deve levar em conta a pessoa do trabalhador e tudo que o cerca.<sup>175</sup>

Em diapasão com o art. 7º, XXII, da Constituição Federal, “é direito do trabalhador urbano e rural, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”. Insere-se, pois, um novo contexto que se prioriza a prevenção em detrimento das reparações de caráter individual, que, ainda que sejam vantajosas, nunca ressarcirão os prejuízos advindos dos acidentes de trabalho que atingem os trabalhadores nos aspectos humanos, sociais e econômicos. Assim, faz-se necessária a criação de políticas públicas destinadas a todas as esferas sociais no sentido de difundir uma cultura de prevenção aos riscos ambientais no trabalho, uma vez que o respeito à dignidade da pessoa humana pressupõe a garantia constitucional ao meio ambiente de trabalho saudável e seguro.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 31.

<sup>176</sup> MELO, Raimundo Simão de. Op. Cit., p. 34.

#### 4.2. O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O AMIANTO

Conforme exposto acima, o art. 7º, XXII, da Constituição Federal ensina que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, a “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”. Sidnei Machado defende que a supracitada norma, “ao propugnar a redução dos riscos inerentes ao trabalho, (...) indica, de forma clara, o direito fundamental, ou seja: reduzir os riscos de trabalho”.<sup>177</sup> Dessa forma, não existe a necessidade de norma superveniente a fim de efetivar esse direito, por mais que o texto indique tal necessidade. Ademais, tendo em vista que se está diante de uma norma de direito fundamental, respaldada na constituição, a diminuição dos riscos advindos do trabalho deve ter aplicabilidade máxima, uma vez que “a sua eficácia só se realiza com a garantia aos trabalhadores de condições de trabalho não sujeitos a riscos”.<sup>178</sup>

A Carta Magna, nos termos de seu artigo 196, garante também o direito à saúde, que deve ser implementado mediante políticas sociais e econômicas visando à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação. Em complementação, ainda, importante frisar o exposto no artigo. 225 da CF/88 o qual informa que:

[...] Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente

---

<sup>177</sup> MACHADO, Sidnei. **O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001, p. 86.

<sup>178</sup> MACHADO, Sidnei. Op. Cit., p. 87.

Como se observa, possui respaldo constitucional o direito à redução dos riscos à saúde e o direito ao meio ambiente de trabalho equilibrado. Nesse sentido, tendo em vista a notoriedade dos malefícios causados pelo amianto às pessoas a ele expostas, a manutenção da produção de materiais à base dessa substância vai de encontro a tais garantias constitucionais.

A principal norma que regulamenta o amianto é a Lei 9.055/1995, sendo nela disciplinada a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto e dos produtos que o contenham. A referida legislação veda no território nacional: todas as atividades relacionadas ao amianto do grupo anfibólio, a pulverização de todos os tipos de fibras de asbesto e a venda a granel de fibras em pó de todos os grupos de amianto. Com relação à saúde ocupacional, determina que sejam respeitados tanto os acordos internacionais quanto os que serão celebrados entre as empresas e empregados. Informa, também, que as empresas que manipularem ou utilizarem materiais contendo amianto ficam obrigadas a enviar, anualmente, ao Sistema Único de Saúde e aos Sindicatos representativos dos trabalhadores uma listagem dos seus empregados, com dados funcionais destes e avaliação médica periódica com seus respectivos diagnósticos. Além disso, informa que deverão ser observados os limites de tolerância fixados<sup>179</sup> na legislação pertinente e, na sua ausência, serão fixados com base nos critérios de controle de exposição recomendados por organismos nacionais ou internacionais reconhecidos cientificamente.

A Lei nº 10.165/2000 inseriu na Lei 6.938/1981, a qual “dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”, o anexo VIII que lista atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, dentre as quais, encontra-se aquelas que envolvem exposição ao amianto.

---

<sup>179</sup> Conforme a Portaria nº 1 de 28 de maio de 1991 do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o limite de tolerância para o amianto é de 2,0 fibras/cm<sup>3</sup>.



Tratando-se de processo que também utiliza o amianto, a Lei 9.976/2000, que regula a produção de cloro, estabelece diversas normas de higiene ambiental. A fim de melhor esclarecer parte do teor da legislação acima citada, sobretudo no que se refere ao amianto, oportuno mencionar que, a partir de sua vigência:

Art. 2º Ficam mantidas as tecnologias atualmente em uso no País para a produção de cloro pelo processo de eletrólise, desde que observadas as seguintes práticas pelas indústrias produtoras: [...] VII – sistema gerencial de controle do amianto, nas indústrias que utilizem essa tecnologia, com obrigatoriedade de: a. utilização de amianto somente do tipo crisotila; b. ambiente fechado com filtração de ar para o manuseio do amianto seco; c. locais controlados nas operações de preparação e remoção de diafragmas de amianto; d. segregação de resíduos do amianto, tratamentos e destinações adequadas, com registro interno de todas as etapas; e. vestiários adequados para o acesso às áreas do amianto por pessoas designadas; f. vigilância da saúde na prevenção de exposição ocupacional ao amianto com procedimentos bem definidos de toda ação de controle; e g. disponibilidade de equipamento de proteção individual e uniformes específicos para operações nesta área; VIII – afastamento temporário do trabalhador do local de risco, sempre que os limites biológicos legais forem ultrapassados, até que medidas de controle sejam adotadas e o indicador biológico normalizado; IX – discussão dos riscos para a saúde e para o meio ambiente em decorrência do uso do mercúrio e do amianto, no âmbito das Comissões Internas de Prevenções de Acidentes – CIPAs, da qual será dado conhecimento aos empregados e demais trabalhadores envolvidos; [...] Art. 3º Fica vedada a instalação de novas fábricas para produção de cloro pelo processo de eletrólise com tecnologia a mercúrio e diafragma de amianto. [...] Art. 7º As informações sobre indicadores gerais de qualidade do controle do mercúrio e do amianto deverão ser padronizados e estar disponíveis aos empregados próprios e de contratados e ao sindicato da categoria profissional predominante no estabelecimento.

Além dos diplomas normativos, há um vasto conteúdo de normas infralegais que regulam os procedimentos a serem adotados e listam os riscos decorrentes da utilização do asbesto. Passa-se, portanto, a uma breve exposição.

Primeiramente, convém ressaltar a importância do Decreto nº 126<sup>180</sup> de maio de 1991, que ratificou a Convenção nº 162 da OIT. Esta determina que os países devem substituir ou proibir, quando possível, a utilização do asbesto, uma vez que se faz necessário que a exposição dos trabalhos a esse minério deve ser evitada ou controlada. Além disso, nos termos do artigo 12 da referida Convenção, a pulverização do amianto deverá ser evitada em todas as suas formas. Ainda, traz a obrigação de que os empregadores notifiquem à autoridade competente acerca das atividades que impliquem exposição do trabalhador ao amianto, a fim de que seja possível um maior controle estatal sobre os efeitos negativos dessa substância.

O Decreto nº 2.350 de 15 de outubro de 1997 regulamentou a principal legislação acerca do amianto, qual seja, a Lei nº 9.055/1995. Além de reiterar alguns dispositivos constantes nesta Lei, acrescenta o Decreto acima que a importação do amianto crisotila somente poderá ser realizado após autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (órgão pertencente ao Ministério de Minas e Energia) e desde que cumpridas suas exigências cujo rol encontra-se no art. 2º do Decreto nº 2.350/1997.<sup>181</sup> Expõe, por sua vez, que apenas poderão ser comercializados produtos à base de amianto se apresentarem marca de conformidade do Sistema Brasileiro de Certificação. Informa, também, que o monitoramento e controle dos riscos de exposição ao asbesto da variedade crisotila poderão ser executados por meio de instituições cadastradas pelo Ministério do Trabalho. Por fim, cumpre frisar que o Decreto em questão também cria a Comissão Nacional Permanente do Amianto – CNPA, vinculada ao Ministério do Trabalho, a qual possui caráter consultivo e tem como atividade precípua a proposição de medidas que visam à segurança do trabalhador no que tange a sua exposição ao amianto crisotila.

Em seu anexo II, o Decreto nº 3.048<sup>182</sup> estabelece que dentre os agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho se encontra o amianto, sendo que inclusive traz o rol de doenças cuja origem com ele possui

---

<sup>180</sup> O inteiro teor do Decreto nº 126 de maio de 1991 será apensado na forma de anexo.

<sup>181</sup> O inteiro teor do Decreto nº 2.350 de outubro de 1997 será apensado na forma de anexo.

<sup>182</sup> A íntegra do referido Decreto está inserida nos Anexos deste trabalho.

nexo causal, quais sejam: neoplasia maligna do estômago, da laringe e dos brônquios e do pulmão, mesotelioma da pleura, do peritônio e pericárdio, placas epicárdicas ou pericárdicas, asbestose, derrame pleural e placas pleurais. Sobre o mesmo Decreto, importante salientar que o seu anexo IV descreve como tempo máximo de exposição do trabalhador ao amianto o lapso temporal de 20 anos, sendo que o INSS está autorizado, diante da nocividade da substância e constatada a permanência na atividade, a conceder-lhe aposentadoria especial.

Além dos decretos já mencionados, o asbesto também é regulamentado por Portarias, as quais serão analisadas de modo sucinto no presente trabalho.

A Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aprova as Normas Regulamentadoras (NR) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, cujo tema é Segurança e Medicina do Trabalho. Para os fins deste estudo, cabe tecer comentários acerca do Anexo 12 da NR 15 do MTE.<sup>183</sup> Este determina a proibição do labor de menores de 18 (dezoito) anos em setores onde possa haver exposição à poeira do amianto. A fim de melhor controlar as empresas que do asbesto se utilizam, a norma em questão expõe que deverão elas manter seus estabelecimentos cadastrados junto ao MTE e INSS, através de seu setor competente em matéria de segurança do trabalho. Ademais, informa que somente as empresas cadastradas poderão receber autorização dos órgãos públicos para a importação do asbesto.

A supramencionada Portaria determina o lapso temporal em que as empresas deverão atualizar seus cadastros, realizar avaliação ambiental e manter os registros das avaliações. Indubitavelmente, um dos conteúdos de maior relevância inserido nesse diploma normativo é a fixação do limite de tolerância de 2,0 f/m<sup>3</sup> para fibras respiráveis de asbesto crisotila. Oportuno

---

<sup>183</sup> O inteiro teor do anexo 12 da NR 15 está inserido nos anexos situados ao final do presente trabalho

ressaltar que tal limite de tolerância é bastante superior ao aceito na União Europeia, onde o limite foi fixado em 0,1 fibra por cm<sup>3</sup>.<sup>184</sup>

O Ministério da Saúde, em sua Portaria nº 1.851 de 2006,<sup>185</sup> determina que todas as empresas que desenvolvem atividades relacionadas ao amianto, encaminhem anualmente ao órgão responsável pela gestão do SUS a listagem de trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto. Todavia, a portaria encontra-se suspensa em virtude da decisão interlocutória proferida em 12/12/2006 pelo Ministro Relator João Otávio de Noronha no Mandado de Segurança nº 12.459 – DF (2006/0273097-2),<sup>186</sup> impetrado por diversas empresas<sup>187</sup> que configuram no polo ativo da demanda. Atualmente, o remédio constitucional supracitado está concluso para julgamento no gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques desde 11 de fevereiro de 2015.

Oportuno expor que, por intermédio de Portarias,<sup>188</sup> os Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Cultura vedam seus órgãos vinculados de utilizarem e adquirirem produtos e subprodutos que contenham asbesto em sua composição.

---

<sup>184</sup> Banco Mundial, Política Operacional e Serviços Nacionais. Nota de Boas Práticas – Amianto: Questões de Segurança no Trabalho e na Comunidade. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc\\_Mundial\\_Amianto.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc_Mundial_Amianto.pdf). Acesso em 28 de out. de 2016.

<sup>185</sup> O inteiro teor da Portaria nº 1.851, de 9 de agosto de 2006, do Ministério da Saúde, está inserido em anexo ao final do presente trabalho.

<sup>186</sup> A decisão mencionada está disponível em sua completude no seguinte endereço eletrônico: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=2822886&num\\_registro=200602730972&data=20070201&tipo=0&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=2822886&num_registro=200602730972&data=20070201&tipo=0&formato=PDF). Acesso em 28 de out. de 2016.

<sup>187</sup> No rol de impretantes do Mandado de Segurança nº 12.459 – DF (2006/0273097-2) encontram-se as seguintes empresas: ETERNIT S/A, ISDRALIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, IMBRALIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE FIBROCIMENTO LTDA, PRECON GOIÁS INDUSTRIAL LTDA, PERMATEX LTDA, INFIBRA LTDA, DECORLIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CONFIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, MULTILIT FIBROCIMENTO LTDA, PRECON INDUSTRIAL S/A, CASALITE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, SAMA S/A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, SEBBA MADEIRAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, JORGE L DA SILVA E COMPANHIA LTDA, DEP MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO SANTA IZABEL LTDA, ZILLI COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MATERIAS CONSTRUÇÃO LTDA e AMATEL E MADEIRAS E TELHAS LTDA.

<sup>188</sup> As Portarias são as nº 43/2009 do Ministério do Meio Ambiente, nº 1.644/2009 do Ministério da Saúde e nº 9/2009 do Ministério da Cultura, todas inseridas em anexo ao fim deste trabalho.

Por fim, é importante frisar que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA),<sup>189</sup> por intermédio de Resoluções,<sup>190</sup> regulamenta a rotulagem de asbesto e de produtos que o contém, dispõe sobre advertência nas peças que contém amianto, inclui este na classe de resíduo perigoso e proíbe a importação de resíduos à base desse minério. Convém ainda fazer referência à Moção nº 30 de 2001 do CONAMA que recomenda a proibição progressiva da utilização do asbesto, demonstrando que o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente é contrário à manutenção dessa substância no mercado.

Após a exposição das normas com abrangência nacional, ainda falta tecer comentários acerca do tratamento legal do amianto nas esferas estadual e municipal. Tendo em vista o objetivo do presente estudo, abordar-se-ão apenas alguns diplomas normativos com o intuito de dar-lhe maior objetividade.

No ano de 2001, o Estado do Rio de Janeiro criou a Lei nº 3.579/2001<sup>191</sup> que dispõe sobre a substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que contenham asbesto. No entanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3470/2005). Nesta, a CNTI se utiliza dos seguintes fundamentos: inconstitucionalidade por invasão de competência privativa da União por afronta ao inciso XII do artigo 22 da CF/88<sup>192</sup>, ofensa aos princípios da livre iniciativa, concorrência e propriedade e em razão do princípio da proporcionalidade ofendido. A ADI supracitada está conclusa ao Relator desde o dia 03 de agosto de 2015, estando, por consequência, pendente de julgamento.

---

<sup>189</sup> Consoante o inciso II do art. 6º da Lei 6.938/1981, o CONAMA é órgão consultivo e deliberativo e possui a “finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.”

<sup>190</sup> As Resoluções do CONAMA a que o texto supra se refere são as seguintes: Resolução nº 7/1987, nº19/1996, nº 23/1996 e nº 348/2004 (todas inseridas em Anexo).

<sup>191</sup> O inteiro teor da Lei 3579/2001-RJ está inserido no Anexo ao fim do presente trabalho.

<sup>192</sup> “Art. 22 – Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia”.

Também no ano de 2001, o Estado do Rio Grande do Sul promulgou a Lei Estadual nº 11.643/2001<sup>193</sup> que proíbe a produção e comercialização de produtos à base de amianto em todo seu território. Da mesma forma como procedeu frente à legislação estadual referente ao amianto no Estado do Rio de Janeiro, a CNTI propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, a qual foi protocolada junto ao Supremo Tribunal Federal sob o nº 3357/2014. Consoante a decisão proferida em 31/10/2012, considerando que o Ministro Ayres Britto (relator) a julgou improcedente e o voto do Ministro Marco Aurélio foi no sentido da procedência, o julgamento desses autos está suspenso, sendo que dia 31 de agosto de 2016 estes foram submetidos à conclusão para presidência do STF.

Nesse mesmo sentido, o Estado de São Paulo criou a Lei 12.648/2007<sup>194</sup> que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição em todo seu território. A referida norma também está sendo questionada mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela CNTI (ADI 3937/2007).

No que tange ao Estado do Paraná, os deputados Gilberto Ribeiro (PRB) e Edson Praczyk (PRB) propuseram em 2015 o Projeto de Lei nº 655/2015<sup>195</sup> cuja intenção é a proibição do uso do amianto em todo o Estado. Todavia, em diapasão com a notícia divulgada no portal de notícias da ALEP-PR, infelizmente tal projeto de Lei não foi aprovado na Comissão de Constitucionalidade e Justiça.<sup>196</sup>

Em relação à capital paranaense, foi promulgada a Lei Municipal nº 14.172/2012<sup>197</sup> que coíbe a venda e o uso de produtos que contenham amianto. Importante mencionar que este diploma legal entrou em vigor no dia 7

---

<sup>193</sup> O inteiro teor da Lei nº 11.643/2001-RS está inserido no Anexo ao fim do presente trabalho.

<sup>194</sup> O inteiro teor da Lei nº 12.648/2007-SP está inserido no Anexo ao fim do presente trabalho.

<sup>195</sup> O inteiro teor do Projeto de Lei nº 655/2015 está inserido em Anexo no fim do presente trabalho.

<sup>196</sup> Projeto que proibia o uso do amianto no Paraná não passa. Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/radio\\_assembleia/projeto-que-proibia-o-uso-do-amianto-no-parana-nao-passa-na-ccj](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/radio_assembleia/projeto-que-proibia-o-uso-do-amianto-no-parana-nao-passa-na-ccj). Acesso em: 30 de out. de 2016.

<sup>197</sup> O inteiro teor da Lei Municipal nº 14.172/2012 está inserido no Anexo ao fim do presente trabalho.

de dezembro de 2015, passando, por sua vez, a cidade de Curitiba a compor o rol de municípios que baniram o asbesto.<sup>198</sup> Questionando o referido diploma normativo, o Sindicato das Indústrias de Produtos e Artefatos de Cimento, Fibrocimento e Ladrilhos Hidráulicos do Estado do Paraná – SINDICAF/PR propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, a qual foi autuada sob o nº 1386653-6, alegando incompetência do Município de Curitiba para legislar sobre o tema. A ADI foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, motivo pelo qual a parte autora interpôs Recurso Extraordinário em 19/10/2016.

Por fim, em 2013, o Município de São José dos Pinhais, localizado na Região Metropolitana de Curitiba/PR, publicou a Lei Municipal nº 2.322/2013<sup>199</sup>, a qual também proíbe a manutenção das atividades que manuseiam o amianto, bem como seu comércio em todo o município. Todavia, pouco tempo após a publicação da Lei supra, o SINDICAF/PR propôs ADI, autuada sob o nº 1381974-0, a fim de questionar a sua constitucionalidade. Assim como o posicionamento adotado quanto ao questionamento da legislação sobre o amianto da capital paranaense, o TJ-PR, em 19/10/2015, julgou totalmente improcedente a demanda. Inconformada com a decisão, a parte autora apresentou Recurso Extraordinário em 01/04/2016.

#### 4.3. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR, O AMIANTO E A JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Após a explanação acima, faz-se necessário demonstrar como a jurisprudência nacional tem se posicionado em relação à responsabilidade civil do empregador nos casos de doenças ocupacionais decorrentes da utilização do amianto.

---

<sup>198</sup> Dentre as principais cidades onde o asbesto é proibido encontram-se: Natal/RN, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Osasco/SP, São Caetano do Sul/SP e Recife/PE.

<sup>199</sup> O inteiro teor da Lei Municipal nº 2.322/2013 está inserido no Anexo ao fim do presente trabalho.

Interessante caso ocorreu na cidade de Contagem-MG. O Sr. Arlindo Barbosa Mendes, que laborou em atividade que o expunha ao amianto, ajuizou ação em face da empresa Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção LTDA. O reclamante infelizmente veio à óbito no decorrer do trâmite processual em virtude de ter sido atingido pela asbestose. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região manteve a sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Contagem-MG, que julgou parcialmente procedente os autos de nº 00833-2010-031-03-00-2, condenando a empresa ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes da morte do reclamante, pelos seguintes termos:

[...] realizada a prova pericial, o perito concluiu pela existência de asbestose, ocasionada pela exposição ao pó de amianto. A prova técnica produzida revelou-se suficiente à formação da convicção do Juízo, sendo certo que meras impugnações genéricas às conclusões do laudo pericial não são suficientes para invalidá-lo, nos termos do art. 302 do CPC. Registre-se, ainda, que a certidão de óbito do autor (f. 440) também informa que a asbestose constituiu causa de seu falecimento, o que coloca uma pá de cal sobre a questão. Quanto à alegação de inexistência de comprovação dos danos materiais havidos, ressalto que a indenização correspondente foi corretamente fixada pelo juiz a quo, no patamar de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerando o grau de culpa da reclamada, além do caráter incapacitante total e permanente da doença à época do ajuizamento da ação (f. 408/409).<sup>200</sup>

Outro caso que cabe aqui ser mencionado, é o processo autuado sob o nº 197400-59.2008.5.11.0018 onde litigaram Antônio Lopes Nunes e Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção LTDA. O reclamante laborou na ré de 4 de abril de 1991 a 13 de novembro de 2006 como operador de empilhadeira na carga e descarga de produtos à base de amianto. No decorrer de suas atividades, constatou-se que o reclamante é portador das seguintes doenças: Transtorno Pulmonar – CID 10 J61, Dorsalgia – CID 10 M54, dentre outros. O perito estabeleceu o nexu causal do transtorno pulmonar em decorrência do contato do autor com o amianto. A empresa foi condenada em

---

<sup>200</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Recurso Ordinário nº 00833-67.2010.5.03.0031 – Minas Gerais. Relator: Desembargador Paulo Chaves Corrêa Filho, 4ª Turma. Data do Julgamento: 08/07/2013. Data de Publicação: 08/07/2013.



primeiro grau, sendo que a sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Inconformada a reclamada interpôs Recurso de Revista e, após, Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR) a fim de reduzir a importância a pagar, eis que, segundo seu entendimento, a condenação é desarrazoada. Foi negado o provimento do AIRR. Para elucidar a decisão, oportuno escrever trechos da fundamentação do acórdão em questão:

[...] o Reclamante laborou para a Ré sujeito ao agente químico mencionado e não se mostra surpreendente o fato de ter contraído a patologia, levando-se em consideração as condições de ambiente de trabalho. Nem mesmo o uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela Ré foi suficiente para neutralizar os efeitos do amianto, substância hoje excluída, pela maioria dos países, de qualquer atividade laboral onde haja intervenção humana. [...] incensurável, portanto, o decisum de 1º Grau quanto ao reconhecimento da responsabilidade subjetiva da Recorrente, cujos fundamentos adoto totalmente para manter a sentença, inclusive quanto aos valores indenizatórios ali discriminados, eis que adequados à realidade vivida pelo Recorrido, após os primeiros sintomas da doença que lhe foi diagnosticada.<sup>201</sup>

Novamente figurando no polo passivo, agora nos autos de nº 0189200-11.2008.5.02.0472, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a ré Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção LTDA foi condenada a indenizar, neste caso, a filha da Sra. Maria Tereza Hermann Rodrigues, deficiente mental, pelo fato de seu pai ter vindo a óbito em razão de câncer de pulmão decorrente da exposição a amianto no local de trabalho. A sentença de primeiro grau foi mantida pelo Regional, bem como pelo Tribunal Superior do Trabalho. Conforme decisão do supracitado Regional, a reclamada foi responsabilizada subjetivamente pela morte de seu ex-empregado. Segue parte da fundamentação do acórdão proferido pelo Desembargador Relator Jomar Luz de Vassimon Freitas:

[...] A Constituição Federal, no inciso XXVIII do art. 7º, garante ao trabalhador seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, QUANDO INCORRER EM DOLO OU CULPA. Esta culpa é, necessariamente, decorrente de uma responsabilidade subjetiva, pois

---

<sup>201</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. TST-AgR-AIRR-nº 197400-59.2008.5.11.0018 – Brasília. Relator: Alexandre Agra Belmonte, 3ª Turma. Data do Julgamento: 04/05/2016. Data de Publicação: 06/05/2016.

se fosse objetiva, não haveria razão para a Constituição ressaltá-la. Daí se conclui que a regra do parágrafo único do art. 927 do Código Civil, que obriga à reparação de dano, independentemente de culpa, não se aplica aos casos de acidente do trabalho ou doença ocupacional, e somente quando o empregador age com culpa ou dolo é que se lhe impõe o dever de indenizar além do que o seguro social pagar. Portanto, para julgar o pedido é necessário averiguar se o empregador agiu com culpa ou dolo. [...] o Perito disse que o câncer de pulmão apontado no óbito não poderia ser atrelado ao hábito tabágico do ex-colaborador e que era improvável que ele tenha tido contato com amianto em outras empresas em que trabalhou em função do tipo de empresa e atividades desenvolvidas pelas mesmas, derrubando a tese recursal. Assim, a culpa do empregador pelo falecimento do seu empregado está comprovada, retirando da reclamante, que é absolutamente incapaz por deficiência mental, de conviver com a figura paterna, causando-lhe grande sofrimento e também prejuízo de ordem material, pois era seu pai quem sustentava a família com o salário que recebia da empresa. Portanto, está caracterizado o dano moral e material em virtude do falecimento do pai da reclamante por culpa da reclamada. Procede o pedido e fica mantida a sentença.<sup>202</sup>

Outra situação de óbito foi relatada nos autos 0001654-47.2011.5.02.0069 cujo trâmite também ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Neste caso, a empresa Companhia Nitro Quimica Brasileira foi condenada a indenizar a Sra. Edite Desiderio Todão devido à morte de seu marido que, em vida, apresentou asbestose. A empresa interpôs recurso ordinário, o qual foi julgado parcialmente procedente, eis que o Tribunal reduziu o valor da condenação ao pagamento de danos materiais de R\$ 400.000,00 para R\$ 200.000,00. Consoante o acórdão proferido pela 10ª Turma do TRT 2ª Região:

[...] O art. 186 do Código Civil estabelece quatro pressupostos para a caracterização da responsabilidade civil, quais sejam: ação ou omissão, culpa ou dolo, relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima. É certo que a indenização por dano moral tem por fim reparar, ainda que parcialmente, os danos sofridos, além de inibir a prática do ato ilícito, levando-se ainda em consideração a capacidade econômica do ofensor e as condições pessoais do ofendido. Alegou o autor que, no exercício de suas funções, era exposto ao amianto, elemento usado pela ré em sua linha de montagem, afirma que tal elemento químico é causador da doença chamada asbestose, semelhante a um “entupimento” dos alvéolos pulmonares, deixando o pulmão duro, sólido e perdendo progressivamente a sua capacidade de respirar (fls. 02/03). Na

---

<sup>202</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. TRT/SP nº 01892001120085020472 – São Paulo. Relator: Jomar Luz de Vassimon Freitas, 5ª Turma. Data do Julgamento: 16/11/2011. Data de Publicação: 16/11/2011.

conclusão da perícia o Sr. Vistor entendeu que “após a análise dos autos e a diligência periciais realizadas, tendo sido levantados os dados existentes e efetuadas a vistoria e a avaliação técnica necessária, concluímos que o autor desenvolveu suas atividades, durante seu pacto laboral com a reclamante, em contato com materiais à base de amianto, de forma habitual e não eventual. Tais materiais não eram empregados no processo produtivo da reclamada, mas sim como isolantes térmicos no setor de infra-estrutura (utilidades) onde laborou o reclamante, tendo sido substituídos por outros (sem amianto) somente após o pacto laboral do autor” (fls. 478). Vale destacar, ainda, que a perícia técnica realizada na Justiça Comum (fls. 337/365) concluiu que “o autor, quando em vida, apresentou, efetivamente, asbestose, traduzida por alterações clínicas e anatomopatológicas (incluindo mesotelioma fibroso de pleura). Essas alterações guardam íntima relação de nexo causal com o tipo de trabalho exercido, pelo ‘de cujus’, durante quase 35 anos de atividade profissional, a serviço da empresa-ré. O óbito do agora falecido ocorreu em virtude da presença, predominante, de inúmeras patologias por ele apresentadas. No entanto, a presença de asbestose (e de suas complicações) tem que ser considerada como causa secundária desse êxito letal”. [...] nesse contexto, presente a violação ao patrimônio ideal do reclamante, conforme amplamente exposto, é devido o pagamento pelos danos causados. Considerando o nexo causal entre a patologia do autor e a função exercida nas dependências da reclamada, e, também por restar comprovada a culpa da demandada em não adotar as medidas de segurança e medicina do trabalho a fim de se evitar o mal causado à saúde do trabalhador, impõe-se a manter a condenação em indenização por danos morais, nos termos do artigo 5º, X, da Constituição Federal e artigos 186, 187 e 927 do Código Civil.<sup>203</sup>

Diante do exposto, observa-se que, em regra, a jurisprudência tem se utilizado da teoria da responsabilidade civil subjetiva a fim de justificar a indenização a ser paga pelo empregador. Dessa forma, tem-se exigido a comprovação da culpa do empregador como elemento necessário para o seu dever de indenizar. Todavia, não se pode concordar com esse entendimento, haja vista que são notórios os malefícios causados pelo amianto. Trata-se de matéria-prima que, quando utilizada, expõe o empregado a condições de risco acentuado, motivo pelo qual, neste caso, não há dúvida de que a melhoria da condição social dos trabalhadores é melhor obtida quando se abraça a responsabilidade objetiva nas atividades desenvolvidas pelo empreendimento que deixam os empregados à exposição de um risco considerável, anormal, extraordinário. Além disso, como bem ressalta Cláudio Brandão, seria um

---

<sup>203</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. TRT/SP nº 0001654-47.2011.5.02.0069 – São Paulo. Relatora: Marta Casadei Momezzo, 10ª Turma. Data do Julgamento: 25/06/2013. Data de Publicação: 04/07/2013.

contrassenso admiti-la para o cliente do estabelecimento, a exemplo, “na condição de terceiro alcançado pelos efeitos do ato praticado”, e “negá-la ao empregado, que nele atua cotidianamente, estando muito mais sujeito, potencialmente, ao risco.”<sup>204</sup>

---

<sup>204</sup> BRANDÃO, Claudio. Op. Cit., p. 273.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O amianto é caracterizado como substância cancerígena pela Organização Mundial da Saúde – OMS, sendo que sua patogenicidade se atribui a todos os tipos de amianto, não existindo nível de exposição para humanos abaixo do qual se possa afirmar que não ocorra elevação na probabilidade de surgimento do câncer. Por esse motivo, diversos países optaram por seu banimento.

O Brasil, com respaldo na defasada tese do uso controlado, ainda o mantém em circulação no mercado. Nota-se, pois, que os riscos decorrentes da exposição dos trabalhadores ao amianto há bastante tempo são conhecidos, demonstrando-se que a sua manutenção no mercado industrial não se justifica, havendo sobreposição de interesses econômicos ao direito constitucional à vida, saúde e ao meio ambiente de trabalho adequado.

A questão do amianto vai além de problemas ocorridos dentro do estabelecimento industrial, tendo em vista que também é questão de saúde pública. Ademais, a única medida realmente eficaz para a saúde pública é a proibição da utilização do amianto. Isso porque a sua manutenção acarreta riscos para a população em geral e não apenas aos que diretamente o manuseiam, riscos esses que são gerados, desnecessários e evitáveis.

Assim, o banimento definitivo da extração, do comércio da industrialização, do consumo e da exportação dessas fibras cancerígenas é a única alternativa idônea e realmente eficaz de tutelar o trabalhador e a sociedade.

Cumprir frisar que incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Indubitavelmente, o amianto se encontra dentre as substâncias que causam riscos àqueles que a ele estão expostos. Nesse sentido, o Estado brasileiro, ao defender a manutenção desse minério no mercado, atua em sentido contrário à

efetivação de direitos constitucionalmente garantidos, tais como os valores sociais do trabalho, a dignidade da pessoa humana, o bem-estar, a justiça social, o direito à saúde, ao trabalho digno e ao meio ambiente seguro e saudável de trabalho.

É notório que o setor empresarial que se utiliza do amianto como matéria-prima expõe os seus empregados a riscos acentuados, extraordinários e além daquilo que estes podem suportar. Afinal, os malefícios causados pelo asbesto são reconhecidos pela comunidade científica nacional e internacional. Trata-se, portanto, de típica atividade de risco.

O artigo 927 do Código Civil e a Consolidação das Leis Trabalhista aduzem que os riscos da atividade devem ser arcados pelo empregador, adotando-se a teoria objetiva, não para a responsabilidade proveniente de qualquer inexecução do contrato de trabalho, mas para a responsabilidade concernente aos danos sofridos pelo empregado em razão de mera execução regular do contrato de trabalho.

Todavia, a jurisprudência pátria não tem acolhido a teoria da responsabilização objetiva do empregador nos casos de doenças ocupacionais decorrentes da exposição do trabalhador ao amianto, exigindo a caracterização da culpa do empregador para condená-lo a indenizar o empregado.

Ora, conforme se observa em algumas das decisões colacionadas neste trabalho, muitas vezes se trata de empregado que já veio à óbito em razão de doenças cujo dano possui nexo de causal com a sua exposição ao amianto. Dessa forma, evidencia-se afronta aos direitos e garantias constitucionais, bem como ao princípio da proteção ao trabalhador, incumbir ao empregado o ônus de provar a culpabilidade do empresário, que detém a concentração do capital e, muitas vezes, do conhecimento técnico-científico sobre os procedimentos industriais, estando evidentemente em patamar de desigualdade em relação ao trabalhador.

Ademais, a teoria da responsabilidade objetiva, impulsionada pelos problemas ocorridos na Revolução Industrial e pelas ideias socializantes da

doutrina francesa, justifica-se com vistas à equidade, bem como à necessidade de reestabelecer equilíbrio social, em uma época na qual era praticamente impossível comprovar a culpa do empregador e, por consequência, obter-se alguma indenização pelas mazelas que acometiam os empregados.

A partir disso, são passíveis de críticas as decisões dos Tribunais que aplicam a responsabilidade subjetiva do empregador quando ocorrem doenças ocupacionais, ainda que decorrentes de uma atividade definitivamente perigosa, como é o caso da exposição do empregado ao amianto, inferindo-se, pois, que tais julgados não têm analisado a demanda sob a ótica da atividade de risco.

Aliás, para a real melhoria da condição social dos trabalhadores se faz necessária a aplicação da responsabilidade objetiva nas atividades desenvolvidas pelo empreendimento que deixam os empregados à exposição de um risco extraordinário, não podendo o empregado sofrer os infortúnios derivados da atividade empresarial.

## REFERÊNCIAS

ABREA - Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto. Amianto no Brasil. Disponível em: <http://www.abrea.com.br/amiantobrasil.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Amianto ou Asbesto. Disponível em: <http://www.abrea.com.br/02amianto>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Projeto que proibia o uso do amianto no Paraná não passa. Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/radio\\_assembleia/projeto-que-proibia-o-uso-do-amianto-no-parana-nao-passa-na-ccj](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/radio_assembleia/projeto-que-proibia-o-uso-do-amianto-no-parana-nao-passa-na-ccj). Acesso em: 30 de outubro de 2016.

ALGRANTI, E. No país, 300 mil estão expostos à substância. [28 de março, 2004]. São Paulo: *Revista da Folha de São Paulo*. Entrevista concedida à reportagem local.

ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 3. Ed. v.2. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

Banco Mundial, Política Operacional e Serviços Nacionais. Nota de Boas Práticas – Amianto: Questões de Segurança no Trabalho e na Comunidade. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc\\_Mundial\\_Amianto.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/Banc_Mundial_Amianto.pdf). Acesso em 13 de setembro de 2016.



BRANDÃO, Cláudio. Acidente de Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador. 3. ed. São Paulo: LTr, 2009.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. TRT/SP nº 01892001120085020472 – São Paulo. Relator: Jomar Luz de Vassimon Freitas, 5ª Turma. Data do Julgamento: 16/11/2011. Data de Publicação: 16/11/2011.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. TRT/SP nº 0001654-47.2011.5.02.0069 – São Paulo. Relatora: Marta Casadei Momezzo, 10ª Turma. Data do Julgamento: 25/06/2013. Data de Publicação: 04/07/2013.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Recurso Ordinário nº 00833-67.2010.5.03.0031 – Minas Gerais. Relator: Desembargador Paulo Chaves Corrêa Filho, 4ª Turma. Data do Julgamento: 08/07/2013. Data de Publicação: 08/07/2013.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. TST-AgR-AIRR-nº 197400-59.2008.5.11.0018 – Brasília. Relator: Alexandre Agra Belmonte, 3ª Turma. Data do Julgamento: 04/05/2016. Data de Publicação: 06/05/2016.

CAPELOZZI, Vera Luiza. Asbesto, asbestose e câncer: critérios diagnósticos. *Pneumol* 27(4) – jul-ago de 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/jpneu/v27n4/9195.pdf>>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

CAPITANI, E. M. de, *et al.* Mesotelioma maligno da pleura com associação etiológica a asbesto: a propósito de três casos clínicos. **Revista Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 43, n; 3, Set. 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42301997000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42301997000300015) Acesso em 26 de setembro de 2016.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 2 Ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_. Programa de responsabilidade civil. 6 Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

\_\_\_\_\_. Manual de Direito Administrativo. 19 Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

CRETELLA JUNIOR, José. Curso de Direito Romano. 29. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho. 4 Ed. São Paulo: LTr, 2010.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. Cartilha - Amianto ou Asbesto. Disponível em <http://www.abrea.com.br/carilhadrt.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Sumário Mineral 2009. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2009>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 10. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 28. Ed. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2014.

DUARTE, E. **Dossiê amianto Brasil**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2010, p. 99. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/769516.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

ENVIRONMENTAL HEALTH CRITERIA 203. International Programme on Chemical Safety)/WHO (Organização Mundial da Saúde). Disponível em: [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/PES033\\_MineralogiaCancerMesotelioma\\_ApresMiltonNascimento.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/18018FE8/PES033_MineralogiaCancerMesotelioma_ApresMiltonNascimento.pdf). Acesso em 23 de set. 2016.

ETERNIT BRASIL. Eternit – Amianto Crisotila. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qe\\_6TR2RLM](https://www.youtube.com/watch?v=2Qe_6TR2RLM). Acesso em 30 de set. de 2016.

\_\_\_\_\_. Posicionamento Eternit sobre o Amianto Crisotila. Disponível \_\_\_\_\_ em: <http://www.eternit.com.br/destaques/institucionais/posicionamento-eternit-sobre-o-amianto-crisotila>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

FERRO, Thania Maria Bastos Lima. A função punitiva da responsabilidade civil em acidentes de trabalho. São Paulo: LTR, 2016.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GAGLIANO Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil, 5. Ed. rev. e atual. v. III: Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2007.

GIANNASI, Fernanda. A exposição ao amianto ou asbesto como causa do câncer ocupacional no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 618, março/2005. Disponível Em: <https://jus.com.br/artigos/6461/morte-lenta>. Acesso em: 13 set. 2016.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Responsabilidade Civil pelo Risco da Atividade. 2. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

HINORAKA, Giselda Maria F. Novaes. Responsabilidade Pressuposta. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Amianto. Disponível em <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/prevencao-fatores-de-risco/amianto>. Acesso em 25 de set. de 2016.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Resolution Concerning Asbestos, 2006. Disponível em <http://www.ilo.org/safework/info/standards-and->

[instruments/WCMS\\_108556/lang--en/index.htm](#). Acesso em 04 de outubro de 2016.

LEITE, J. R. M.; MOREIRA, D. A.; ACHKAR, A. Sociedade de risco, danos ambientais extrapatrimoniais e jurisprudência brasileira. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito\\_ambiental\\_jose\\_r\\_morato\\_leite\\_e\\_outros.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_ambiental_jose_r_morato_leite_e_outros.pdf). Acesso em: 8 de setembro de 2016.

LIMA, Alvino (2000). A responsabilidade civil pelo fato de outrem. 2. Ed. Atualizada por Nelson Nery Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil. Obrigações e responsabilidade civil. 3. ed. v. 2. São Paulo: RT, 2004.

LOPEZ, Teresa Ancona. O dano estético. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

MACHADO, Sidnei. **O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001, p. 86.

MEEKER, G. 2008. Statement of Gregory P. Meeker, Geologist U.S. Geological Survey U.S. Department of the Interior Before the Committee on Energy and Commerce Subcommittee on Environment and Hazardous Materials U.S. House of representatives february 28, 2008. Disponível em: [www.usgs.gov/congressional/hearings/.../meeker\\_28march08.doc](http://www.usgs.gov/congressional/hearings/.../meeker_28march08.doc). Acesso em 14 de set. de 2016.

MENDES, René. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. Cadernos de Saúde Pública [online] v. 17, n. 1, p. 7-29, 2001. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n1/4057.pdf> . Acesso em: 20 de setembro 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

MELO, Raimundo Simão. Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador. 4 Ed. São Paulo: LTr, 2010.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de direito privado. Parte Especial. Rio de Janeiro: Borsoi.t.LIII, 1996.

NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. v. I. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: LTr, 2007.

PAULA, Carolina Bellini Arantes de. As Excludentes de Responsabilidade Civil Objetiva. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RECOMENDAÇÃO Nº 020, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Disponível em: [www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2012/Reco020.doc](http://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2012/Reco020.doc) . Acesso em 03 de outubro de 2016.

RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. 32 Ed. v. IV. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Mauro Sérgio dos. A responsabilidade civil extracontratual no Direito Romano: análise comparativa entre os requisitos exigidos pelos romanos e os elementos de responsabilidade civil atualmente existentes. Direito em Ação. Brasília, DF, v. 10, n. 1.p.21, jan./jun.2013. Disponível em: [www.portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/5082/3229](http://www.portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/5082/3229).

SAYAMA, C. Minerais de Amianto na Rede Viária de Piên-PR Provenientes de Rochas Ultramáficas. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Departamento de Geologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.

SCLIAR, Claudio. Amianto: mineral mágico ou maldito? Ecologia humana e disputa político-econômica. Belo Horizonte: CDI, 1998.

SEVERO, Sérgio. Os danos extrapatrimoniais. São Paulo: Saraiva, 1996.

SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da; Etulain, Carlos Raul. Avaliação do Impacto Econômico da Proibição do Uso do Amianto na Construção Civil no Brasil. Disponível em: <https://inverde.files.wordpress.com/2010/10/estudo-unicamp-impacto-economico-da-proibicao-do-amianto.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito ambiental constitucional. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

TARTUCE, Flavio. Direito Civil, v.2: direito das obrigações e responsabilidade civil. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

TELLES, Inocência Galvão. Direito das Obrigações. 7 Ed. Coimbra: Coimbra, 1997.

TUPONI JUNIOR, Benedito Aparecido. *Responsabilidade Civil Objetiva no Ato do Trabalho e Atividade Empresarial de Risco*. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Elimination of asbestos-related diseases.

Disponível em:

[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/69479/1/WHO\\_SDE\\_OEH\\_06.03\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/69479/1/WHO_SDE_OEH_06.03_eng.pdf). Acesso em 04 de outubro de 2016.



**ANEXO**

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 129, DE 22 DE MAIO DE 1991.**

Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição e

Considerando que a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes foi concluída em Genebra, a 1º de junho de 1983;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção, por meio do Decreto Legislativo nº 51, de 25 de agosto de 1989;

Considerando que a Carta de Ratificação da Convenção, ora promulgada, foi depositada em 18 de maio de 1990;

Considerando que a Convenção nº 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes entrará em vigor para o Brasil, em 18 de maio de 1991, na forma se seu artigo 11, parágrafo 3,

**DECRETA:**

Art. 1º A Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

**FERNANDO COLLOR**  
*Francisco Rezek*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.5.1991

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO 159

CONVENÇÃO SOBRE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E

EMPREGO DE PESSOAS DEFICIENTES

## A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em genebra pelo Conselho de Administração do Escritório internacional do Trabalho realizada nessa cidade em 1 de junho de 1983, em sua sexagésima nona reunião;

Tendo tomado conhecimento das normas internacionais existentes e contidas na Recomendação sobre a habilitação e reabilitação profissionais dos deficientes, 1955, e na Recomendação sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, 1975;

Tomando conhecimento de que, desde a adoção da Recomendação sobre a habilitação e reabilitação profissionais dos deficientes, 1955, foi registrado um significativo progresso na compreensão das necessidades da reabilitação, na extensão e organização dos serviços de reabilitação e na legislação e no desempenho de muitos Países Membros em relação às questões cobertas por essa recomendação;

Considerando que a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 1981 o ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o tema "Participação plena e igualdade", e que um programa mundial de ação relativo às pessoas deficientes permitiria a adoção de medidas eficazes a nível nacional e internacional para atingir as metas da "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento, assim como de "igualdade";

Depois de haver decidido que esses progressos tornaram oportuna a conveniência de adotar novas normas internacionais sobre o assunto, que levem em consideração, em particular, a necessidade de assegurar, tanto nas zonas rurais como nas urbanas, a igualdade de oportunidade e tratamento a todas as categorias de pessoas deficientes no que se refere a emprego e integração na comunidade;

Depois de haver determinado que estas proposições devam ter a forma de uma Convenção, adota com a data de vinte de junho de mil novecentos e oitenta e três, a presente Convenção sobre reabilitação e emprego (pessoas deficientes), 1983.

## PARTE I

### Definições e Campo de Aplicação

#### ARTIGO 1

1 - Para efeitos desta Convenção, entende-se por "pessoa deficiente" todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada.

2 - Para efeitos desta Convenção, todo o País Membro deverá considerar que a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade.

3 - Todo País Membro aplicará os dispositivos desta Convenção através de medidas adequadas às condições nacionais e de acordo com a experiência (costumes, uso e hábitos) nacional.

4 - As proposições desta Convenção serão aplicáveis a todas as categorias de pessoas deficientes.

## PARTE II

## Princípios da Política de Reabilitação Profissional e

### Emprego Para Pessoas Deficientes

#### ARTIGO 2

De acordo com as condições nacionais, experiências e possibilidades nacionais, cada País Membro formulará, aplicará e periodicamente revisará a política nacional sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes.

#### ARTIGO 3

Essa política deverá ter por finalidade assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas deficientes no mercado regular de trabalho.

#### ARTIGO 4

Essa política deverá ter como base o princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores deficientes e dos trabalhadores em geral. Dever-se-á respeitar a igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores deficientes. As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre os trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não devem ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos.

#### ARTIGO 5

As organizações representativas de empregadores e de empregados devem ser consultadas sobre aplicação dessa política e em particular, sobre as medidas que devem ser adotadas para promover a cooperação e coordenação dos organismos públicos e particulares que participam nas atividades de reabilitação profissional. As organizações representativas de e para deficientes devem, também, ser consultadas.

### PARTE III

Medidas a Nível Nacional para o Desenvolvimento de Serviços de Reabilitação Profissional e Emprego para Pessoas Deficientes

#### ARTIGO 6

Todo o País Membro, mediante legislação nacional e por outros procedimentos, de conformidade com as condições e experiências nacionais, deverá adotar as medidas necessárias para aplicar os Artigos 2, 3, 4 e 5 da presente Convenção.

#### ARTIGO 7

As autoridades competentes deverão adotar medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, colocação, emprego e outros semelhantes, a fim de que as pessoas deficientes possam obter e conservar um emprego e progredir no mesmo; sempre que for possível e adequado, serão utilizados os serviços, existentes para os trabalhadores em geral, com as adaptações necessárias.

#### ARTIGO 8

Adotar-se-ão medidas para promover o estabelecimento e desenvolvimento de serviços de reabilitação profissional e de emprego para pessoas deficientes na zona rural e nas comunidades distantes.

## ARTIGO 9

Todo País Membro deverá esforçar-se para assegurar a formação e a disponibilidade de assessores em matéria de reabilitação e outro tipo de pessoal qualificado que se ocupe da orientação profissional, da formação profissional, da colocação e do emprego de pessoas deficientes.

## PARTE IV

### Disposições Finais

## ARTIGO 10

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas para o devido registro, ao Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho.

## ARTIGO 11

1 - Esta Convenção obrigará unicamente aqueles Países Membros da Organização Internacional do Trabalho, cujas ratificações tenham sido registrada pelo Diretor-Geral.

2 - Entrará em vigor doze meses após a data em que as ratificações de dois dos Países Membros tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

3 - A partir desse momento, esta Convenção entrará em vigor, para cada País Membro, doze meses após a data em que tenha sido registrada sua ratificação.

## ARTIGO 12

1 - Todo País Membro que tenha ratificado esta Convenção poderá suspender, por um período de dez anos, a partir da data em que tenha sido posta inicialmente em vigor, mediante um comunicado ao Diretor-Geral do Trabalho, para o devido registro. A suspensão somente passará a vigorar um ano após a data em que tenha sido registrada.

2 - Todo País Membro que tenha ratificado esta Convenção e que, no prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo anterior, não tenha feito uso do direito de suspensão previsto neste Artigo será obrigado, durante um novo período de dez anos, e no ano seguinte poderá suspender esta Convenção na expiração de cada período de dez anos, nas condições previstas neste Artigo.

## ARTIGO 13

1 - O Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho notificará todos os Países Membros da Organização Internacional do Trabalho, o registro de número de ratificações, declarações e suspensões que lhe forem comunicadas por aqueles.

2 - Ao notificar os Países Membros da Organização, o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Países Membros da Organização sobre a data em que entrará em vigor a presente Convenção.

## ARTIGO 14

O Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, os efeitos do registro e de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, uma informação completa sobre todas as ratificações, declarações e ofícios de suspensão que tenha registrado de acordo com os Artigos anteriores.

## ARTIGO 15

Cada vez que considere necessário, o Conselho Administrativo do Escritório Internacional do Trabalho apresentará na Conferência um relatório sobre a aplicação da Convenção, e considerará a conveniência de incluir na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

## ARTIGO 16

1 - No caso da conferência adotar uma nova Convenção que implique uma revisão total ou parcial da presente, e a menos que uma nova convenção contenha dispositivos em contrário:

a) a ratificação, por um País Membro, de novo Convênio, implicará, ipso jure, a notificação imediata deste Convênio, não obstante as disposições contidas no Artigo 12, sempre que o novo Convênio tenha entrado em vigor;

b) a partir da data em que entre em vigor o novo Convênio, o presente Convênio cessará para as ratificações pelos Países Membros.

2 - Este Convênio continuará em vigor, em todo caso, em sua forma e conteúdo atuais, para os Países Membros, que o tenham ratificado e não ratifiquem um Convênio revisado.

## ARTIGO 17

As versões inglesa e francesa do texto deste Convênio são igualmente autênticas.

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 2.350, DE 15 DE OUTUBRO DE 1997.**

Regulamenta a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995,

**DECRETA:**

Art 1º A extração, a industrialização, a utilização, a comercialização e o transporte de asbesto/amianto, no território nacional, ficam limitados à variedade crisotila.

Art 2º A importação de asbesto/amianto, da variedade crisotila, em qualquer de suas formas, somente poderá ser realizada após autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM do Ministério de Minas e Energia e atendidas às seguintes exigências:

I - cadastramento junto ao DNPM das empresas importadoras de asbesto/amianto da variedade crisotila, em qualquer de suas formas, condicionado à apresentação, pela empresa importadora, de licença ambiental e registro no cadastro de usuário do Ministério do Trabalho;

II - apresentação, até 30 de novembro de cada ano, ao DNPM de previsão de importação, para o ano seguinte, de asbesto/amianto da variedade crisotila;

III - cumprimento das condições estabelecidas pela legislação federal, estadual e municipal de controle ambiental, de saúde e segurança no trabalho e de saúde pública, pertinentes a armazenagem, manipulação, utilização e processamento do asbesto/amianto, bem como de eventuais resíduos gerados nessa operação, inclusive quanto a sua disposição final.

Art 3º O cadastramento da empresa importadora de asbesto/amianto no órgão competente referido no inciso I do artigo anterior é válido por doze meses, ao término dos quais, inexistindo a renovação, será cancelado.

Art 4º O DNPM e a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho encaminharão, semestralmente, à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo relação atualizada das empresas cadastradas e aptas a realizarem importação de asbesto/amianto.

Art 5º Todos os produtos que contenham asbesto/amianto da variedade crisotila, importado ou de produção nacional, somente poderão ser comercializados se apresentarem marca de conformidade do Sistema Brasileiro de Certificação.

Parágrafo único. As normas e os procedimentos para aplicação desse controle serão elaborados e regulamentados até 31 de dezembro de 1998.

Art 6º As fibras naturais e artificiais que já estejam sendo comercializadas ou que venham a ser fabricadas deverão ter a comprovação do nível de agravo à saúde humana avaliada e certificada pelo Ministério da Saúde, conforme critérios a serem por ele estabelecidos, no prazo de noventa dias.

Art 7º As empresas de extração e industrialização de asbesto/amianto depositarão nas Delegacias Regionais do Trabalho, no prazo de noventa dias a contar da data de publicação deste Decreto, cópias autenticadas dos acordos firmados entre empregados e empregadores, nos quais deverão constar cláusulas referentes a segurança e saúde no trabalho.

Art 8º As empresas que iniciarem o processo de extração e industrialização de asbesto/amianto, após a publicação deste Decreto, terão prazo de doze meses, a contar da data de expedição do alvará de funcionamento, para depositar nas Delegacias Regionais do Trabalho o acordo firmado entre empregados e empregadores referido na Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995.

Art 9º As empresas que não assinarem e depositarem o acordo com os sindicatos de trabalhadores, nos prazos fixados nos arts. 7º e 8º, terão o seu alvará de funcionamento automaticamente cancelado.

Art 10. O monitoramento e controle dos riscos de exposição ao asbesto/amianto da variedade crisotila e às fibras naturais e artificiais, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.055, de 1995, poderão ser executados por intermédio de instituições públicas ou privadas, credenciadas pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. O credenciamento de instituições públicas ou privadas especializadas no monitoramento e controle dos riscos de exposição dos trabalhadores ao asbesto/amianto far-se-á conforme critérios estabelecidos pelos Ministérios do Trabalho, de Minas e Energia e da Saúde.

Art 11. Os registros da medição de poeira de asbesto/amianto deverão ser conservados nas empresas pelo prazo mínimo de trinta anos, e o acesso a eles é franqueado aos trabalhadores, aos representantes e às autoridades competentes.

Art 12. As empresas de extração e industrialização do asbesto/amianto encaminharão, anualmente, à Secretaria de Saúde do Estado ou do Município, a listagem de seus empregados, de acordo com os critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art 13. Os Ministérios do Trabalho e da Saúde determinarão aos produtores de asbesto/amianto da variedade crisotila, bem como das fibras naturais e artificiais referidas no art. 2º da Lei nº 9.055, de 1995, a paralisação do fornecimento de materiais às empresas que descumprirem obrigação estabelecida naquela Lei, dando ciência, ao mesmo tempo, ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo para as providências necessárias.

Art 14. Fica criada a Comissão Nacional Permanente do Amianto - CNPA, vinculada ao Ministério do Trabalho, de caráter consultivo, com o objetivo de propor medidas relacionadas

ao asbesto/amianto da variedade crisotila, e das demais fibras naturais e artificiais, visando à segurança do trabalhador.

Parágrafo único. A CNPA elaborará seu regimento interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado do Trabalho, disciplinando o seu funcionamento.

Art. 15. Integram a CNPA:

I - dois representantes do Ministério do Trabalho, um dos quais a presidirá;

II - dois representantes do Ministério da Saúde;

III - dois representantes do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;

IV - um representante do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

V - um representante do Ministério de Minas e Energia;

VI - quatro representantes de entidades de classe representativas de empregados e quatro de empregadores.

§ 1º Os membros da CNPA serão designados pelo Ministro de Estado do Trabalho, após indicação pelos titulares dos órgãos e das entidades nela representados.

§ 2º A CNPA poderá se valer de instituições públicas e privadas de pesquisa sobre os efeitos do uso do amianto, da variedade crisotila, na saúde humana.

§ 3º A participação na CNPA será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

Art 16. O Ministério do Trabalho estabelecerá, no prazo de 180 dias a partir da publicação deste Decreto, critérios para a elaboração e implementação de normas de segurança e sistemas de acompanhamento para os setores têxtil e de fricção.

Art 17. Caberá aos Ministérios do Trabalho, da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Educação e do Desporto, mediante ações integradas, promover e fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados ao asbesto/amianto e à saúde do trabalhador.

Art 18. A destinação de resíduos contendo asbesto/amianto ou fibras naturais e artificiais referidas no art. 2º da Lei nº 9.055, de 1995, decorrentes do processo de extração ou industrialização, obedecerá ao disposto em regulamentação específica.

Art 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Paulo Renato Souza*



*Paulo Paiva*  
*Reinhold Stephanes*  
*Carlos César de Albuquerque*  
*Francisco Dornelles*  
*Raimundo Brito*  
*José Israel Vargas*  
*Gustavo Krause*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 16.10.1997

## REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### A N E X O II

#### AGENTES PATOGÊNICOS CAUSADORES DE DOENÇAS PROFISSIONAIS OU DO TRABALHO, CONFORME PREVISTO NO ART. 20 DA LEI Nº 8.213, DE 1991

AGENTES PATOGÊNICOS	TRABALHOS QUE CONTÊM O RISCO
QUÍMICOS	
I - ARSÊNIO E SEUS COMPOSTOS ARSENICAIS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. metalurgia de minérios arsenicais e indústria eletrônica;</li> <li>2. extração do arsênio e preparação de seus compostos;</li> <li>3. fabricação, preparação e emprego de tintas, lacas (gás arsina), inseticidas, parasitocidas e raticidas;</li> <li>4. processos industriais em que haja desprendimento de hidrogênio arseniado;</li> <li>5. preparação e conservação de peles e plumas (empalhamento de animais) e conservação da madeira;</li> <li>6. agentes na produção de vidro, ligas de chumbo, medicamentos e semi-condutores.</li> </ol>
II - ASBESTO OU AMIANTO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração de rochas amiantíferas, furação, corte, desmonte, trituração, peneiramento e manipulação;</li> <li>2. despejos do material proveniente da extração, trituração;</li> <li>3. mistura, cardagem, fiação e tecelagem de amianto;</li> <li>4. fabricação de guarnições para freios, materiais isolantes e produtos de fibrocimento;</li> <li>5. qualquer colocação ou demolição de produtos de amianto que produza partículas atmosféricas de amianto.</li> </ol>
III - BENZENO OU SEUS HOMÓLOGOS TÓXICOS	<p>Fabricação e emprego do benzeno, seus homólogos ou seus derivados aminados e nitrosos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. instalações petroquímicas onde se produzir benzeno;</li> <li>2. indústria química ou de laboratório;</li> <li>3. produção de cola sintética;</li> <li>4. usuários de cola sintética na fabricação de calçados, artigos de couro ou borracha e móveis;</li> <li>5. produção de tintas;</li> <li>6. impressores (especialmente na fotogravura);</li> <li>7. pintura a pistola;</li> <li>8. soldagem.</li> </ol>
IV - BERÍLIO E SEUS COMPOSTOS TÓXICOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração, trituração e tratamento de berílio;</li> <li>2. fabricação e fundição de ligas e compostos;</li> <li>3. utilização na indústria aeroespacial e manufatura de instrumentos de precisão e ordenadores; ferramentas cortantes que não produzam faíscas para a indústria petrolífera;</li> <li>4. fabricação de tubos fluorescentes, de ampolas de raios X, de eletrodos de aspiradores, catodos de queimadores e moderadores de reatores nucleares;</li> <li>5. fabricação de cadinhos, vidros especiais e de porcelana para isolantes térmicos.</li> </ol>
V - BROMO	Fabricação e emprego do bromo e do ácido brômico.

VI - CÁDMIO OU SEUS COMPOSTOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração, tratamento, preparação e fundição de ligas metálicas;</li> <li>2. fabricação de compostos de cádmio para soldagem;</li> <li>3. soldagem;</li> <li>4. utilização em revestimentos metálicos (galvanização), como pigmentos e estabilizadores em plásticos, nos acumuladores de níquel-cádmio e soldagem de prata.</li> </ol>
VII - CARBONETOS METÁLICOS DE TUNGSTÊNIO SINTERIZADOS	Produção de carbonetos sinterizados (mistura, pulverização, modelado, aquecimento em forno, ajuste, pulverização de precisão), na fabricação de ferramentas e de componentes para máquinas e no afiamento das ferramentas. Trabalhadores situados nas proximidades e dentro da mesma oficina.
VIII - CHUMBO OU SEUS COMPOSTOS TÓXICOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração de minérios, metalurgia e refinação do chumbo;</li> <li>2. fabricação de acumuladores e baterias (placas);</li> <li>3. fabricação e emprego de chumbo-tetraetila e chumbo-tetrametila;</li> <li>4. fabricação e aplicação de tintas, esmaltes e vernizes à base de compostos de chumbo;</li> <li>5. fundição e laminação de chumbo, de bronze, etc;</li> <li>6. fabricação ou manipulação de ligas e compostos de chumbo;</li> <li>7. fabricação de objetos e artefatos de chumbo, inclusive munições;</li> <li>8. vulcanização da borracha pelo litargírio ou outros compostos de chumbo;</li> <li>9. soldagem;</li> <li>10. indústria de impressão;</li> <li>11. fabricação de vidro, cristal e esmalte vitrificado;</li> <li>12. sucata, ferro-velho;</li> <li>13. fabricação de pérolas artificiais;</li> <li>14. olaria;</li> <li>15. fabricação de fósforos.</li> </ol>
IX - CLORO	Fabricação e emprego de cloro e ácido clorídrico.
X - CROMO OU SEUS COMPOSTOS TÓXICOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. fabricação de ácido crômico, de cromatos e bicromatos e ligas de ferrocromo;</li> <li>2. cromagem eletrolítica de metais (galvanoplastia);</li> <li>3. curtição e outros trabalhos com o couro;</li> <li>4. pintura a pistola com pigmentos de compostos de cromo, polimento de móveis;</li> <li>5. manipulação de ácido crômico, de cromatos e bicromatos;</li> <li>6. soldagem de aço inoxidável;</li> <li>7. fabricação de cimento e trabalhos da construção civil;</li> <li>8. impressão e técnica fotográfica.</li> </ol>
XI - FLÚOR OU SEUS COMPOSTOS TÓXICOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. fabricação e emprego de flúor e de ácido fluorídrico;</li> <li>2. siderurgia (como fundentes);</li> <li>3. fabricação de ladrilhos, telhas, cerâmica, cimento, vidro, esmalte, fibra de vidro, fertilizantes fosfatados;</li> <li>4. produção de gasolina (como catalisador alquilante);</li> <li>5. soldagem elétrica;</li> <li>6. galvanoplastia;</li> <li>7. calefação de superfícies;</li> <li>8. sistema de combustível para foguetes.</li> </ol>

<p>XII - FÓSFORO OU SEUS COMPOSTOS TÓXICOS</p>	<p>1. extração e preparação do fósforo branco e de seus compostos;</p> <p>2. fabricação e aplicação de produtos fosforados e organofosforados (sínteses orgânicas, fertilizantes, praguicidas);</p> <p>3. fabricação de projéteis incendiários, explosivos e gases asfixiantes à base de fósforo branco;</p> <p>4. fabricação de ligas de bronze;</p> <p>5. borrifadores, trabalhadores agrícolas e responsáveis pelo armazenamento, transporte e distribuição dos praguicidas organofosforados.</p>
<p>XIII - HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS OU AROMÁTICOS (seus derivados halogenados tóxicos)</p> <p>- Cloreto de metila</p> <p>- Cloreto de metileno</p> <p>- Clorofórmio</p> <p>- Tetracloreto de carbono</p> <p>- Cloreto de etila</p> <p>1.1 - Dicloroetano</p> <p>1.1.1 - Tricloroetano</p> <p>1.1.2 - Tricloroetano</p> <p>- Tetracloroetano</p> <p>- Tricloroetileno</p> <p>- Tetracloroetileno</p> <p>- Cloreto de vinila</p> <p>- Brometo de metila</p> <p>- Brometo de etila</p> <p>1.2 - Dibromoetano</p> <p>- Clorobenzeno</p> <p>- Diclorobenzeno</p>	<p>Síntese química (metilação), refrigerante, agente especial para extrações.</p> <p>Solvente (azeites, graxas, ceras, acetato de celulose), desengordurante, removedor de pinturas.</p> <p>Solvente (lacas), agente de extração.</p> <p>Síntese química, extintores de incêndio.</p> <p>Síntese química, anestésico local (refrigeração).</p> <p>Síntese química, solvente (resinas, borracha, asfalto, pinturas), desengraxante.</p> <p>Agente desengraxante para limpeza de metais e limpeza a seco.</p> <p>Solvente.</p> <p>Solvente.</p> <p>Desengraxante, agente de limpeza a seco e de extração, sínteses químicas.</p> <p>Desengraxante, agente de limpeza a seco e de extração, sínteses químicas.</p> <p>Intermediário na fabricação de cloreto de polivinila.</p> <p>Inseticida em fumigação (cereais), sínteses químicas.</p> <p>Sínteses químicas, agente especial de extração.</p> <p>Inseticida em fumigação (solos), extintor de incêndios, solvente (celulóide, graxas, azeite, ceras).</p> <p>Sínteses químicas, solvente.</p> <p>Sínteses químicas, solvente.</p>

XIV - IODO	Fabricação e emprego do iodo.
XV - MANGANÊS E SEUS COMPOSTOS TÓXICOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração, tratamento e trituração de pirolusita (dióxido de manganês);</li> <li>2. fabricação de ligas e compostos do manganês;</li> <li>3. siderurgia;</li> <li>4. fabricação de pilhas secas e acumuladores;</li> <li>5. preparação de permanganato de potássio e fabricação de corantes;</li> <li>6. fabricação de vidros especiais e cerâmica;</li> <li>7. soldagem com eletrodos contendo manganês;</li> <li>8. fabricação de tintas e fertilizantes;</li> <li>9. curtimento de couro.</li> </ol>
XVI - MERCÚRIO E SEUS COMPOSTOS TÓXICOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração e fabricação do mineral de mercúrio e de seus compostos;</li> <li>2. fabricação de espoletas com fulminato de mercúrio;</li> <li>3. fabricação de tintas;</li> <li>4. fabricação de solda;</li> <li>5. fabricação de aparelhos: barômetros, manômetros, termômetros, interruptores, lâmpadas, válvulas eletrônicas, ampolas de raio X, retificadores;</li> <li>6. amalgamação de zinco para fabricação de eletrodos, pilhas e acumuladores;</li> <li>7. douração e estanhagem de espelhos;</li> <li>8. empalhamento de animais com sais de mercúrio;</li> <li>9. recuperação de mercúrio por destilação de resíduos industriais;</li> <li>10. tratamento a quente de amálgamas de ouro e prata para recuperação desses metais;</li> <li>11. secretagem de pêlos, crinas e plumas, e feltragem à base de compostos de mercúrio;</li> <li>12. fungicida no tratamento de sementes e brilhos vegetais e na proteção da madeira.</li> </ol>
XVII - SUBSTÂNCIAS ASFIXIANTES  1. Monóxido de carbono	Produção e distribuição de gás obtido de combustíveis sólidos (gaseificação do carvão); mecânica de motores, principalmente movidos a gasolina, em recintos semifechados; soldagem acetilênica e a arco; caldeiras, indústria química; siderurgia, fundição, mineração de subsolo; uso de explosivos; controle de incêndios; controle de tráfego; construção de túneis; cervejarias.
2. Cianeto de hidrogênio ou seus derivados tóxicos	Operações de fumigação de inseticidas, síntese de produtos químicos orgânicos; eletro galvanoplastia; extração de ouro e prata; produção de aço e de plásticos (especialmente o acrilonitrilo-estireno); siderurgia (fornos de coque).
3. Sulfeto de hidrogênio (Ácido sulfídrico)	Estações de tratamento de águas residuais; mineração; metalurgia; trabalhos em silos; processamento de açúcar da beterraba; curtumes e matadouros; produção de viscoso e celofane; indústria química (produção de ácido sulfúrico, sais de bário); construção de túneis; perfuração de poços petrolíferos e gás; carbonização do carvão a baixa temperatura; litografia e fotogravura.

<p>XVIII - SÍLICA LIVRE (Óxido de silício - Si O<sub>2</sub>)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. extração de minérios (trabalhos no subsolo e a céu aberto);</li> <li>2. decapagem, limpeza de metais, foscamento de vidros com jatos de areia, e outras atividades em que se usa areia como abrasivo;</li> <li>3. fabricação de material refratário para fornos, chaminés e cadinhos, recuperação de resíduos;</li> <li>4. fabricação de mós, rebolos, saponáceos, pós e pastas para polimento de metais;</li> <li>5. moagem e manipulação de sílica na indústria de vidros e porcelanas;</li> <li>6. trabalho em pedreiras;</li> <li>7. trabalho em construção de túneis;</li> <li>8. desbastes e polimento de pedras.</li> </ol>
<p>XIX - SULFETO DE CARBONO OU DISSULFETO DE CARBONO</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. fabricação de sulfeto de carbono;</li> <li>2. indústria da viscose, raiom (seda artificial);</li> <li>3. fabricação e emprego de solventes, inseticidas, parasiticidas e herbicidas;</li> <li>4. fabricação de vernizes, resinas, sais de amoníaco, tetracloreto de carbono, têxteis, tubos eletrônicos a vácuo, gorduras;</li> <li>5. limpeza a seco; galvanização; fumigação de grãos;</li> <li>6. processamento de azeite, enxofre, bromo, cera, graxas e iodo.</li> </ol>
<p>XX - ALCATRÃO, BREU, BETUME, HULHA MINERAL, PARAFINA E PRODUTOS OU RESÍDUOS DESSAS SUBSTÂNCIAS, CAUSADORES DE EPITELIOMAS PRIMITIVOS DA PELE</p>	<p>Processos e operações industriais ou não, em que sejam utilizados alcatrão, breu, betume, hulha mineral, parafina e produtos ou resíduos dessas substâncias.</p>
<p>FÍSICOS</p>	
<p>XXI - RUÍDO E AFECÇÃO AUDITIVA</p>	<p>Mineração, construção de túneis, exploração de pedreiras (detonação, perfuração); engenharia pesada (fundição de ferro, prensa de forja); trabalho com máquinas que funcionam com potentes motores a combustão; utilização de máquinas têxteis; testes de reatores de aviões.</p>
<p>XXII - VIBRAÇÕES (Afecções dos músculos, tendões, ossos, articulações, vasos sangüíneos periféricos ou dos nervos periféricos)</p>	<p>Indústria metalúrgica, construção naval e automobilística; mineração; agricultura (motosserras); instrumentos pneumáticos; ferramentas vibratórias, elétricas e manuais; condução de caminhões e ônibus.</p>
<p>XXIII - AR COMPRIMIDO</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. trabalhos em caixões ou câmaras pneumáticas e em tubulões pneumáticos;</li> <li>2. operações com uso de escafandro;</li> <li>3. operações de mergulho;</li> <li>4. trabalho com ar comprimido em túneis pressurizados.</li> </ol>

XXIV – RADIAÇÕES IONIZANTES	<p>1. extração de minerais radioativos (tratamento, purificação, isolamento e preparo para distribuição), como o urânio;</p> <p>2. operação com reatores nucleares ou com fontes de nêutrons ou de outras radiações corpusculares;</p> <p>3. trabalhos executados com exposições a raios X, rádio e substâncias radioativas para fins industriais, terapêuticos e diagnósticos;</p> <p>4. fabricação e manipulação de produtos químicos e farmacêuticos radioativos (urânio, radônio, mesotório, tório X, cézio 137 e outros);</p> <p>5. fabricação e aplicação de produtos luminescentes radiferos;</p> <p>6. pesquisas e estudos dos raios X e substâncias radioativas em laboratórios.</p>
BIOLÓGICOS	
<p>XXV - MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECCIOSOS VIVOS E SEUS PRODUTOS TÓXICOS</p> <p>1. Mycobacterium; vírus hospedados por artrópodes; coccidióides; fungos; histoplasma; leptospira; rickettsia; bacilo (carbúnculo, tétano); ancilóstomo; tripanossoma; pasteurilla.</p> <p>2. Ancilóstomo; histoplasma; coccidióides; leptospira; bacilo; sepe.</p> <p>3. Mycobacterium; brucellas; estreptococo (erisipela); fungo; rickettsia; pasteurilla.</p> <p>4. Fungos; bactérias; mixovírus (doença de Newcastle).</p> <p>5. Bacilo (carbúnculo) e pasteurilla.</p> <p>6. Bactérias; mycobacteria; brucella; fungos; leptospira; vírus; mixovírus; rickettsia; pasteurilla.</p> <p>7. Mycobacteria, vírus; outros organismos responsáveis por doenças transmissíveis.</p> <p>8. Fungos (micose cutânea).</p>	<p>Agricultura; pecuária; silvicultura; caça (inclusive a caça com armadilhas); veterinária; curture.</p> <p>Construção; escavação de terra; esgoto; canal de irrigação; mineração.</p> <p>Manipulação e embalagem de carne e pescado.</p> <p>Manipulação de aves confinadas e pássaros.</p> <p>Trabalho com pêlo, pele ou lã.</p> <p>Veterinária.</p> <p>Hospital; laboratórios e outros ambientes envolvidos no tratamento de doenças transmissíveis.</p> <p>Trabalhos em condições de temperatura elevada e umidade (cozinhas; ginásios; piscinas; etc.).</p>
POEIRAS ORGÂNICAS	
XXVI - ALGODÃO, LINHO, CÂNHAMO, SISAL	Trabalhadores nas diversas operações com poeiras provenientes desses produtos.
XXVII - AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS OU BIOLÓGICOS, QUE AFETAM A PELE, NÃO CONSIDERADOS EM OUTRAS RUBRICAS.	Trabalhadores mais expostos: agrícolas; da construção civil em geral; da indústria química; de eletro galvanoplastia; de tinturaria; da indústria de plásticos reforçados com fibra de vidro; da pintura; dos serviços de engenharia (óleo de corte ou lubrificante); dos serviços de saúde (medicamentos, anestésicos locais, desinfetantes); do tratamento de gado; dos açougues.

**NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES****ANEXO XII****LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA POEIRAS MINERAIS****ASBESTO**

**1.** O presente Anexo aplica-se a todas e quaisquer atividades nas quais os trabalhadores estão expostos ao asbesto no exercício do trabalho.

**1.1.** Entende-se por "asbesto", também denominado amianto, a forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfibólios, isto é, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a crocidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais;

**1.2.** Entende-se por "exposição ao asbesto", a exposição no trabalho às fibras de asbesto respiráveis ou poeira de asbesto em suspensão no ar originada pelo asbesto ou por minerais, materiais ou produtos que contenham asbesto.

**1.3.** Entende-se por "fornecedor" de asbesto, o produtor e/ou distribuidor da matéria-prima "in natura".

**2.** Sempre que dois ou mais empregadores, embora cada um deles com personalidade jurídica própria, levem a cabo atividades em um mesmo local de trabalho, serão, para efeito de aplicação dos dispositivos legais previstos neste Anexo, solidariamente responsáveis contratante(s) e contratado(s).

**2.1.** Compete à(s) contratante(s) garantir os dispositivos legais previstos neste Anexo por parte do(s) contratado(s).

**3.** Cabe ao empregador elaborar normas de procedimento a serem adotadas em situações de emergência, informando os trabalhadores convenientemente, inclusive com treinamento específico.

**3.1.** Entende-se por "situações de emergência" qualquer evento não programado dentro do processo habitual de trabalho que implique o agravamento da exposição dos trabalhadores.

**4.** Fica proibida a utilização de qualquer tipo de asbesto do grupo anfibólio e dos produtos que contenham estas fibras.

**4.1.** A autoridade competente, após consulta prévia às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores interessados, poderá autorizar o uso de anfibólios, desde que a substituição não seja exequível e sempre que sejam garantidas as medidas de proteção à saúde dos trabalhadores.

**5.** Fica proibida a pulverização (spray) de todas as formas do asbesto.



**6.** Fica proibido o trabalho de menores de dezoito anos em setores onde possa haver exposição à poeira de asbesto.

**7.** As empresas (públicas ou privadas) que produzem, utilizam ou comercializam fibras de asbesto e as responsáveis pela remoção de sistemas que contêm ou podem liberar fibras de asbesto para o ambiente deverão ter seus

estabelecimentos cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social/Instituto Nacional de Seguridade Social, através de seu setor competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador.

**7.1.** O referido cadastro será obtido mediante a apresentação do modelo Anexo I.

**7.2.** O número de cadastro obtido será obrigatoriamente apresentado quando da aquisição da matéria-prima junto ao fornecedor.

**7.3.** O fornecedor de asbesto só poderá entregar a matéria-prima a empresas cadastradas.

**7.4.** Os órgãos públicos responsáveis pela autorização da importação de fibras de asbesto só poderão fornecer a guia de importação a empresas cadastradas.

**7.5.** O cadastro deverá ser atualizado obrigatoriamente a cada 2 (dois) anos.

**8.** Antes de iniciar os trabalhos de remoção e/ou demolição, o empregador e/ou contratado, em conjunto com a representação dos trabalhadores, deverão elaborar um plano de trabalho onde sejam especificadas as medidas a serem tomadas, inclusive as destinadas a:

- a) proporcionar toda proteção necessária aos trabalhadores;
- b) limitar o desprendimento da poeira de asbesto no ar;
- c) prever a eliminação dos resíduos que contenham asbesto.

**9.** Será de responsabilidade dos fornecedores de asbesto, assim como dos fabricantes e fornecedores de produtos contendo asbesto, a rotulagem adequada e suficiente, de maneira facilmente compreensível pelos trabalhadores e usuários interessados.

**9.1.** A rotulagem deverá conter, conforme modelo Anexo:

- a letra minúscula "a" ocupando 40% (quarenta por cento) da área total da etiqueta;

- caracteres: "Atenção: contém amianto", "Respirar poeira de amianto é prejudicial à saúde" e "Evite risco: siga as instruções de uso".

**9.2.** A rotulagem deverá, sempre que possível, ser impressa no produto, em cor contrastante, de forma visível e legível.

**10.** Todos os produtos contendo asbesto deverão ser acompanhados de "instrução de uso" com, no mínimo, as seguintes informações: tipo de asbesto, risco à saúde e doenças relacionadas, medidas de controle e proteção adequada.

**11.** O empregador deverá realizar a avaliação ambiental de poeira de asbesto nos locais de trabalho, em intervalos não superiores a 6 (seis) meses.

**11.1.** Os registros das avaliações deverão ser mantidos por um período não inferior a 30 (trinta) anos.

**11.2.** Os representantes indicados pelos trabalhadores acompanharão o processo de avaliação ambiental.

**11.3.** Os trabalhadores e/ou seus representantes têm o direito de solicitar avaliação ambiental complementar nos locais de trabalho e/ou impugnar os resultados das avaliações junto à autoridade competente.

**11.4.** O empregador é obrigado a afixar o resultado dessas avaliações em quadro próprio de avisos para conhecimento dos trabalhadores.

**12.** O limite de tolerância para fibras respiráveis de asbesto crisotila é de 2,0 f/cm<sup>3</sup>.

**12.1.** Entende-se por "fibras respiráveis de asbesto" aquelas com diâmetro inferior a 3 micrômetros, comprimento

maior que 5 micrômetros e relação entre comprimento e diâmetro superior a 3:1.

**13.** A avaliação ambiental será realizada pelo método do filtro de membrana, utilizando-se aumentos de 400 a 500x, com iluminação de contraste de fase.

**13.1.** Serão contadas as fibras respiráveis conforme subitem 12.1 independentemente de estarem ou não ligadas ou agregadas a outras partículas.

**13.2.** O método de avaliação a ser utilizado será definido pela ABNT/INMETRO.

**13.3.** Os laboratórios que realizarem análise de amostras ambientais de fibras dispersas no ar devem atestar a participação em programas de controle de qualidade laboratorial e sua aptidão para proceder às análises requeridas pelo método do filtro de membrana.

**14.** O empregador deverá fornecer gratuitamente toda vestimenta de trabalho que poderá ser contaminada por asbesto, não podendo esta ser utilizada fora dos locais de trabalho.

**14.1.** O empregador será responsável pela limpeza, manutenção e guarda da vestimenta de trabalho, bem como dos EPI utilizados pelo trabalhador.

**14.2.** A troca de vestimenta de trabalho será feita com frequência mínima de duas vezes por semana.

**15.** O empregador deverá dispor de vestiário duplo para os trabalhadores expostos ao asbesto.

**15.1.** Entende-se por "vestiário duplo" a instalação que oferece uma área para guarda de roupa pessoal e outra, isolada, para guarda da vestimenta de trabalho, ambas com comunicação direta com a bateria de chuveiros.

**15.2.** As demais especificações de construção e instalação obedecerão às determinações das demais Normas Regulamentadoras.

**16.** Ao final de cada jornada diária de trabalho, o empregador deverá criar condições para troca de roupa e banho do trabalhador.

**17.** O empregador deverá eliminar os resíduos que contêm asbesto, de maneira que não se produza nenhum risco à saúde dos trabalhadores e da população em geral, de conformidade com as disposições legais previstas pelos órgãos competentes do meio ambiente e outros que porventura venham a regulamentar a matéria.

**18.** Todos os trabalhadores que desempenham ou tenham funções ligadas à exposição ocupacional ao asbesto serão submetidos a exames médicos previstos no subitem 7.1.3 da NR-7, sendo que por ocasião da admissão, demissão e anualmente devem ser realizados, obrigatoriamente, exames complementares, incluindo, além da avaliação clínica, telerradiografia de tórax e prova de função pulmonar (espirometria).

**18.1.** A técnica utilizada na realização das telerradiografias de tórax deverá obedecer ao padrão determinado pela Organização Internacional do Trabalho, especificado na Classificação Internacional de Radiografias de Pneumoconioses (OIT-1980).

**18.2.** As empresas ficam obrigadas a informar aos trabalhadores examinados, em formulário próprio, os resultados dos exames realizados.

**19.** Cabe ao empregador, após o término do contrato de trabalho envolvendo exposição ao asbesto, manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle dos trabalhadores durante 30 (trinta) anos.

**19.1.** Estes exames deverão ser realizados com a seguinte periodicidade:

a) a cada 3 (três) anos para trabalhadores com período de exposição de 0 (zero) a 12 (doze) anos;

b) a cada 2 (dois) anos para trabalhadores com período de exposição de 12 (doze) a 20 (vinte) anos;

c) anual para trabalhadores com período de exposição superior a 20 (vinte) anos.

**19.2.** O trabalhador receberá, por ocasião da demissão e retornos posteriores, comunicação da data e local da próxima avaliação médica.

**20.** O empregador deve garantir informações e treinamento aos trabalhadores, com frequência mínima anual, priorizando os riscos e as medidas de proteção e controle devido à exposição ao asbesto.

**20.1.** Os programas de prevenção já previstos em lei (curso da CIPA, SIPAT, etc.) devem conter informações específicas sobre os riscos de exposição ao asbesto.

**21.** Os prazos de notificações e os valores das infrações estão especificados no Anexo III.

**22.** As exigências contidas neste anexo entrarão em vigor em 180 (cento e oitenta dias) a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PORTARIA Nº 1.851, DE 9 DE AGOSTO DE 2006**

Ministério da Saúde Gabinete do Ministro

DOU 10.08.2006

Aprova procedimentos e critérios para envio de listagem de trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto nas atividades de extração, industrialização, utilização, manipulação, comercialização, transporte e destinação final de resíduos, bem como aos produtos e equipamentos que o contenham.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto nos arts. 198 e 200 da Constituição Federal;

Considerando os dispositivos contidos na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, com destaque para o art. 6º;

Considerando os dispostos no art. 5º da Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, e no art. 12. do Decreto nº 2.350, de 15 de outubro de 1997, que estabelecem o envio anual ao Sistema Único de Saúde (SUS) da listagem de trabalhadores expostos e ex-expostos ao amianto;

Considerando a necessidade de identificar o universo de trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto; e

Considerando a necessidade de implementar a vigilância em saúde ambiental dos trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo a esta Portaria, os procedimentos para envio ao Sistema Único de Saúde (SUS) da listagem de trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto e/ou a produtos/equipamentos que o contenham e às atividades discriminadas na ementa desta Portaria.

Art. 2º Determinar que todas as empresas, que desenvolvem ou desenvolveram atividades descritas na ementa desta Portaria, encaminhem anualmente ao órgão responsável pela gestão do SUS, em nível municipal ou, na sua ausência, ao órgão regional, listagem de trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto.

§ 1º A listagem e as informações referentes aos trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto em atividade, independentemente de notificação por parte do SUS, deverão ser encaminhadas, preferencialmente, por meio eletrônico, impreterivelmente, até o primeiro dia útil do mês de julho, devidamente protocoladas na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ou no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador ou no Serviço de Vigilância à Saúde do Trabalhador, da Secretaria Estadual de Saúde, ou, na inexistência dos órgãos citados, no Serviço de Vigilância à Saúde do SUS, onde a empresa está situada.

§ 2º A listagem referente ao exercício de anos anteriores, a contar do dia 1º de junho de 1995, poderá ser requisitada por meio de notificação pelo órgão competente, tendo a empresa até 30 (trinta) dias úteis para sua entrega.

§ 3º No que se refere às empresas que substituíram o asbesto/amianto, as obrigações previstas neste artigo e parágrafos anteriores limitam-se aos trabalhadores expostos no período em que elas utilizaram ou manipularam o asbesto/amianto ou produtos/equipamentos que o continham.

Art. 3º A listagem dos trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto, conforme o Anexo a esta Portaria, deverá conter, entre outras, as seguintes informações:

I - identificação;

II - diagnósticos de radiografias de tórax - raio X-, de acordo com padrão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para diagnóstico de pneumoconioses, OIT/2000;

III - resultados de provas de função pulmonar, com valores em percentual teórico para:

a) Capacidade Vital Forçada - CVF;

b) Volume Expiratório no 1º segundo - VEF1;

c) Índice de Tiffenau - VEF1/CVF; e

d) fluxo expiratório forçado em 25% e 75%.

Art. 4º A cada diagnóstico ou suspeita de doença relacionada ao asbesto/amianto, os trabalhadores expostos e ex-expostos serão encaminhados ao SUS, acompanhados de uma via da respectiva Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), para notificação do caso à vigilância epidemiológica do SUS/SINAN.

Art. 5º O não-cumprimento do disposto nesta Portaria sujeitará as empresas às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 2.572/GM, de 27 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 29 de dezembro de 2005, seção 1, página 100.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

**RESOLUÇÃO/CONAMA/N.º 007 de 16 de Setembro de 1987**

Publicada no D.O.U, de 22/10/87, Seção I, Pág. 17.499

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no use das atribuições que lhe confere o Artigo 48 do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983, para o efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo § 1º do Artigo 18 do mesmo Decreto.

Considerando a importância do assunto e a necessidade de iniciar-se o processo de regulamentação do uso do amianto (asbestos), RESOLVE:

Art. 1º - Os fabricantes de produtos que contenham amianto (asbestos) devem imprimir em cada peça dos mesmos, os seguintes dizeres, em caracteres bem visíveis.

*Cuidado! este produto contém fibras de amianto. Evite a geração de poeira. Respirar poeira de Amianto pode prejudicar gravemente sua saúde. O Perigo é maior para os fumantes.*

§ 1º - Quando pelas pequenas dimensões ou outras características do produto não for possível imprimir nos mesmos os dizeres acima, o fabricante deverá colocar essa advertência em etiqueta individual ou impressa na embalagem de cada peça ou conjunto de peças, comunicando ao órgão ambiental competente que avaliará a oportunidade de solicitar alguma mudança.

§ 2º - Os produtos destinados à exportação deverão ter esta comunicação redigida na língua oficial do país, ou nos dizeres exigidos pelo país importador.

Art. 2º - Os fabricantes de produtos que contenham amianto (asbestos) em sua composição, devem também comunicar aos consumidores intermediários e finais os cuidados atinentes à utilização destes produtos com segurança, através de folhetos ou cartazes em cores padronizadas: vermelho, preto e branco.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto nesta Resolução, acarretará aos infratores multa de 10 a 1.000 ONTs, aplicável em dobro nas reincidências, na forma do Artigo 14 e alíneas, da Lei 6.938 e do Decreto 88.351, Artigo 37 e alíneas, complementado pelo Decreto nº 89.532/84.

Art. 4º - Os fabricantes terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, para implementar o estabelecido no Artigo 2º.

Parágrafo Único - Para a impressão dos dizeres estabelecidos no Artigo 1º, os fabricantes terão o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - As penalidades aqui previstas serão aplicadas pelos órgãos ambientais dos Estados, Distrito Federal, Territórios e, supletivamente, pela SEMA e Municípios.

Art. 6º - A SEMA apresentará à Câmara Técnica de Poluição Industrial em até cento e oitenta dias, a partir da data de publicação desta Resolução, estudos visando a:

1. fixação de normas e procedimentos para mineração, transporte,

industrialização, comercialização e manuseio do amianto (asbestos) no que se refere a proteção ambiental e ocupacional.

2. formulação de um Programa Nacional de utilização de amianto e eventuais substitutos.

Art. 7º - Fica proibida, a partir de um ano da publicação desta Resolução, a comercialização de produtos contendo amianto (asbestos) sem observância das disposições contidas no Artigo 1º e 2º.

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará aos infratores as penalidades previstas nesta Resolução.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Deni Lineu Schwartz

(Alterada pelo art. 1º da Resolução 009/88)



**RESOLUÇÃO Nº 09, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996**

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e Lei nº 8.746, de 09 de dezembro de 1993, considerando o disposto na Lei nº 8.470, de 19 de novembro de 1992, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, em especial a definição de Mata Atlântica como Patrimônio Nacional;

Considerando a necessidade de dinamizar a implementação do Decreto nº 750/93, referente à proteção da Mata Atlântica;

Considerando a necessidade de se definir "corredores entre remanescentes" citado no artigo 7º do Decreto nº 750/93, assim como estabelecer parâmetros e procedimentos para a sua identificação e proteção,

Resolve:

Art. 1º Corredor entre remanescentes caracteriza-se como sendo faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar *habitat* ou servir de área de trânsito para a fauna residente nos remanescentes.

Parágrafo Único: Os corredores entre remanescentes constituem-se:

a) pelas matas ciliares em toda sua extensão e pelas faixas marginais definidas por lei:

b) pelas faixas de cobertura vegetal existentes nas quais seja possível a interligação de remanescentes, em especial, às unidades de conservação e áreas de preservação permanente.

Art. 2º Nas áreas que se prestem a tal finalidade onde sejam necessárias intervenções visando sua recomposição florística, esta deverá ser feita com espécies nativas regionais, definindo-se previamente se essas áreas serão de preservação ou de uso.

Art. 3º A largura dos corredores será fixada previamente em 10% (dez por cento) do seu comprimento total, sendo que a largura mínima será de 100 metros. Parágrafo Único - Quando em faixas marginais a largura mínima estabelecida se fará em ambas as margens do rio.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**RESOLUÇÃO N.º 348, DE 16 DE AGOSTO DE 2004**

Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, e tendo em vista as disposições da Lei no 9.055, de 1º de junho de 1995 e Considerando o previsto na Convenção de Basileia sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, promulgada pelo Decreto Federal no 875, de 19 de julho de 1993, que prevê em seu art. 1º, item 1, alínea "a" e anexo I, que considera o resíduo do amianto como perigoso e pertencente à classe Y36;

Considerando a Resolução CONAMA no 235, de 7 de janeiro de 1998, que trata de classificação de resíduos para gerenciamento de importações, que classifica o amianto em pó (asbesto) e outros desperdícios de amianto como resíduos perigosos classe I de importação proibida, segundo seu anexo X;

Considerando o Critério de Saúde Ambiental no 203, de 1998, da Organização Mundial da Saúde-OMS sobre amianto crisotila que afirma entre outros que "a exposição ao amianto crisotila aumenta os riscos de asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma de maneira dependente em função da dose e que nenhum limite de tolerância foi identificado para os riscos de câncer", resolve:

Art. 1º O art. 3º, item IV, da Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

IV - Classe "D": são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

Presidente do Conselho

**LEI Nº 3579, DE 07 DE JUNHO DE 2001.**

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUE CONTENHAM ASBESTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**O Governador do Estado do Rio de Janeiro,**

faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Para efeito desta Lei, adotam-se as seguintes definições:

- I) - Asbesto/Amianto - forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfibólios, isto é, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a cricidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais.

**Art. 2º** - Fica proibido, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a extração de asbesto.

**Art. 3º** - Fica proibida a utilização de qualquer tipo de asbesto do grupo anfibólio e dos produtos que contenham estas fibras.

**Art. 4º** - Fica proibida a pulverização (spray) de todas as formas de asbesto.

**Art. 5º** - Fica proibida a venda a granel de asbesto em pó para fins de vedação.

**Art. 6º** - Nos prazos indicados nos Incisos deste Artigo, fica proibida a fabricação e a comercialização, em todo o Estado do Rio de Janeiro, dos seguintes produtos, quando contiverem asbesto em sua composição:

I) No prazo de 2 (dois) anos: qualquer material ou componente termoplástico; materiais de fricção para utilização em quaisquer veículos (inclusive peças de reposição); revestimentos e peças, inclusive juntas, usados na prevenção ou na correção de vazamentos de motores de combustão interna, carburadores ou quaisquer outros componentes de veículos (rodoviários, ferroviários, aéreos); produtos de fiação e tecelagem de fibras têxteis; luvas, macacões, aventais e outros vestuários; colas e adesivos; e materiais de isolamento térmico ou termo elétrico, inclusive aqueles utilizados na indústria naval e no setor metalúrgico.

II) No prazo de 4 (quatro) anos: produtos à base de cimento-amianto, incluindo placas lisas e corrugadas, telhas, caixas d'água, tubos e conexões (inclusive válvulas industriais), outros pré-moldados de cimento-amianto e quaisquer outros produtos para a construção civil e para a indústria, inclusive a naval e a petroquímica; tintas e massas adesivas destinadas ao isolamento térmico ou acústico, bem como à vedação ou retardamento de propagação do fogo; resina fenólica (baquelite); papéis especiais; filtros de qualquer tipo;

diafragmas para a indústria de cloro-soda; subprodutos da fabricação de artefatos de cimento amianto; quaisquer produtos e subprodutos não listados neste Artigo, resultante da mistura de asbesto com outros materiais; e todas as demais formas de utilização e produtos a que se refere o “caput” deste Artigo.

**Art. 7º** - Objetivando a proteção da saúde dos trabalhadores e de suas famílias, bem como da produção em geral, ficam adotadas as seguintes normas e critérios:

**I)** - Os níveis máximos de concentração de fibras de asbesto admissíveis no ambiente de trabalho não podem ultrapassar 0,2 fibras de asbesto por centímetro cúbico (0,2 f/cm<sup>3</sup>).

**II)** - Os níveis máximos de concentração de fibras de qualquer substituto de asbesto admissíveis no ambiente de trabalho não podem ultrapassar 0,2 fibras de asbesto por cm<sup>3</sup> (0,2 f/cm<sup>3</sup>).

**III)** - Para efeito de atendimento ao disposto nos Incisos I e II deste Artigo, serão realizadas, às expensas dos empregadores, medições semestrais dos níveis de concentração de asbesto nos ambientes de trabalho.

**IV)** - As medições a que se refere o Inciso III deste Artigo deverão estar de acordo com o Protocolo de Avaliação Ambiental em Anexo a esta Lei.

**V)** - Os métodos de medição serão aqueles estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela FUNDACENTRO, ou pelo órgão estadual encarregado da formulação e da implementação das políticas de saúde pública.

**VI)** - Representante dos trabalhadores de cada empresa deverão participar dos programas de medição em todas as suas etapas, desde a definição dos pontos em que serão tomadas as amostras até as determinações laboratoriais, tendo acesso às informações resultantes.

**VII)** - Todos os trabalhadores diretamente envolvidos na manipulação de materiais contendo asbesto deverão realizar às expensas do empregador, exames médicos pré-admissionais, periódicos e demissionais, incluindo, no mínimo, avaliação clínica, telerradiográfica do tórax (de acordo com os padrões específicos estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho) e prova de função pulmonar (capacidade vital forçada e volume respiratório forçado no primeiro segundo), recebendo cópias dos resultados.

**VIII)** - A tomografia computadorizada será utilizada nos exames periódicos dos trabalhadores com início de exposição há mais de 15 (quinze) anos, e com radiografia de tórax normal.

**IX)** - Em casos definidos pelo Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador, serão realizadas avaliações de capacidade de difusão pulmonar.

**X)** - Os exames médicos a que se refere o Inciso VII deste Artigo deverão ser renovados (realizados) semestralmente, à exceção da telerradiografia de tórax e da prova de função

pulmonar, que deverão ser renovadas anualmente, conforme previsto da legislação federal de segurança e medicina de trabalho.

**XI)** - Cabe ao empregador, manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle dos trabalhadores durante 30 (trinta) anos, sendo a renovação dos exames feita a cada 3 (três) anos para trabalhadores com período de exposição inferior a 12 (doze) anos, a cada 2 (dois) anos para trabalhadores com período de exposição de 12 (doze) a 20 (vinte) anos, e anual para trabalhadores com período de exposição superior a 20 (vinte) anos.

**XII)** - A Secretaria de Saúde, através do seu Programa de Saúde do Trabalhador, deverá criar um programa de controle de qualidade radiológica dos exames periódicos.

**XIII)** - A Secretaria de Saúde deverá estimular e promover o treinamento e capacitação de médicos na interpretação radiológica.

**XIV)** - É obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual e de vestimentos adequados, a serem fornecidos pelos empregadores, nos locais de trabalho em que sejam processados ou manufaturados materiais contendo asbesto.

**XV)** - Os resultados das avaliações ambientais a que se refere o Inciso III deste Artigo deverão ser afixadas em quadro próprio, acessível a todos os trabalhadores da empresa, garantindo o direito à informação.

**XVI)** - As empresas que manipulam ou utilizam materiais contendo asbesto, sob quaisquer formas, deverão proporcionar aos trabalhadores programas anuais de informação sobre os riscos decorrentes da exposição ocupacional e treinamento sobre medidas de proteção.

**XVII)** - O treinamento a que se refere o Inciso anterior deverá ser fiscalizado pela Secretaria de Saúde.

**XVIII)** - As empresas que manipulam ou utilizam materiais contendo asbesto, sob quaisquer forma, deverão apresentar, aos representantes designados pelos trabalhadores, programas anuais destinados à reduzir a exposição ocupacional, incluindo medidas tais como: vedação de sacos; adequação de depósitos; instalação de sistemas de exaustão adequados; enclausuramento e automatização da alimentação da molassa; proteção dos discos de corte; lixamento e escovamento a úmido; vedação dos sistemas de usinagem; demarcação e sinalização dos locais possíveis de contaminação.

**XIX)** - As medidas objetivando a redução dos níveis de exposição ocupacional deverão ser tomadas, sempre que técnica e economicamente viáveis, ainda quando os limites estabelecidos no Inciso deste Artigo estiverem sendo respeitadas.

**§ 1º** - Ficam proibidos o lixamento e o corte à seco de produtos contendo asbesto.

**§ 2º** - As instalações nas quais sejam produzidos asbesto ou materiais contendo esse minério deverão dispor de vestiários duplos, de forma a separar a guarda e a troca de

vestimentas pessoais e de trabalho e criar condições adequadas ao banho dos trabalhadores.

**§ 3º** - Os vestiários a que se refere o Parágrafo anterior serão separados por instalações de banho por aspersão.

**§ 4º** - Cópias dos registros das medições realizadas nos ambientes de trabalho sujeitos à contaminação por asbesto e dos relatórios médicos dos trabalhadores a que se referem os incisos III, IV, VII e IX deste Artigo permanecerão arquivadas e à disposição para consulta pública nas instalações do Conselho Nacional de Saúde do Trabalhador pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos.

**§ 5º** - A Secretaria, poderá exigir a realização de medições feitas por auditores independentes, preferencialmente através de instituições sem fins lucrativos e de notória capacitação.

**Art. 8º** - Todos os produtos e embalagens contendo asbesto deverão ter anotações visíveis relacionadas às suas características, incluindo a palavra “asbesto” e “amianto”, bem como as expressões “evite criar poeira” e “risco de câncer e doença pulmonar se inalado”, de acordo com as especificações constantes a seguir:

I) - Impresso diretamente na embalagem, em dimensões não inferiores a 5 cm x 2,5 cm e em tipos proporcionais.

II) - Em baixo ou alto relevo, em cada peça ou produto individual comercializado sob a forma sólida, com as mesmas dimensões e características indicadas no inciso anterior (sempre que a peça tiver dimensões mínimas compatíveis).

**Art. 9º** - Os produtores de asbesto fornecerão mensalmente ao Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador relação das quantidades fornecidas a cada comprador, com indicação de nome, endereço e número da nota fiscal.

**Art. 10** - O descumprimento do disposto nos Artigos 2º, 3º e 5º desta Lei implicará na imediata apreensão dos produtos por quaisquer representantes do Poder Executivo, em particular dos inspetores e fiscais das áreas relacionadas à saúde, meio ambiente, tributos e segurança pública.

**§ 1º** - A constatação das irregularidades a que se refere o “caput” deste Artigo será seguida de comunicação circunstanciada ao Ministério Público estadual, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, com informações sobre o local, nome da empresa, quantidade, características e destinação dada ao material apreendido.

**§ 2º** - O descumprimento do disposto neste Artigo implica em responsabilidade administrativa do servidor público, com a sua demissão nos casos em que a atribuição inclua-se especificamente entre as suas funções.

**Art. 11** - Regulamentos desta Lei poderão ser editados e revistos periodicamente pelo órgão estadual encarregado da formulação e da implementação de programas de saúde.

**Art.12** - As infrações ao disposto nesta Lei e em seu regulamento serão passíveis das seguintes penalidades:

- a)** - Multa, no valor de 100 à 10.000 Unidades Fiscais do Estado do Rio de Janeiro - UFERJs, e;
- b)** - Interdição total ou parcial das instalações ou atividades.

**Parágrafo único** - Das multas aplicadas pelos órgãos competentes caberá recurso ao Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador, que não poderá cancelá-las caso comprovada a infração.

**Art. 13** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, independentemente de qualquer regulamentação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2001.

**ANTHONY GAROTINHO**  
**Governador**

**LEI Nº 11.643, DE 21 DE JUNHO DE 2001**

Dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - A produção e a comercialização de produtos à base de amianto fica proibida, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos desta Lei.

Parágrafo único - A vedação prevista nesta Lei alcança, além do próprio amianto, todo e qualquer produto, derivado ou misto, de silicato natural hidratado de cálcio e magnésio.

Art. 2º - Os estabelecimentos industriais terão um prazo de três anos e os estabelecimentos comerciais de quatro anos para adequarem-se às disposições constantes desta Lei.

Art. 3º - VETADO

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, podendo atribuir penalidades adicionais.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de junho de 2001.



**LEI Nº 10.813, DE 24 DE MAIO DE 2001****(Projeto de lei nº 648/96, do deputado Roberto Gouveia - PT)**

*Dispõe sobre a proibição de importação, extração, beneficiamento, comercialização, fabricação e a instalação, no Estado de São Paulo, de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam proibidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização, a fabricação e a instalação, no Estado de São Paulo, de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma.

Artigo 2º - Após 12 (doze) meses da data de publicação desta lei, ficam proibidas a fabricação, a comercialização e a instalação, no Estado de São Paulo, de materiais de fricção e outros materiais automotivos contendo amianto.

Artigo 3º - A partir da data da publicação desta lei, ficam proibidas a fabricação, a comercialização e a instalação, no Estado de São Paulo, de equipamentos de proteção individual e artefatos de uso infantil, tais como brinquedos, equipamentos destinados a parques infanto-juvenis, materiais escolares e giz de cera, que contenham amianto ou materiais que possam estar contaminados por amianto.

Artigo 4º - Os órgãos da administração direta e indireta do Estado de São Paulo ficam proibidos de instalar, a partir da publicação desta lei, em suas edificações e dependências, assim como adquirir, materiais produzidos com qualquer tipo de amianto e produtos que contenham este mineral.

Parágrafo único - Os serviços conveniados, contratados ou terceirizados ficam enquadrados na proibição estabelecida no "caput" deste artigo, bem como os equipamentos privados de uso público, como estádios esportivos, teatros, cinemas, escolas, creches e hospitais.

Artigo 5º - Até que se elimine definitivamente o uso do amianto, nos ambientes de trabalho onde ocorra extração ou produção de materiais que contenham o mineral, não deverá ser ultrapassada a concentração de 0,1 (um décimo) de fibras de amianto por centímetro cúbico, devendo ocorrer, no mínimo a cada 6 (seis) meses, avaliação ambiental, de acordo com o Código Sanitário do Estado de São Paulo, Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, e demais dispositivos legais em vigor.

Artigo 6º - As empresas ou instituições, públicas e privadas, responsáveis pela execução de obras de demolição ou remoção de material que contenha amianto deverão respeitar as normas técnicas previstas no Código Sanitário do Estado de São Paulo, Lei nº 10.083, de 23

de setembro de 1998, e a Lei nº 9.505, de 11 de março de 1997, no que diz respeito às medidas de proteção da comunidade e dos trabalhadores envolvidos na obra contra a exposição à poeira que contenha amianto.

§ 1º - A remoção de amianto do tipo anfíbio, que tenha sido aplicado por jateamento, spray ou qualquer outro processo em que o material esteja exposto e seja friável, deverá ocorrer no menor prazo possível, após a análise do impacto dos riscos do amianto e do plano de demolição previsto no "caput" deste artigo, observando-se os limites de concentração estabelecidos no artigo 5º desta lei.

§ 2º - Os uniformes utilizados pelos trabalhadores na execução de atividades com amianto deverão ser adequadamente lavados pelo empregador.

Artigo 7º - No período compreendido entre a data da publicação desta lei e 1º de janeiro de 2005, as empresas que comercializam ou fabricam produtos que contenham amianto ficam obrigadas a informar nas embalagens dos seus produtos, com destaque, a existência do mineral em seu produto e que a sua inalação pode causar câncer, sem prejuízo das disposições constantes das legislações federal, estadual e municipal no que diz respeito à rotulagem preventiva.

Artigo 8º - Tanto a desobediência ao disposto nesta lei como sua inobservância são consideradas infrações sanitárias e estarão sujeitas às penalidades estabelecidas no Título IV, do Livro II, do Código Sanitário do Estado de São Paulo, Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e demais unidades de saúde, programa para desenvolver ações de vigilância em saúde e assistência especializada, que vise à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das doenças decorrentes do trabalho com o amianto.

Parágrafo único - O programa compreenderá habilitação técnica dos profissionais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações referidas no "caput" deste artigo.

Artigo 10 - Fica instituída a notificação obrigatória à autoridade local do SUS, pela rede pública e privada de assistência à saúde, de todos os casos de doenças decorrentes da exposição ao amianto.

Artigo 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de maio de 2001.

GERALDO ALCKMIN  
*Fernando Dall'Acqua*  
Secretário da Fazenda  
*José da Silva Guedes*  
Secretário da Saúde

*José Anibal Peres de Pontes*

Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

*José Ricardo Alvarenga Trípoli*

Secretário do Meio Ambiente

*João Caramez*

Secretário-Chefe da Casa Civil

*Antonio Angarita*

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 24 de maio de 2001.

**LEI Nº 14.172, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012. - PUBLICADA NO DOM DE 11/12/2012**

"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA, DE MATERIAIS OU ARTEFATOS QUE CONTENHAM QUAISQUER TIPOS DE AMIANTO OU ASBESTO, OU MESMO OUTROS MINERAIS QUE, ACIDENTALMENTE, TENHAM FIBRAS DE AMIANTO NA SUA COMPOSIÇÃO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, nos termos dos parágrafos 3º e 7º do artigo 57, da Lei Orgânica do Município de Curitiba, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica proibido, no município de Curitiba, o uso de produtos, artefatos, ou materiais que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto na sua composição, em especial nas obras de construção civil, tanto públicas como privadas, incluindo as reformas.

§ 1º Entende-se como amianto ou asbesto, para os fins desta lei, a forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfibólios, entre eles, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a crocidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais.

§ 2º A proibição a que se refere o "caput", estende-se à utilização de outros minerais que contenham o amianto em sua composição, tais como talco, vermiculita, pedra-sabão, cuja utilização só será autorizada com prévia de análise mineralógica, realizada por microscopia eletrônica ou difratometria de Raio-X, a ser custeada integralmente pelo utilizador, proprietário da empresa, estabelecimento, imóvel ou tomador de serviços/responsável técnico que comprove, inequivocamente, a ausência de fibras de amianto em sua composição.

**Art. 2º** A proibição de que trata o "caput" do artigo 1º vigorará a partir da data da publicação desta lei em relação aos produtos, materiais ou artefatos, destinados à utilização por crianças e adolescentes, tais como brinquedos e artigos escolares, bem como ao uso doméstico, tais como eletrodomésticos, tecidos, luvas, aventais, artigos para passar roupa, assim como aos equipamentos de proteção individuais (EPI's).

**Art. 3º** É vedado aos órgãos da Administração Direta e Indireta, autarquias e empresas públicas, do Município de Curitiba, a partir da publicação desta lei, adquirir, utilizar ou instalar em suas edificações e dependências, inclusive nos canteiros de obras, materiais que contenham amianto ou outro material que o contenha acidentalmente.

§ 1º Estende-se ainda, a proibição estabelecida no "caput" do artigo 3º, aos equipamentos privados de uso público, tais como estádios esportivos, teatros, cinemas, escolas, igrejas, creches, postos de saúde e hospitais.

§ 2º É obrigatória a afixação da placa indicativa, nas obras de construção civil, públicas ou privadas, inclusive nas reformas, onde consta o Responsável Técnico, da seguinte mensagem: "Nesta obra não há utilização de amianto ou produtos dele derivados, por serem prejudiciais à saúde".

§ 3º A aprovação de obras no Município de Curitiba fica condicionada, junto com projetos e memoriais, à apresentação do Termo de Responsabilidade Técnica, estabelecido no ANEXO I desta lei, que deverá ficar à disposição da fiscalização no local onde a obra está sendo realizada.

§ 4º Os editais de compra de materiais construtivos de obras públicas e privadas de uso público dos órgãos da Administração direta ou indireta, deverão apresentar de forma clara a especificação de materiais sem amianto.

**Art. 4º** Até que haja a substituição definitiva dos produtos, materiais ou artefatos, em uso ou instalados, que contêm amianto, bem como nas atividades de demolição, reparo e manutenção, não será permitida qualquer exposição humana a concentrações de poeira acima de 1/10 (um décimo) de fibras de amianto por centímetro cúbico (0,1 f/cc).

§ 1º As empresas ou instituições, públicas e privadas, responsáveis pela execução de obras de manutenção, demolição, remoção de material, bem como sua destinação final, que contenham amianto ou em relação às quais haja suspeita de o conterem, deverão adotar todas as medidas necessárias à proteção da saúde dos trabalhadores, priorizando as medidas coletivas às individuais, respeitando o disposto na legislação sanitária estadual e municipal, nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, legislação ambiental e outras disposições legais ou normativas que sejam mais restritivas no que concerne às medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo compreende também as medidas de proteção aos trabalhadores que de qualquer forma se exponham à poeira que contenha amianto, qualquer que seja o seu regime contratual de trabalho.

§ 3º A destinação final de resíduos e entulhos, provenientes de obras e reformas e remoção de materiais de construção civil, contendo amianto, deverá obedecer ao disposto na Resolução 348/2004 do CONAMA, que classifica estes resíduos como perigosos (Classe D) e, que, portanto, serão destinados em aterros industriais para lixo perigosos (Classe I) licenciados pelo órgão ambiental estadual ou municipal e cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 4º A Prefeitura de Curitiba será responsável pela destinação prevista no § 3º do artigo 4º, para o pequeno gerador, assim considerado o munícipe que realiza pequenas obras de reforma e demolição.

§ 5º A destinação de resíduos contendo amianto para obras de qualquer tipo acima de 200m (duzentos) metros quadrados será custeada pelo proprietário ou responsável pela obra, que deverá manter o comprovante de destinação final de resíduos, para fins de fiscalização, por pelos menos 05 (cinco) anos.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal procederá à ampla divulgação dos efeitos nocivos provocados pelo contato e manuseio inadequados do amianto, bem como da existência de tecnologias, materiais e produtos substitutos menos agressivos à saúde, e promoverá orientações sobre como proceder com a manutenção dos produtos já instalados e usos até sua completa eliminação, incluindo os cuidados com os resíduos gerados e sua correta destinação final, conforme determinam a Resolução 348/2004 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e outros dispositivos legais atinentes, mencionados em artigos anteriores.

Parágrafo Único - Fica instituída a "Semana de Proteção Contra o Amianto", que correrá anualmente na semana que compreende o dia 28 de abril, durante a qual serão promovidas ações educativas sobre os riscos do amianto, formas de prevenir a exposição às fibras cancerígenas de produtos já existentes, medidas e programas de substituição do amianto, bem como sobre a demolição de obras que o contenham, ainda que acidentalmente, e a sua destinação final.

**Art. 6º** O Sistema Único de Saúde - SUS municipal de Curitiba, através dos serviços de Vigilância em Saúde, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e demais unidades da rede, é o responsável pelos programas de vigilância em saúde e assistência especializada, bem como pelas ações que visem à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das doenças decorrentes do trabalho com amianto.

§ 1º Os programas compreenderão habilitação técnica dos profissionais e aquisição dos equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações referidas no "caput" deste artigo.

§ 2º Fica instituída a Notificação Obrigatória à autoridade local do SUS, pela rede pública e privada de assistência à saúde, de todos os casos e de doenças e óbitos decorrentes da exposição ao amianto.

§ 3º Os casos de doenças e óbitos decorrentes da exposição ao amianto de origem ocupacional deverão ser encaminhados, via CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho) ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

§ 4º As pneumoconioses e cânceres de origem ocupacional decorrentes da exposição ao amianto também deverão ser registrados no SINAN net do Ministério da Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 777 de 28 de abril de 2004.

§ 5º Quando requisitado pelo SUS, é obrigatório o fornecimento, pelas empresas que tenham utilizado o amianto no Município de Curitiba até a data da entrada em vigor desta lei, de informações referentes aos empregados e ex-empregados que tenham sido expostos ao amianto, com nome e endereço completos, cargo ou função, data de nascimento, data de admissão e, se for o caso, da demissão, data da cessação da exposição, diagnóstico dos exames clínicos e radiológicos e prova de função pulmonar, inclusive exames complementares, se houver.

**Art. 7º** A não observância ao disposto nesta lei será considerada infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades legais e administrativas cabíveis.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor após decorridos 03 (três) anos de sua publicação.

PALÁCIO RIO BRANCO, em 07 de dezembro de 2012.

Vereador JOÃO LUIZ CORDEIRO

Presidente

**LEI Nº 2322, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013**

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE FABRICAÇÃO E UTILIZAÇÃO/APLICAÇÃO DE PRODUTOS OU MATERIAIS, OU TECNOLOGIA À BASE DE ASBESTO OU AMIANTO DO TIPO CRISOTILA (AMIANTO BRANCO), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica proibida, a partir da publicação desta Lei, qualquer fabricação e utilização/aplicação de produtos ou materiais ou tecnologias à base de asbesto ou amianto do tipo crisotila (amianto branco), mesmo que como contaminante de outros minerais, como o talco industrial, vermiculita, entre outros, no Município de São José dos Pinhais.

**Art. 2º** Os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de São José dos Pinhais ficam proibidos de instalar, a partir da sanção desta Lei, em suas edificações e dependências, assim como adquirir, materiais produzidos com qualquer tipo de amianto e produtos que contenham este mineral, ressalvadas as licitações e contratos em andamento.

Parágrafo Único - Será obrigatória a inserção, nas placas indicativas das obras públicas municipais, da seguinte mensagem "Nesta obra não utilizamos amianto ou produtos derivados, pois são prejudiciais à saúde".

**Art. 3º** A aprovação de novos projetos de obras de construção civil, a partir da data da publicação desta lei, fica condicionada à assinatura de Termo de Responsabilidade Técnica, anexo.

**Art. 4º** A demolição e remoção de produtos contendo amianto do tipo crisotila ou dos demais tipos, já instalados, a partir da publicação desta lei, deverão ser precedidas de estudo técnico, que comprove a necessidade de tal operação e dos riscos de exposições às fibras de amianto, contendo inclusive as medidas técnicas que garantam limites de exposição aos envolvidos diretamente na operação e ao público em geral inferiores ao limite de 0,1 f/cc.

§ 1º As empresas ou instituições, públicas e privadas, responsáveis pela execução de obras de demolição e remoção de material, que contenha o amianto, deverão adotar medidas de proteção da comunidade e dos trabalhadores contra a exposição à poeira que contenha amianto, cuja concentração não deverá ultrapassar de 0,1 (um décimo) de fibras de amianto por centímetro cúbico.

§ 2º O entulho decorrente de demolição de obra de construção civil, que contenha amianto ou asbesto, terá disposição final conforme previsto na Resolução do CONAMA nº 348, de 16/08/2004, que o inclui na classificação de resíduos perigosos.

§ 3º Os uniformes utilizados pelos trabalhadores na execução das atividades com amianto prevista no caput deste artigo deverão ser adequadamente lavados pelo empregador.

**Art. 5º** A Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Pinhais desenvolverá ações de vigilância em saúde e assistência especializada, que vise à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das doenças decorrentes do trabalho com o amianto.

Parágrafo Único - O programa compreenderá habilitação técnica dos profissionais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações referidas no "caput" deste artigo.

**Art. 6º** Fica instituída a notificação obrigatória à autoridade local do SUS, pela rede pública e privada de assistência à saúde, de todos os casos de doenças decorrentes da exposição ao amianto.

**Art. 7º** O Executivo, a partir da publicação desta lei, promoverá, com ampla divulgação pelos diversos meios de comunicação, campanhas para esclarecimento dos efeitos nocivos provocados pelo contato e manuseio inadequado do amianto.

§ 1º A divulgação referida no "caput" deste artigo deverá ser feita nos equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, centros esportivos, por meio de palestras e programas informativos, com a distribuição de material explicativo e exemplificativo de produtos que contenham o amianto, e também junto às Associações e Comunidades de Bairro.

§ 2º Sempre que possível todo o material de divulgação produzido pelo Poder Público deverá conter informação quanto aos efeitos nocivos do uso do amianto e sua proibição na construção civil.

§ 3º Fica instituído, o dia 28 de abril, anualmente, no município de São José dos Pinhais, como o dia em memória das vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais e da luta antiamianto.

**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) a contar da data de sua publicação.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10** As empresas que fabricam e utilizam/aplicam produtos ou materiais e tecnologias à base de asbesto ou amianto do tipo crisotila (amianto branco), terão o prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, para se adaptarem às normas estabelecidas nesta Lei. (Vide prorrogação dada pela Lei nº 2.741/2016).

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, 16 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Setim  
Prefeito Municipal

Adalberto Gastão Vosgerau  
Secretário Municipal de Meio Ambiente